

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE HUMANIDADES

MESTRADO EM ECONOMIA RURAL E REGIONAL

DISSERTAÇÃO:

**A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO
FORMAL EM CAMPINA GRANDE-PB NOS ANOS 90**

AUTOR:

GERALDO FRANCISCO DA SILVA JUNIOR

ORIENTADOR:

Prof. Dr. JURANDIR ANTONIO XAVIER

CAMPINA GRANDE-PB

Março/2003

GERALDO FRANCISCO DA SILVA JUNIOR

**A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO
FORMAL EM CAMPINA GRANDE-PB NOS ANOS 90**

Dissertação apresentada ao curso de
Mestrado em Economia Rural e
Regional da Universidade Federal de
Campina Grande-PB, em cumprimento
às exigências para obtenção do grau de
Mestre em Economia.

ORIENTADOR:

PROF. Dr. JURANDIR ANTONIO XAVIER

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CAMPINA GRANDE-PB
2003**

A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO
FORMAL EM CAMPINA GRANDE-PB NOS ANOS 90

Dissertação defendida e aprovada em _____ de _____ de
2003, pela banca examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Jurandir Antonio Xavier – Orientador

Prof. Dr. José Bezerra – Examinador

Prof. Dr. Gesinaldo Ataíde Cândido – Examinador

DIGITALIZAÇÃO:
SISTEMOTECA - UFCG

S 586d
2003

SILVA JUNIOR, Geraldo Francisco da
A dinâmica do mercado de trabalho formal em Campina
Grande-PB nos anos 90/Geraldo Francisco da Silva Junior
– Campina Grande: UFCG, 2003.
177p. : il.

Dissertação (Mestrado). UFCG/CH
Inclui bibliografia

1. Mercado de trabalho 2. Emprego 3. Economia
Regional I. Título

CDU: 331.5

RESUMO

Procurou-se, neste trabalho, a partir do banco de dados do Ministério do Trabalho do Brasil, compreender a dinâmica do emprego formal em Campina Grande ao longo dos anos 90, na perspectiva de visualizar que alterações ocorreram no mercado de trabalho nesse município. Durante os anos 90, o emprego formal no município esteve muito mais ligado à dinâmica do Estado da Paraíba do que à do Nordeste e à do próprio Brasil no que se refere a sua temporalidade, pelo fato de que a crise maior no município e no Estado ocorreu em 1994, enquanto que na região e no país ocorreu em 1992. Porém, em termos percentuais, o município teve uma maior proximidade com a dinâmica do Nordeste do que com a da Paraíba e do Brasil. Em termos da dinâmica dos setores, a partir de uma comparação com a realidade nacional, foi possível detectar que o município detém características próprias em sua estrutura econômica que não permitem seguir *pari passo* as mesmas alterações na realidade nacional. Ademais, foi possível diagnosticar também uma extrema disparidade nos níveis de rendimento médio do município com a realidade existente em nível nacional, mesmo tendo ocorrido em ambas as esferas melhoras significativas nos graus de instrução das pessoas, confirmando que realmente Campina Grande é um espaço de baixo rendimento monetário. Sob o aspecto da composição do mercado de trabalho formal por sexo, observou-se que Campina Grande, num primeiro momento, teve uma estabilização da participação feminina, mas, posteriormente, entrou numa rota de pequeno declínio, diferentemente do Brasil que ao longo do período manteve sempre uma tendência de intenso crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho formal. Quando se trata da dinâmica por faixa etária viu-se que o traço comum entre a realidade nacional e a do município refere-se à diminuição da participação no mercado de trabalho dos mais jovens (10 a 17 anos) e, à ampliação da participação dos mais "idosos" (acima de 40 anos). A análise da faixa intermediária (18 a 39 anos) mostrou que enquanto o Brasil manteve um patamar de participação dessa categoria, o município apresentou uma tendência de diminuição, chegando ao final da década no mesmo patamar da realidade brasileira.

ABSTRACT

We sought, in this work, starting from the database of Brazilian Department of Labor, to understand the dynamics of the formal employment in the municipal district of Campina Grande-PB along the nineties, in the perspective of looking for to visualize that alterations happened in the job market in the municipal district. During the nineties the formal employment in the municipal district was much more linked to the dynamics of the State of Paraíba than the Northeast one and the own Brazil one, by the fact that the largest crisis in the municipal district and in the State it happened in 1994 while in the area and in the country it happened in 1992. However, in percentile terms, the municipal district had a larged proximity with the dynamics of the Northeast than with the one of Paraíba and of Brazil. In terms of the dynamics of the sections, starting from a comparative accomplishment with the national reality, it was possible to detect that the municipal district detains own characteristics of your economical structure that don't allow to follow "pari passo" the same alterations of the national reality. Furthermore, was possible to also diagnose an extreme disparity in the levels of medium revenue of the municipal district with the existent reality in level national, same having happened in both spheres significant improvements in the degrees of the people's instruction, confirming that are really a space of low monetary revenue. Under the aspect of the composition of the formal job market for sex was observed that Campina Grande, in a firt moment, has a stabilization of the feminine participation, but, later enters in a rout of small decline, differently of Brazil that along of the period it always maintained your tendency of intense growth of the women's participation in the formal job market. When it is treated of the dynamics by age group we saw that the common line between the national reality and the municipal district refers to the decrease of the participation in the job market of the more youths (10 to 17 year old) and by other, an amplification of the more "senior" (above 40 years old). The analysis in the intermediate strip (18 to 39 years) showed that while Brazil maintained a landing of participation of that category the municipal district had a decrease tendency arriving at the end of the decade in the same landing of the Brazilian reality.

AGRADECIMENTOS

O texto que ora apresento para apreciação crítica é fruto de dois anos de trabalho junto ao Mestrado em Economia Rural e Regional na Universidade Federal de Campina Grande - UFCG (antigo campus II da UFPB) o qual contou com apoio direto ou indireto de várias pessoas.

Dessa forma, gostaria de agradecer ao ímpeto dos meus pais, Geraldo e Sofia como também minha madrastra Detinha, que mesmo não tendo as mesmas chances que eu, procuraram sempre criar todas as condições para que eu prosseguisse com meus estudos, mesmo diante de tantas adversidades.

Ao meu “pequeno” irmão Ogaciano (Ogá) que sofreu com a minha ausência durante um período tão difícil em sua vida.

Devo externar minha eterna gratidão ao meu orientador, Professor Jurandir Antonio Xavier, do DEF/CH/UFCG, que sempre acreditou na minha capacidade e me ajudou em momentos difíceis. No Professor Jurandir terei sempre um farol para uma conduta crítica e perspicaz contra as injustiças sociais.

Não poderia esquecer nesse percurso o Professor Manoel Donato de Almeida, do DEF/CH/UFCG, pois sempre que precisei pude contar com seu apoio e, por isso, sou também eternamente grato.

Agradeço ao Professor José Bezerra do DEF/CH/UFCG, pelo apoio dispensado a nossa turma em num período difícil do Mestrado como também por aceitar fazer parte da banca examinadora desse trabalho.

Agradeço ao Professor Gesinaldo Ataíde Candido do DAC/CH/UFCG por aceitar prontamente ao convite formulado para fazer parte da banca examinadora.

Agradeço ao Professor Olívio Teixeira do DEF/CH/UFCG pela convivência, pelo excelente professor que foi e pela pessoa que é. Além do mais, pelas críticas extremamente importantes que fez ao trabalho.

Gostaria de Agradecer ao Professor Rômulo Navarro de Engenharia de Materiais do DEMa/CCT/UFCG, pela leitura crítica realizada e pela convivência, discussão e apoio que tive da sua pessoa.

A convivência com os colegas do curso foi muito gratificante. Em especial com Aucéia Dourado e seus “reality shows” e a Marco Antonio pelas afinidades e discussões extremamente frutíferas.

Não poderia esquecer os funcionários do Mestrado (Neuma, Everaldo, Joanice e Rosa), pelo apoio que nos foi dispensado e que tornava mais fácil nossa vida.

Aos cidadãos brasileiros anônimos que, com seus impostos custearam minhas despesas, por meio da bolsa concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior –CAPES.

À Josilene, namorada, amiga e companheira que me suportou ao longo dos últimos dois anos nos meus momentos de angústia e que soube compreender muitas vezes a necessidade da ausência.

SUMÁRIO

Lista de Tabelas.....	vii
Lista de Gráficos.....	x
 INTRODUÇÃO.....	 13
 CAPÍTULO I	
O BRASIL DOS ANOS 90: DAS CRISES ECONÔMICAS ÀS TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO	17
 1.1 As Crises Econômicas Pré-1990 e os Primeiros Indícios de Desestruturação no Mercado de Trabalho.....	17
 1.2 Anos 90: Da Reestruturação Produtiva à Desestruturação no Mercado de Trabalho.....	23
1.2.1. Da Reestruturação Produtiva à um “Novo Estado”.....	23
1.2.2. Da Reestruturação Produtiva à Desestruturação no Mercado de Trabalho.....	31
 CAPÍTULO II	
A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NOS ANOS 90 NO BRASIL	43
 2.1 A Dinâmica do Mercado de trabalho Formal na economia Brasileira dos anos 90.....	43
 2.2. A Dinâmica no Setor de Serviços.....	52
 2.3. A Dinâmica no Setor Industrial.....	60
 2.4. A Dinâmica no Setor de Comércio.....	68
 2.5. A Dinâmica no Setor da Construção Civil.....	74
 2.6 A Dinâmica no Setor Agropecuário.....	80

CAPÍTULO III

CAMPINA GRANDE: OS PRESSUPOSTOS DA DESESTRUTURAÇÃO DO SEU MERCADO DE TRABALHO NOS ANOS 90	87
--	----

3.1. A Dinâmica da Migração Intra-Regional e seus Impactos no Mercado de Trabalho.....	87
--	----

CAPÍTULO IV

CAMPINA GRANDE: A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NOS ANOS 90	104
---	-----

4.1 A Dinâmica Comparativa do Mercado de trabalho Formal de Campina Grande, da Paraíba e do Nordeste nos anos 90.....	104
---	-----

4.2. A Dinâmica no Setor de Serviços.....	125
---	-----

4.3. A Dinâmica no Setor Industrial.....	135
--	-----

4.4. A Dinâmica no Setor de Comércio.....	146
---	-----

4.5. A Dinâmica no Setor da Construção Civil.....	154
---	-----

4.6 A Dinâmica no Setor Agropecuário.....	161
---	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
-----------------------------	-----

BIBLIOGRAFIA	173
---------------------	-----

LISTA DE TABELAS

CAPÍTULO I

01. Taxas Anuais Médias de Crescimento da População.....	35
02. Taxas Anuais de Crescimento do Produto Interno Bruto e da População Economicamente Ativa - (1951 – 2000).....	38

CAPÍTULO II

03. Repartição da População Total, População Economicamente Ativa, População Não-economicamente Ativa, População em Idade Ativa e População Empregada Formalmente – Brasil (1991-1996-2000).....	44
04. Nível de Ocupação Formal nos Grandes Setores no Brasil.....	46
05. Faixa de Rendimento no Mercado de Trabalho Formal no Brasil.....	48
06. Grau de Instrução no Mercado de Trabalho Formal no Brasil.....	49
07. Participação por Sexo no Mercado de Trabalho Formal no Brasil.....	50
08. Participação por Faixa Etária no Mercado de Trabalho Formal no Brasil.....	51
09. Nível de Ocupação Formal nos Segmentos do Setor de Serviços no Brasil.....	53
10. Faixa de Rendimento no Setor de Serviços no Mercado de Trabalho Formal no Brasil.....	56
11. Grau de Instrução no Setor de Serviços no Mercado de Trabalho Formal no Brasil.....	57
12. Participação por Sexo no Setor de Serviços no Mercado de Trabalho Formal no Brasil.....	58
13. Participação por Faixa Etária no Setor de Serviços no Mercado de Trabalho Formal no Brasil.....	59
14. Nível de Ocupação Formal nos Segmentos Industriais no Brasil.....	62
15. Faixa de Rendimento no Setor Industrial no Mercado de Trabalho Formal no Brasil.....	63
16. Grau de Instrução no Setor Industrial no Mercado de Trabalho Formal no Brasil.....	65
17. Participação por Sexo no Setor Industrial no Mercado de Trabalho Formal no Brasil.....	66
18. Participação por Faixa Etária no Setor Industrial no Mercado de Trabalho Formal no Brasil.....	67
19. Ocupação Formal nos Segmentos do Comércio no Brasil.....	69
20. Faixa de Rendimento no Setor de Comércio no Mercado de Trabalho Formal no Brasil.....	70
21. Grau de Instrução no Setor de Comércio no Mercado de Trabalho Formal no Brasil.....	72
22. Participação por Sexo no Setor de Comércio no mercado de Trabalho Formal no Brasil.....	73
23. Participação por Faixa Etária no Setor de Comércio no Mercado de Trabalho Formal no Brasil.....	73
24. Ocupação Formal no Setor da Construção Civil no Brasil.....	76
25. Faixa de Rendimento no Setor da Construção Civil no Mercado de Trabalho Formal no Brasil.....	76
26. Grau de Instrução no Setor da Construção Civil no Mercado de Trabalho Formal no Brasil.....	78

27. Participação por Sexo no Setor da Construção Civil no Mercado de Trabalho Formal no Brasil.....	79
28. Participação por Faixa Etária no Setor da Construção Civil no Mercado de Trabalho Formal no Brasil.....	79
29. Ocupação Formal no Setor Agropecuário no Brasil.....	82
30. Faixa de Rendimento no Setor Agropecuário no Mercado de Trabalho Formal no Brasil.....	82
31. Grau de Instrução no Mercado de Trabalho Formal no Setor Agropecuário no Brasil.....	84
32. Participação por Sexo no Setor Agropecuário no Mercado de Trabalho Formal no Brasil.....	84
33. Participação por Faixa Etária no Setor Agropecuário no Mercado de Trabalho Formal no Brasil....	85

CAPÍTULO III

34. Taxa Geométrica de Crescimento Populacional – Município de Campina Grande – (1980-200)....	100
35. Taxa de Crescimento Anual do PIB – Paraíba e Município de Campina Grande.....	102

CAPÍTULO IV

36. Composição da População Total, em Idade Ativa e em Ocupação Formal.....	106
37. Ocupação Formal nos Grandes Setores em Campina Grande.....	109
38. Ocupação Formal nos Grandes Setores na Paraíba.....	112
39. Ocupação Formal nos Grandes Setores no Nordeste.....	112
40. Faixa de Rendimento no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande.....	114
41. Faixa de Rendimento no Mercado de Trabalho Formal na Paraíba.....	116
42. Faixa de Rendimento no Mercado de Trabalho Formal no Nordeste.....	116
43. Grau de Instrução no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande.....	117
44. Grau de Instrução no Mercado de Trabalho Formal na Paraíba.....	119
45. Grau de Instrução no Mercado de Trabalho Formal no Nordeste.....	119
46. Participação por Sexo no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande.....	121
47. Participação por Sexo no Mercado de Trabalho Formal na Paraíba.....	121
48. Participação por Sexo no Mercado de Trabalho Formal no Nordeste.....	121
49. Participação por Faixa Etária no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande.....	122
50. Participação por Faixa Etária no Mercado de Trabalho Formal na Paraíba.....	123
51. Participação por Faixa Etária no Mercado de Trabalho Formal no Nordeste.....	123
52. Ocupação Formal nos Segmentos do Setor de Serviços em Campina Grande.....	127
53. Faixa de Rendimento no Setor de Serviços no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande	130
54. Grau de Instrução no Setor de Serviços no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande.....	132
55. Participação por Sexo no Setor de Serviços no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande	134

56. Participação por Faixa Etária no Setor de Serviços no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande.....	135
57. Participação por Segmento Industrial no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande.....	138
58. Participação por Grupos de Transformação Industrial no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande(%).....	139
59. Faixa de Rendimento no Setor Industrial no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande.....	141
60. Grau de Instrução no Setor Industrial no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande.....	143
61. Participação por Sexo no Setor Industrial no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande.....	145
62. Ocupação Formal nos Segmentos do Comércio em Campina Grande.....	147
63. Faixa de Rendimento no Setor de Comércio no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande.....	149
64. Grau de Instrução no Setor de Comércio no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande.....	150
65. Participação por Sexo no Setor de Comércio no Mercado de Trabalho em Campina Grande.....	153
66. Participação por Faixa Etária no Setor de Comércio no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande.....	153
67. Ocupação Formal no Setor da Construção Civil em Campina Grande.....	155
68. Faixa de Rendimento no Setor da Construção Civil em de Campina Grande.....	157
69. Grau de Instrução no Setor da Construção Civil no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande.....	158
70. Participação por Sexo no Setor da Construção Civil em Campina Grande.....	160
71. Participação por Faixa Etária no Setor da Construção Civil no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande.....	161
72. Ocupação Formal no Setor Agropecuário em Campina Grande.....	162
73. Faixa de Rendimento no Setor Agropecuário no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande.....	163
74. Grau de Instrução no Setor Agropecuário no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande.....	165
75. Participação por Sexo no Setor Agropecuário no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande.....	167
76. Participação por Faixa Etária no Setor Agropecuário no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande.....	167

LISTA DE GRÁFICOS

CAPÍTULO II

01. Desempenho do Mercado de Trabalho Formal – Brasil (1990-2000).....	45
02. Repartição do PIB entre Trabalho, Capital e Administração Pública (1992 – 1998)	47
03. Faixa de Rendimento no Mercado de Trabalho Formal no Brasil	48
04. Nível de Ocupação Formal no Setor de Serviços no Brasil (1990-2000)	53
05. Faixa de Rendimento no Setor de Serviços Mercado de Trabalho Formal no Brasil	55
06. Nível de Ocupação Formal no Setor Industrial no Brasil (1990-2000)	61
07. Faixa de Rendimento no Setor Industrial no Mercado de Trabalho no Brasil	64
08. Nível de Ocupação Formal no Setor de Comércio no Brasil	69
09. Faixa de Rendimento no Setor de Comércio no Mercado de Trabalho no Brasil	70
10. Nível de Ocupação Formal no setor da Construção Civil no Brasil (1990-2000)	75
11. Faixa de Rendimento no Setor da Construção Civil no Mercado de Trabalho Formal no Brasil.....	77
12. Nível de Ocupação Formal no Setor Agropecuário no Brasil (1990-2000)	81
13. Faixa de Rendimento no Setor Agropecuário no Mercado de Trabalho Formal no Brasil	83

CAPÍTULO III

14. População Residente – Município de Campina Grande (1970-2000).....	96
--	----

CAPÍTULO IV

15. Ocupação Formal em Campina Grande (1990-2000).....	107
16. Ocupação Formal na Paraíba (1990-2000).....	108
17. Ocupação Formal no Nordeste (1990-2000).....	109
18. Faixa de Rendimento no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande	114
19. Grau de Instrução no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande (1991)	118
20. Grau de Instrução no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande (1996).....	118
21. Grau de Instrução no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande (2000).....	118
22. Ocupação Formal no Setor de Serviços em Campina Grande (1990-2000).....	126
23. Faixa de Rendimento no Setor de Serviços no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande	130

INTRODUÇÃO

A realização deste trabalho visa a preencher uma lacuna existente quanto à trajetória recente do mercado de trabalho no município de Campina Grande-PB. O objetivo deste trabalho foi buscar entender como se comportou, ao longo dos anos 90, a trajetória do emprego formal no município de Campina Grande e suas relações com as esferas estadual, regional e nacional, com também setorial.

Assim, o trabalho procura entender a trajetória da economia brasileira recente a partir das alterações que houve tanto no papel do Estado quanto nas transformações tecnológicas que terminaram por alterar bruscamente o padrão de empregabilidade no mercado de trabalho nos anos 90.

A análise que foi realizada procurou traçar a dinâmica do emprego formal a partir de informações secundárias contidas no banco de dados *on-line* da Relação Anual das Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho. Vale salientar que essas informações não são dados estimados, são informações que as empresas, com empregados ou não, são obrigadas, por lei, a declarar, o que garante a confiabilidade dos dados analisados.

Assim, como forma de simplificar as análises, procurou-se definir uma temporalidade que adequasse os dados contidos na RAIS aos estudos referentes à dinâmica populacional. De forma que a temporalidade escolhida foram os anos de 1991, 1996 e 2000 (início, meio e fim), pelo fato de se ter tido nesses anos a contagem populacional e os Censos Demográficos. Devido a isso é que nesse trabalho, a partir das análises empíricas contidas nos capítulos II e IV, os anos 90 foram definidos como sendo o período de 1991 a 2000.

O trabalho pretende, a partir de elementos bastante específicos, entender o conjunto da dinâmica do emprego formal. Sendo assim, buscou-se definir algumas variáveis que pudessem mostrar, por um lado, a trajetória do emprego e a dinâmica de rendimento, e, por outro, visualizar o perfil dos trabalhadores e suas alterações no decorrer do período. Foi partindo desse pressuposto que foram definidas as variáveis que seriam utilizadas de maneira a atingir o objetivo do presente trabalho.

Sendo assim, procurou-se, a partir dos dados referentes à ocupação formal nos grandes setores, saber como foi o comportamento da economia brasileira no período de maneira que fosse possível detectar as características gerais e as trajetórias específicas de cada setor.

Um aspecto que se mostra importante é procurar entender como ocorreu a dinâmica dos rendimentos do trabalho. Sendo assim, a partir da realização de agregações dos dados, visualizou-se a trajetória do rendimento médio dos ocupados tanto no conjunto da economia quanto nos setores.

Uma outra variável definida foi o grau de instrução, devido à importância que a cada dia assume a capacitação profissional, sobretudo, na Era das novas tecnologias da informação. Para esta variável não foi realizada nenhuma agregação dos dados.

A quarta variável escolhida refere-se ao sexo dos trabalhadores, devido à necessidade de entender como ocorreu a dinâmica da participação masculina e feminina no trabalho formal.

A quinta variável é referente à faixa etária dos trabalhadores como instrumento de visualizar a dinâmica dos ocupados formais e sua idade. Nesse caso, devido à amplitude das faixas etárias foram realizadas agregações dos dados.

O conjunto deste trabalho possui duas características básicas: a primeira em que procura-se retratar os elementos conceituais sob o ponto de vista muito mais teórico e a segunda característica é a intensa interpretação dos dados coletados da RAIS, sem trazer os elementos teóricos (citações, por exemplo) para dentro do texto.

O trabalho está dividido em quatro capítulos:

No capítulo I procurou-se mostrar as transformações que alteraram bruscamente a função do Estado na economia, o sistema de técnicas que trouxe sérias repercussões para o mercado de trabalho, que cada vez mais se mostrou precarizado, provocando uma ampliação da sua desestruturação.

No capítulo II, tendo como pressuposto que a dinâmica do município sofre repercussões do que ocorre em nível nacional, buscou-se entender, a partir dos dados da RAIS, como se deu a trajetória da economia brasileira nos anos 90, tanto em termos gerais quanto sob o aspecto setorial, para servir como instrumento de balizamento da análise que é feita no capítulo IV.

No capítulo III, são identificados os elementos que levaram Campina Grande a tornar-se um centro, tanto industrial quanto comercial, de extrema importância na região Nordeste e que fez carrear para o município populações migrantes de toda sua área de influência econômica, trazendo uma ampliação da desestruturação do seu mercado de trabalho.

No último capítulo IV procurou-se, a partir dos dados da RAIS, visualizar qual a trajetória do emprego formal no município, de maneira que se pôde caminhar em duas direções: a realização de uma análise comparativa da trajetória do emprego formal com outras esferas (estadual, regional e nacional) de forma que foi possível entender os graus de influência que sofre o município dentro da economia nacional; e a buscar entender a

dinâmica do emprego formal nos setores econômicos do município a partir de comparações com a trajetória setorial no Brasil.

Nas considerações finais procura-se mostrar os mecanismos de ligação entre os quatro capítulos de forma que se possa entender a dinâmica do emprego formal no município de Campina Grande.

CAPÍTULO I

O BRASIL DOS ANOS 90: DAS CRISES ECONÔMICAS ÀS TRANSFORMAÇÕES NO SEU MERCADO DE TRABALHO

1.1 As Crises econômicas Pré-1990 e os primeiros indícios na desestruturação do Mercado de Trabalho

O último quartel do século XX foi um momento de intensas rupturas quantitativas e qualitativas. A crise em que o sistema capitalista adentra a partir dos anos 60, com quedas substanciais na lucratividade e produtividade do capital, trouxe sérias conseqüências ao funcionamento do sistema capitalista, o que mostra que são os ajustes naturais na economia capitalista, a partir de suas próprias leis inerentes da marcha cíclica do capital que formam as bases explicativas das crises econômicas, as variáveis de ajuste, conforme Xavier (2001:01), *cuja expansão de oferta não sendo acompanhada pela demanda (expansão dos mercados), não se conhece outros limites senão os que a própria crise impõe.*

As crises para Marx possuíam duas especificidades, a primeira é que elas adviam da superprodução de mercadorias sem a devida capacidade de sua realização (vendas) no mercado; a segunda seria a superacumulação, na qual os capitais não possuem a capacidade de valorização (diga-se investimentos).

Os sinais de mais uma etapa no ciclo do processo de desenvolvimento capitalista ocorreram diante da crise do sistema fordista-taylorista de produção, do rompimento do padrão ouro-dólar em 1971 e, por fim, a crise do petróleo em 1973. O conjunto destes eventos terminou impondo um amplo processo de reestruturação produtiva

ao sistema capitalista, que se evidenciou de forma clara na necessidade de um novo processo de “globalização”, viabilizando aos capitais novas alternativas de valorização a partir da expansão de novos mercados como instrumento de expansão da acumulação de capital.

Paralelamente a esses eventos, os Estados latino-americanos, e particularmente o Brasil, intensificam os projetos desenvolvimentistas via financiamentos externos até sua exaustão, quando esses se esgotam a partir da crise do petróleo em 1979 e, principalmente, com a moratória mexicana de 1982.

No final dos anos 70, estava claro para o Brasil a incapacidade de sustentação da expansão econômica, como no período do “Milagre Brasileiro”, devido a fatores que, de acordo com BRUM(1998:426), foram essenciais na determinação da nossa trajetória econômica: i) o esgotamento da matriz industrial; ii) a crise da dívida externa; iii) o redirecionamento do capital internacional; e iv) a falência financeira do Estado brasileiro.

Esse período marcou a falência financeira do Estado brasileiro dando início à ruptura do projeto desenvolvimentista e das altas taxas de crescimento do chamado modelo substitutivo de importações. Em apenas dois anos (1983 e 1984) teve que realizar a assinatura de sete cartas de intenções e seis pedidos de perdão por não cumprir o receituário ortodoxo do Fundo Monetário Internacional-FMI; a inflação atingiu patamares hiperinflacionários chegando a 223,8% em 1984; a dívida externa bruta subiu 209% no período de 1978 a 1984 numa média anual de oito bilhões de dólares; a dívida interna deslocou-se de CR\$ 0,5 trilhões para CR\$ 90 trilhões de 1979 a 1984; o déficit na conta de transações correntes passaria de US\$ 5,8 bilhões em 1979 para US\$ 16 bilhões em 1982; o PIB teve no triênio 1981-1983 uma média de -2,1%, de acordo com BRUM (1998:389).

“O desempenho econômico brasileiro na década de 1980 pode ser dividido em três momentos: até 1983 marcado por uma forte recessão, com queda pronunciada da produção industrial em todas as categorias de uso, embora a produção de bens de capital tenha sido o setor mais atingido, e forte redução do nível de emprego formal acompanhando a tendência; os anos seguintes até 1987 a atividade econômica apresentou forte expansão e o nível de emprego formal também oscilou com a tendência expansiva da economia; finalmente, durante os últimos anos da década tanto a economia quanto o nível de ocupação mantiveram-se estáveis”.(grifos meus)(COLOMBERA, 2002:10).

O início dos anos 80 foi um momento em que a política econômica brasileira esteve voltada completamente para o ajuste da crise do endividamento externo, levando-a a priorizar os superávits na balança comercial como forma de honrar compromissos no pagamento da dívida externa. Nas palavras de ALVES (2000:120), *a recessão e seu ajuste exportador conduziram a um verdadeiro choque de competitividade levada adiante, sobretudo, pelos grandes grupos multinacionais, inicialmente do setor automotivo e posteriormente expandindo-se pelos demais setores.* A busca pelos mercados, como forma de alcançar os superávits na balança comercial brasileira, foi, sem dúvida, um dos grandes alavancadores do processo de reestruturação produtiva baseado nas novas tecnologias da informação a partir, sobretudo, da informática e eletrônica mas também com tecnologias de base robótica, por um lado, e os modelos de gestão tipo CCQ (Just in Time, Kan Ban), por outro, ou seja, um complexo de mudanças baseado tanto no produto como no processo.

O que é mostrado por ALVES (2000:120) é que o cenário econômico no início dos anos 80 mostrava a gravidade da debilidade econômica brasileira e a necessidade de (para honrar os compromissos externos), realizar um *primeiro choque de competitividade*, obrigando as grandes empresas e, sobretudo, às do setor automobilístico, a

adotarem *novos padrões tecnológicos e de gestão da força de trabalho apesar que ainda bastante restrito e seletivo*. Esse processo adquire essa característica devido ao fato do país viver um momento efervescente no seu quadro político, com a campanha das *Diretas Já* e o surgimento de um *sindicalismo classista* que terminava por impor restrições à adoção desses novos modelos de gestão e os próprios níveis de escolaridade do conjunto da nossa mão de obra não contribuíam para um total envolvimento num processo de tamanha envergadura. Desse modo, o que tivemos no Brasil dos anos 80 foi um toyotismo de caráter restrito, o que demonstrou não o esgotamento do padrão fordista-taylorista, mas, pelo contrário, de acordo com ALVES (2000), provocou a sua intensificação.

Sendo assim, estava claro que o percurso que a economia brasileira havia seguido ao longo da década de 1980, com baixos índices de crescimento aliado à intensificação do nível de migração rural-urbana, traria num futuro próximo um intenso grau de desestruturação no mercado de trabalho. Se na década de 70 as indústrias de transformação e da construção civil foram responsáveis pela dinâmica da geração de novas ocupações com 42%, nos anos 80 o nível de participação desses dois setores chegou a apenas 22%, conforme COLOMBERA (2002:07).

BRUM (1998:447) mostra, a partir dos dados do IBGE, que a participação da população rural caiu de 32,41% em 1980 para 24,53% em 1991. Ademais, o fenômeno da migração ocorreu também no espectro das próprias cidades (urbana-urbana), visto que dados de uma pesquisa realizada pelo IPEA mostram que em 1970 as cidades com menos de 50 mil habitantes possuíam 36,8% da população, passando em 1991 a 31,7%. Por outro lado, as cidades entre 50 e 500 mil habitantes passaram, respectivamente, a ter 19,1% e

34,6% da população, representando uma maior capacidade absorvedora nas áreas não-metropolitanas.

Um dos aspectos que são marcantes no processo dos movimentos migratórios ao longo dos últimos 50 anos, segundo ANDRADE e SERRA (1998), é que nos anos 80 ele assume um caráter eminentemente intra-regional, principalmente para o Nordeste, e, dado os níveis de crescimento das metrópoles, esses movimentos dirigiram-se, sobretudo, para as cidades de médio porte como Campina Grande-PB, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Juazeiro, Itabuna e Ilhéus – BA, Petrolina-PE, Mossoró-RN, Juazeiro do Norte, Crato e Sobral - CE. Como exemplificação desse processo, Campina Grande sofreu um incremento em sua população ao longo do período que vai de 1970 a 1991, ou seja, apenas vinte e um anos, de 66,5%¹. Essa realidade trouxe dramáticas conseqüências para a vida urbana da cidade, tanto do ponto de vista de montagem de uma infra-estrutura, como também, ocasionando uma completa desestruturação do mercado de trabalho, como será mostrado no capítulo III.

O final dos anos 80 apresenta o Brasil com um quadro econômico que mostrava claramente os indícios de desestruturação do mercado de trabalho, em virtude da incapacidade da economia gerar novos postos de trabalho suficientes para ocuparem tanto os novos ingressantes no mercado de trabalho quanto os desempregados face ao processo de reestruturação produtiva. Os aspectos mais marcantes na análise da realidade econômica brasileira dos anos 80 referem-se, por um lado, ao baixo nível de crescimento do PIB, e por outro, à aceleração inflacionária que terminava por corroer o poder de compra dos rendimentos do trabalho.

¹ *Censos Demográficos do IBGE de 1970 e 1991.*

“O melhor indicador do impacto da estagnação econômica sobre o mercado de trabalho foi o comportamento do emprego formal, que oscilou com o ritmo da atividade econômica ao longo da década de 80. Diminuiu muito entre 1980 e 1983 e aumentou bastante entre 1984 e 1986, passando a flutuar até o final da década. O resultado foi o aumento do emprego formal, mas aquém do ritmo de crescimento da população urbana com idade para trabalhar.” (BALTAR, 1998:131)

O esgotamento na década de 1980 do modelo de desenvolvimento econômico iniciado em 1930 é que foi o elemento expressivo que condicionou o comportamento do emprego formal, dado às condições do desempenho da indústria de transformação e da construção. Porém a queda nos níveis de ocupações formais teve estrita relação com as condições econômicas no curto prazo, ou seja, o padrão de empregabilidade correspondia estritamente ao movimento cíclico da economia brasileira como um todo.

“No estágio de desenvolvimento atingido pelo Brasil, o termômetro da expansão econômica é dado pela expansão especialmente da atividade industrial, com reflexos nos demais setores, particularmente nos Serviços. (...) Já no período 1981-1992 (ao longo de doze anos), o PIB global cresceu apenas 1,3% ao ano, em média, enquanto a população apresentou uma taxa anual média de crescimento de 1,93%.” (BRUM, 1998:420)

Os dados mostrados acima confirmam de forma tácita o drama que já nos anos 80, vivia a economia brasileira que não atingia sequer patamares de crescimento compatíveis com a possibilidade de incorporação daqueles que se tornavam aptos ao trabalho.

Portanto, o padrão de geração do emprego no país, associado ao estilo de desenvolvimento, enfrentou dois problemas básicos que terminaram por ser o

condicionante do modelo de empregabilidade. O primeiro, ligado com a problemática rural, diz respeito aos efeitos do volume e da velocidade do êxodo rural sobre a estruturação do mercado de trabalho urbano influenciados por uma estrutura agrária concentrada na propriedade e no atraso produtivo; pelo intenso processo de modernização agrícola patrocinado pela atuação do Estado e, por fim, pelo esgotamento da utilização da população rural nas áreas de modernização agrícola. Um segundo problema refere-se ao tipo de emprego urbano que se caracterizou em formas precárias de inserção laboral, coexistindo com um núcleo mais estável e com um leque de garantias sociais e trabalhistas em estagnação, mostrando as evidências da desestruturação no mercado de trabalho que atingiria seu ápice de ebulição nos anos 90.

1.2 Anos 90: Da Reestruturação Produtiva à Desestruturação no Mercado de Trabalho

1.2.1 Da Reestruturação Produtiva a um “Novo Estado”

Ao capitalismo organizado, que foi a marca do pós-guerra, sobreveio em sua época atual sua desarticulação e ruptura. Esse momento é marcado pela intensificação da concorrência internacional e da globalização financeira possibilitada pelas novas tecnologias da informação e a débil capacidade de decisão dos Estados nacionais, levando a economia mundial a uma desordem jamais vista em sua história.

Essa nova etapa traz em si dilemas com repercussões significativas na esperança do nosso futuro. A forma de avanço das novas tecnologias leva a humanidade a realmente pensar na utopia da “sociedade sem trabalho”, conforme pensava Marx. O advento da Terceira Revolução Tecnológica, com dramáticas influências no modo de como a sociedade organiza suas atividades econômicas, leva muitos autores a visualizar um leque

de possibilidades futuras com repercussões dramáticas na vida social. Exemplo maior é RIFKIN (1996) autor de um *best seller* “O Fim dos Empregos”.

Se de um lado essa reestruturação produtiva, oriunda da 3ª Revolução Tecnológica, tem como marca a funcionalidade frente ao novo paradigma tecnológico; por outro, termina por ser o resultado da concorrência desregulada pelos Estados nacionais no pós-guerra. Pensar sobre esse processo de reestruturação produtiva é em primeiro lugar pensar sobre o “estado da arte”, da tecnologia, e será justamente a análise da forma material que adquire o desenvolvimento das forças produtivas que nos levará a um melhor entendimento da época social que vivemos. O avanço ou retrocesso da nossa condição tecnológica é diretamente perceptível e mensurável por meio da produtividade, do volume dos meios de produção e da acumulação. Assim, é preciso entender que a tecnologia é um fenômeno com amplas características sociais, sobretudo quando se alteram as relações básicas de sua utilização, influenciando sobremaneira a trama dos preços que orienta a produção e a circulação de mercadorias.

No fim do século XX, a humanidade produziu um sistema de técnicas que é presidido pela técnica da informação terminando por abranger, numa dimensão nunca vista, uma presença planetária e em tempo real. CASTELLS (2000) denomina esse novo sistema de *economia informacional e global* que lhe permite identificar suas características fundamentais e os seus mecanismos de interligação:

“É informacional porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente à informação baseada em conhecimentos. É global porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia e

mercados) estão organizados em escala global". (CASTELLS, 2000: 87).

O sistema técnico atualmente dominante tem a característica de ser invasor. Da mesma forma que as relações econômicas capitalistas, esse sistema de técnicas tende a homogeneizar-se e a espalhar-se não só pela produção, mas também pelo território, Conforme SANTOS (2000). Por isso, um produto pode ter uma fragmentação na sua cadeia produtiva, que pode ir do Brasil à China, porque o sistema de técnicas de que falamos é presente ou passível de presença em toda parte, a depender da possibilidade de acumulação de capital.

O tempo real nos mostra que é possível utilizar o mesmo momento de múltiplos lugares e todos os lugares a partir de um só, de forma perfeitamente sincronizada e eficaz. SANTOS (2000:28) chama isso de "unicidade do tempo ou convergência dos momentos". Essa nova dimensão, que toma as técnicas da informação, traz também um amplo encadeamento com repercussões qualitativas no sistema econômico que muda a referência tanto na produção quanto na comercialização do produto. Em ambos, a velocidade com que se dão nos mostra de forma mais clara o que HARVEY (1995) chamou de *compressão do espaço-tempo*.

Atualmente, mais do que nunca, temos a sensação de viver sob a égide de um motor único levado pela força da internacionalização cada vez maior do capital, do produto, do crédito, da dívida, do consumo e da informação. Todos esses elementos juntos nos impõem uma condição que empobrece nossa própria capacidade de resistência. Todo esse percurso não se refere apenas a uma simples mudança de rota, mas a um leque de complexas transformações, tanto microeconômicas quanto macroeconômicas, industriais,

tecnológicas, financeiras, organizacionais e nas próprias relações de trabalho. O marco do ideário neoliberal, que deu a tônica no Brasil dos anos 90, põe os instrumentos concorrenciais do mercado como momento de ebulição das relações econômicas e sendo este o elemento salvador e portador das variáveis de ajuste no sistema. Foi justamente partindo dessa premissa que se buscou a todo custo o esvaziamento do Estado brasileiro porque assim seria possível conduzir o país ao crescimento econômico duradouro tendo como *locus* os mecanismos do mercado.

O Estado passou de uma hora para outra a representar um corpo estranho na evolução das relações econômicas. Não foi levada em consideração que o papel do Estado ao longo do tempo assume uma forma distinta mediante a natureza e a própria intensidade das transformações econômicas, consagrando e reproduzindo o processo de acumulação de capital mediante seus instrumentos de dominação política, conformando os mais variados blocos de poder e frações sociais não-dominantes, o que Jean J. Rosseau chamou de “Contrato Social”.

Refletir o padrão de intervenção do Estado é concluir que ele sempre esteve condicionado pelo comportamento da economia capitalista, mesmo no século XIX quando predominava o período concorrencial, onde as relações econômicas eram determinadas pela presença absoluta dos pequenos empreendimentos sem a possibilidade de estabelecimento de preço e quantidade por pequenos empresários. Era a partir dessa realidade que estava calcada a existência do padrão de atuação do Estado, restando para si apenas ações menos complexas como o exercício da “justiça” e segurança pública; o controle da base monetária e arrecadação tributária e por fim o exercício da garantia dos contratos, do direito de propriedade e do comércio exterior. Assim, o Estado exercitava seus mecanismos como

instrumentos da livre concorrência e não como agente determinante na produção de bens, porque essa tarefa era prioridade restrita dos agentes econômicos privados.

Será apenas com a Grande Depressão em 1929 que estará em xeque a capacidade das forças do mercado produzirem sua auto-regulação como apregoava Jean B. Say no século XVIII. A partir desse instante, os anos 30, o sistema capitalista adentra em uma condição crucial em sua forma e em seus mecanismos de produção e reprodução econômica porque terá a função de, a partir dos seus mecanismos de redistribuição de parte do excedente econômico, regular o sistema de forma que traga novamente a continuidade do processo de acumulação de capital a patamares sustentáveis de lucratividade, assumindo assim, cada vez mais, um grau maior de politização entre os agentes envolvidos na relação capitalista, dinamizando e intensificando conflitos entre capital-capital e capital-trabalho.

Esse modelo de Estado, que foi gestado² no Brasil a partir de meados dos anos 20, assume uma forma mais acabada nos anos 30 tinha como elemento central uma interpretação *estruturalista* do funcionamento do mercado de trabalho e, concomitantemente, do desemprego. Portanto, os estruturalistas não vêem a ampliação do desemprego como fruto da rigidez das normas contratuais no mercado de trabalho, mas a queda nas taxas de investimento produtivo, ocasionada pela conversão dos capitais para a órbita financeira impedindo uma expansão da economia real.

A agudização da crise econômica no início do último quartel do século XX provocou a ruptura com o *modelo estruturalista de pleno-emprego* que predominou durante grande parte do século. A introdução das novas tecnologias conjugada com um período de

² Quem realiza uma importante discussão sobre o percurso do surgimento das leis trabalhistas no Brasil é BARBOSA & MORETO (1998). Eles mostram como iam surgindo as leis e com que objetivos, até a chegada da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, em 1943.

estagnação econômica, terminou por definir de forma mais clara os destinos do mercado de trabalho, dificultando de sobre maneira a geração de novos postos de trabalho em todos os setores da economia, sobretudo no setor industrial.

Porém, nos últimos 25 anos tem predominado uma interpretação *liberal* da incapacidade da economia gerar novos postos de trabalho, devido, na visão deles, a dois fatores: primeiro ao excesso de benefícios e direitos trabalhistas e segundo à falta de qualificação e polivalência dos trabalhadores, necessárias face à inserção das novas tecnologias. Sendo assim, essa corrente propõe uma ampliação da flexibilidade do mercado de trabalho como instrumento para diminuir o desemprego, calcada em três pressupostos:

“ redução dos custos trabalhistas, porque se os custos de demissão forem reduzidos o número de trabalhadores contratados será maior; a realização de negociações salariais no âmbito da empresa, o que permite levar em consideração suas peculiaridades atrelando os aumentos e outros benefícios aos seus ganhos de produtividade; a remodelagem dos sistemas públicos de emprego, estimulando a adoção de políticas ativas, principalmente de formação profissional, como forma de possibilitar o acesso dos trabalhadores de baixa qualificação aos novos empregos” (BARBOSA & MORETTO, 1998:107).

O Brasil dos anos 90 adentra em uma etapa totalmente diversa daquela que predominou dos anos 30 aos anos 70. A nova formatação do aparato estatal levou em consideração a difusão da concepção de que a estrutura montada impunha obstáculos à modernização, à inovação tecnológica, promovia a ineficiência na alocação dos recursos e, sobretudo, dificultava a redução do déficit fiscal. Portanto, passou a exigir-se um Estado muito mais regulador do que uma estrutura institucional interventora no domínio econômico seguindo à risca o ideário neoliberal.

Os anos 90 representaram para o Brasil um verdadeiro processo de “fetichização”, com o mercado passando a ser o expoente máximo e divino, de forma que terminou por se impor em praticamente todos os espaços da vida social do país. Seria algo como se ele assumisse uma forma própria, uma personalidade, transformando-se em sujeito. Passamos cada vez mais a conviver com alusões do tipo: “o mercado está *ansioso*, o mercado está *calmo*, o mercado está *nervoso*” como se as relações humanas tivessem todas que ser pautadas pelos fatos e eventos oriundos dos interesses do que se denominou de “mercado”.

O que o ideário neoliberal buscou, sobre todas as formas, pôr em evidência é que o Estado brasileiro, devido ao estágio que assumia aqui o capitalismo, era um corpo estranho nas relações econômicas e não mais servia como instrumento direcionador e impulsionador à acumulação de capital, mas apenas como regulador do sistema econômico, ou seja, meramente um Estado gerencial.

Nos anos 90 foi promovida uma verdadeira reprogramação nas funções do Estado a partir de alterações no processo de produção e reprodução da concorrência intercapitalista, quebrando um padrão de acumulação e de desenvolvimento proveniente dos anos 30 do século XX.

“O Brasil possui, desde 1990 um modelo econômico que se diferencia profundamente do verificado entre as décadas de 1930 e de 1970. Em vez da defesa da produção e do emprego nacional privilegia-se a promoção da integração do sistema produtivo nacional à economia mundial (...) Dessa forma, o padrão de intervenção estatal perdeu grande parte de sua funcionalidade. Em nome da competitividade, segmentos do setor público desapareceram, outros foram privatizados, concedidos, terceirizados e reformulados” (POCHMANN, 2001: 23)

A partir de 1990, com a eleição do presidente Collor, mais um novo ciclo de internacionalização da economia brasileira estava em curso. De início, implanta-se um processo de privatização que foi vendido como elemento central da nova dinâmica que a economia teria para que fosse possível realizar um ajuste fiscal do Estado brasileiro. Esse período pode ser dividido em duas fases: uma primeira que vai de 1990 a 1994, quando foram privatizadas empresas do setor produtivo (petroquímica, siderurgia, mineração e fertilizantes) e uma segunda fase, a partir de 1995 quando foram postas à venda as empresas e serviços públicos das áreas de telecomunicações, energia, transportes, bancos, entre outros.

Assim, a economia brasileira viveu uma fase de extrema vulnerabilidade externa e interna, diante dos ajustes promovidos, sobretudo, na esfera do mundo do trabalho. Externa porque o plano de estabilização (Plano Real) implantado calcava-se numa abertura comercial como instrumento de forçar a baixa dos preços internos, provocando uma ampla desestruturação de importantes cadeias produtivas, e, do ponto de vista interno, esse processo redundou na *extinção de 3,2 milhões de empregos formais diretos durante a década, sendo desse total 17,1% de responsabilidade direta da reformulação do setor produtivo estatal.* (POCHMANN, 2001:29).

Essa nova etapa buscava a inserção do país na chamada Terceira Revolução Industrial em que, conforme CANO (1995), nossas dificuldades serão ainda maiores³ porque o poder financeiro internacional, o controle tecnológico e do mercado passaram de forma espantosa para as mãos das empresas e bancos, ampliando as dificuldades e o poder

³ Cano (1995) trata do nosso engajamento na Primeira Revolução Industrial e expõe que apesar de ser “uma tecnologia não muito complexa, baixa densidade de capital por trabalhador, baixa relação capital-produto e acesso internacional de equipamentos, esse implante só foi acontecer com 50 anos de atraso”. Quando trata da nossa inserção na Segunda Revolução Industrial, com suas características específicas e diferenciadas da primeira, mostra que novamente passamos cerca de meio século para atingir esse objetivo.

de negociação dos países em condições como a do Brasil. Assim, ocorreu um enorme deslocamento das decisões relativas à transferência tecnológica, ao financiamento e ao comércio, da esfera institucionalmente pública para a órbita predominantemente privada.

Com uma nova configuração política e econômica que se plasmou nas políticas de corte neoliberais, vemos o Brasil entrar num segundo choque de competitividade, conforme ALVES (2000:179), *em que as grandes empresas passaram a incorporar um conjunto de novas estratégias produtivas que atingiram, com uma maior integração, intensidade (e amplitude), o mundo do trabalho*. Diante desses novos elementos é que teremos de forma significativa uma intensa e dupla repercussão na dinâmica do emprego: por um lado pela extinção de postos de trabalho já existentes e por outro por uma maior precarização das relações de trabalho pelo crescimento da informalidade, aumento das taxas de desemprego, queda nos rendimentos do trabalho, entre outros fatores.

Esse choque de competitividade, segundo ALVES (2000), mostra claramente que a dinâmica do emprego nos anos 90 sofrerá uma significativa influência do novo aparato tecnológico a ser usado tanto na esfera da produção quanto nos outros setores da economia, a exemplo da agricultura, comércio e dos serviços.

1.2.2 Da Reestruturação Produtiva à Desestruturação do Mercado de Trabalho

Pensar a economia brasileira no momento atual, sobretudo à luz do seu mercado de trabalho (como se pretende), é refletir o percurso trilhado ao longo dos seus últimos vinte anos quando entramos num intenso ciclo recessivo que terminou por nos impor uma mudança no padrão de acumulação em relação às décadas passadas, trazendo à

tona novos parâmetros para o funcionamento da economia, no qual o carro-chefe passou a ser o que se denominou de mercado, “senhor” de todos os atos e fatos.

Esse novo “padrão concorrencial” estabelecido irá mostrar de forma dramática o que MARX já havia percebido no século XIX: que os movimentos do capital ao introduzir constantes inovações tecnológicas na produção terminam por elevar a composição orgânica do capital, desvinculando o ritmo da acumulação a uma crescente demanda por força de trabalho como acreditavam os economistas clássicos Smith e Ricardo. Assim, Karl Marx mostrou que mesmo num período de crescimento econômico era possível ocorrer uma ampliação do exército industrial de reserva que terminava por pressionar uma baixa nos salários devido à ampliação da oferta de trabalhadores no mercado.

A problemática que se agudizou nos últimos 25 anos é que a economia, mesmo tendo mudado seus parâmetros concorrenciais, não alcançou taxas de crescimento do produto consideráveis tanto quanto era pretendido. E assim, não se reproduzindo a relação básica do capitalismo que é o assalariamento, o sistema tende a entrar em crise devido ao fato de que não existe consumo sem demanda, sem poder de compra, sem assalariados.

Não podemos perder de vista que o trabalho assalariado, à medida que o sistema capitalista se desenvolvia, foi se transformando hegemônico e assumindo formas concretas, tanto no *tempo* quanto no *espaço*, à medida que se apresentavam as relações de força, as lutas sociais e políticas no movimento operário.

A história do capitalismo, pensada a partir do mundo do trabalho, deve contemplar a visão de que, à medida que as forças em confronto contrapunham-se alterava-se o próprio conteúdo da relação social básica no capitalismo, que é a relação de assalariamento, pelo fato deste apresentar-se em determinados momentos:

“ora mais precário, ora menos precário, mais protegido, menos protegido, com estabilidade, sem estabilidade, mais qualificado ou menos qualificado, bem remunerado ou mal remunerado e essas características foram conformando deferentes padrões de assalariamento”(DRUCK, 2000: 21).

Assim, é preciso compreender que as mudanças nos padrões de organização social, nas correlações de força, na estrutura e composição do aparato estatal, na gestão e organização do trabalho no capitalismo provocam alterações diretas sobre o tipo e a qualidade dos empregos gerados em cada momento histórico.

O padrão de organização de trabalho fordista-taylorista aliado às políticas de pleno-emprego, típicas do período pós-1929, transformou-se num padrão de desenvolvimento e regulação do próprio capitalismo que se denominou de *Welfare State*, e das suas políticas de ganhos reais de salários, estabilidade empregatícia, proteção e direitos sociais, o que HARVEY (1995) denominou de *Compromisso Social Fordista*.

Será justamente à medida que se desenvolve as relações de trabalho, algo inerente à acumulação capitalista, que entra-se cada vez mais num novo patamar de precarização da classe dos trabalhadores assalariados. Nessa nova etapa de reestruturação produtiva a precariedade do trabalho vem não apenas com reflexos nas suas condições objetivas enquanto indivíduos, mas na sua própria condição subjetiva, porque essa nova etapa traz, como algo inerente, conseqüências vorazes que deturpam a sua consciência de classe.

No conjunto das transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro ao longo do século XX é preciso refletir a partir dos próprios caminhos do nosso processo de industrialização iniciado nos anos 50. Porque um processo de industrialização não consiste

apenas de uma mudança de técnicas de produção e uma maior diversificação de produtos, mas um processo dessa envergadura termina por promover significativas alterações também na divisão social do trabalho, e, no caso do Brasil, as mudanças deram-se, sobretudo, no intenso grau de urbanização que foi imposto àqueles que viviam no campo, levando-os à economia urbana, engrossando o que Marx chamou de Exército Industrial de Reserva.

E foi partindo desse pressuposto que tivemos marcados os destinos da dinâmica do nosso mercado de trabalho. O próprio SINGER (1977:15), baseado em Marx, afirma que a *função do exército industrial de reserva seria exatamente a de tornar a oferta de força de trabalho mais elástica ao salário, ou seja, de tornar o salário real menos suscetível de aumentar quando o emprego efetivo cresce.*

Marx distingue o chamado exército industrial de reserva em três formas. a) forma *liquida* que é formada por pessoas que estão desempregadas, mas em um fluxo entre-empregos; b) forma *latente* na qual estão inseridos os camponeses, sempre preparados a transferir-se ao proletariado urbano ou industrial, e c) forma *estagnada* formada por trabalhadores ativos, mas com ocupação totalmente irregular, o que nos dias atuais poderíamos chamar todos aqueles que *estão inseridos na informalidade*, formando um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível, sendo uma aproximação do que se chama de *desempregados estruturais*.

Portanto, a trajetória do processo de urbanização foi tão intensa na busca de adaptar-se ao pressuposto acima, que tivemos de 1940 a 1980 uma total inversão na relação da população que vivia na cidade e no campo. Em 1940, possuíamos 12,8 milhões de pessoas vivendo na cidade, o que equivalia a 31,2% da população total, enquanto no campo

eram 28,3 milhões, o equivalente a 68,7%. Já em 1991 passamos a ter 110,9 milhões de pessoas nas cidades, equivalendo a 75% da população, e apenas 35,8 milhões vivendo no campo, equivalendo a 24,4%⁴. Os dados do Censo 2000 nos mostram um aspecto bastante interessante quando analisamos o percurso da dinâmica populacional na relação campo-cidade nos anos 90. A população total foi calculada em 169.799.170 pessoas, equivalendo 137,9 milhões, sendo urbana (81 %) e 31,8 milhões no setor rural (18 %). O Censo citado nos mostra que a migração campo-cidade em relação às décadas anteriores foi muito menor, apenas 6,0 %⁵.

Tabela 01
Taxas Anuais Médias de Crescimento da População
(%)

Período	População
1951-1960	2,99
1961-1965	2,89
1966-1970	2,89
1971-1980	2,48
1981-1992	1,93
1991-2000*	1,74

FONTE: IBGE (apud:BRUM, Argemiro. O desenvolvimento econômico brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1998,(pg.421).

* Esse dado foi calculado com base nos dados contidos no Censo 2000.

Os dados acima mostram perfeitamente a clara desaceleração do crescimento populacional, trazendo impactos significativos à estrutura demográfica do mercado de trabalho. Esse elemento demográfico é fruto de um conjunto de variáveis, sendo o carro-chefe a maior inserção da mulher no mercado de trabalho fruto da precariedade das condições de vida, sobretudo das famílias de baixa renda que são quem possuem uma maior

⁴ Dados extraídos de BRUM, Argemiro. *Desenvolvimento econômico brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1998. (pg. 447)

⁵ Os dados referentes ao Censo 2000 foram extraídos do site do IBGE. www.ibge.gov.br

taxa de natalidade⁶. Porém, mesmo o fato de termos diminuído drasticamente os níveis de fecundidade, sua pressão no mercado de trabalho só surtirá efeitos na próxima década (2010-2020), de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego⁷. Mesmo assim, essa diminuição não terá uma influência tão significativa porque o que terá importância mesmo serão os níveis e a forma do crescimento econômico.

Ao longo dos últimos vinte anos é possível distinguir dois momentos distintos. Um *primeiro*, marcado, sobretudo, nos anos 80 mostra-nos que a queda nas ocupações formais ocorreu essencialmente nos períodos de fragilidade econômica, retomando posteriormente aos patamares anteriores, ou seja, existia um movimento cíclico no emprego que correspondia a fases de crescimento e debilidade no Produto Interno Bruto, mas, já na década de 80, era visível a *interrupção de um processo de estruturação do mercado de trabalho* (COLOMBERA, 2002; POCHMANN, 1999). No *segundo* momento, já nos anos 90, diferentemente dos anos 80, a reestruturação produtiva imposta às empresas não permitiu uma oscilação positiva na ocupação do emprego formal em relação à População Econômica Ativa, mesmo nos momentos em que a economia recuperava seus indicadores econômicos, porque terminamos por permanecer com baixos níveis de crescimento do produto interno. Prova maior disso é que em 2000 possuíamos apenas 3 milhões de empregos formais a mais que em 1980.⁸

“O mercado de trabalho brasileiro vem passando por grandes transformações nesta década. Essas mudanças originam-se, de um lado, da reorientação do modelo de desenvolvimento que transitou, a partir de 1990, da industrialização protegida para

⁶ Estudo do Ministério do Trabalho em 1998 mostra que a taxa de fecundidade (nº de filhos nascidos vivos por mulher em idade reprodutiva) era de 6,0 em 1960 e baixou para 2,3 nos anos 90.

⁷ idem.

⁸ Dados extraídos de Pochmann (2001b) referente a 1980 e do Banco de Dados da RAIS em relação a 2000.

*uma economia aberta e competitiva, e de outro, do sucesso, ainda em consolidação, da estabilidade da moeda.*⁹

Há aqueles que acreditavam que as transformações realizadas na economia brasileira, no início dos anos 90, a partir da reorientação do modelo econômico de desenvolvimento levariam o país a um novo estágio de superação das adversidades no mercado de trabalho que já naquela época mostrava sinais tendentes de desestruturação.

Não podemos esquecer que Marx tem no conjunto de sua obra uma teoria sobre o emprego que relaciona, a partir de um amplo encadeamento, a Composição Orgânica do Capital, Teoria da Mais-Valia, Exército Industrial de Reserva e os ciclos econômicos. O sistema capitalista, por um lado, à medida que aumenta a acumulação de capital amplia também a proletarização da sociedade, por outro, à medida que os elementos concorrenciais são postos a prova, provocando uma ampliação da Composição Orgânica do Capital, alteram a demanda de força de trabalho pela menor utilização de mão de obra criando o desemprego tecnológico.

Desde o início dos anos 80, o mercado de trabalho brasileiro entra em um ponto de inflexão, mudando a rota que havia sido sua marca desde os anos 30 do século XX. Aquele período foi uma época que tinha como marca a estruturação de um mercado de trabalho baseado na formalização do assalariamento, redução de empregos por conta própria e baixos índices de desemprego. Essa nova rota assumida no início dos anos 80 trouxe para os anos 90 uma dramatização das relações sociais numa dimensão nunca antes vista na história do país.

⁹ Ministério do Trabalho e Emprego: *Emprego no Brasil - Diagnóstico e Políticas*, (1998), pg 05

Como forma de demonstrar a gravidade desse percurso é só vermos os dados mostrados por POCHMANN (2001b: 98) quando ele afirma que em 1980 possuíamos cerca de 23 milhões de trabalhadores assalariados com registro formal, passando em 1989 para 25,5 milhões. Porém, os dados do Ministério do Trabalho mostram que chegamos em 2000¹⁰ com 26,3 milhões de trabalhadores registrados formalmente. A gravidade dos números apresentados mostra o desempenho do emprego formal em relação ao conjunto da População Economicamente Ativa e vemos que os níveis de ocupação tornam-se decrescentes devido a um leque de fatores entre os quais se destacam a necessidade de uma maior qualificação profissional face à nova matriz tecnológica; novas formas de gerenciamento da força de trabalho; a ampliação da carga tributária; ampliação da terceirização; o crescimento do trabalho autônomo. Porém, o elemento definidor dos rumos do mercado de trabalho pode ser melhor entendido quando visualizamos as taxas de crescimento da economia brasileira, como pode ser visto na Tabela 02.

Tabela 02
Taxas Anuais de Crescimento do Produto Interno Bruto e da População Economicamente Ativa – (1951-2000)

Anos	Taxas Anuais de Crescimento		
	Produto Interno Bruto (1)	População Economicamente Ativa (2)	(A) / (B)
1951-1960	7,7	1,1	7,1
1961-1970	6,2	4,5	1,4
1971-1980	8,6	3,9	2,2
1981-1990	1,6	3,1	0,5
1991-2000	2,5	3,2	0,8

Fonte: Boletim Estatístico do Banco Central; IBGE. (Apud:Carvalho, 2002:11)

(1) Para o ano 2000, adotou-se a estimativa do Banco Central do Brasil

(2) Para o ano 2000, foram utilizados os dados preliminares do Censo 2000 para a população total e as taxas de participação da PNAD de 1999 para o cálculo da PEA.

¹⁰ Esse dado do ano 2000 foi coletado diretamente do Ministério do Trabalho e Emprego no Banco de Dados on-line da Relação Anual das Informações Sociais – RAIS.

Seguindo a lógica da argumentação, a partir da tabela, é possível enxergar que existe um movimento contraditório na economia e a sua relação com a população, sobretudo a partir de 1981 quando entramos num ponto de extremo decréscimo na relação produto – PEA, obtendo uma ligeira recuperação nos anos 90, mas, mesmo assim, muito ínfima para o crescimento populacional, sobretudo para os ativos no mercado de trabalho. Enquanto nos anos 50 possuíamos uma relação de 7,1 chegamos aos anos 80 com apenas 0,5, ou seja, uma queda de mais de 90% nessa relação. E nos anos 90 ocorre uma pequena melhora nesse nível, porém a realidade é mais dramática do que nos anos 80, pelo fato de terem crescido de forma assustadora os níveis de desemprego aberto e os níveis de informalização da economia.

POCHMANN (2001B:103) afirma que 13,6 milhões de pessoas ingressaram no mercado de trabalho nos anos 90, porém apenas 62,5% encontraram uma vaga, ou seja, 8,6 milhões de pessoas obtiveram acesso a algum posto de trabalho, enquanto que 5,0 milhões de pessoas viram-se excluídas da própria exploração capitalista de sua força de trabalho.

A capacidade de incorporar novos trabalhadores ao mercado de trabalho em cada país, sobretudo no nosso, depende da forma de inserção na economia mundial, do nosso modelo de desenvolvimento e não apenas da expansão econômica como muitos apregoam. E esse aspecto foi sem dúvida um elemento bastante importante nos anos recentes, porque devido a uma inserção passiva na economia mundial terminamos por promover uma verdadeira exportação de empregos para os mais variados recantos do planeta.

“Durante a década de noventa, a população brasileira vem crescendo ao ritmo de 1,5% ao ano.(...)A desaceleração do crescimento populacional deveu-se essencialmente à queda na

*taxa de fecundidade (número de filhos nascidos vivos por mulher em idade reprodutiva) que passou de 6,0 nos anos 60 para 2,3 nos anos 90.*¹¹

A qualidade dos postos de trabalho atualmente existentes está mais ligada a dois fatores primordiais: um é a matriz tecnológica usual no momento e o outro a organização do trabalho quanto às condicionalidades impostas pela regulação nacional do mercado de trabalho.

O mercado de trabalho brasileiro vive uma clara desestruturação, como podemos ver em POCHMANN (2000: 48) que mostra que *entre 1989 e 1999, a quantidade de desempregados ampliou-se de 1,8 milhão para 7,6 milhões, com a taxa de desemprego aberto passando de 3,0% da População Economicamente Ativa para 9,6%.*

Ademais, o mercado de trabalho permanece com suas características básicas: alta rotatividade da mão de obra, postos de trabalho pouco produtivos, baixos salários e trabalhadores pouco qualificados. No que se refere à rotatividade, um recente estudo realizado para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada -IPEA, analisando os anos de 1997 e 1998, detectou que *“a maior parcela da realocação de postos de trabalho está distribuída entre serviços (1/3), indústria (23%), comércio (cerca de 20%) e administração pública (em torno de 12%)*¹²”.

A marca dessas ocupações que têm sido criadas está muito mais vinculada às formas de reprodução das estratégias de sobrevivência do que realmente a algo que possa se chamar de “emprego” propriamente dito, devido às formas precárias de trabalho e ao baixo

¹¹ Ministério do Trabalho. Emprego no Brasil: Diagnóstico e políticas. Brasília:MTb, 1998. (pg 07)

¹² CORSEUIL, Carlos H. (et. alii). Criação, destruição e realocação do emprego no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (pg.36)

rendimento, à pequena produtividade e à baixa escolaridade que muitas vezes não permitem a inserção do indivíduo num emprego sequer de média qualificação.

Esse novo nível de racionalização tem como base a nova matriz técnica onde tanto as *novas tecnologias* quanto as *novas formas de gerenciamento de pessoal* adquiriram um papel bastante significativo.

No caso do Brasil, fica evidenciada a influência da tendência econômica mundial. A partir da década de 70, a expansão do setor terciário tornou-se bastante perceptível, ilustrada inclusive pela queda da participação do emprego industrial, como é o caso de São Paulo, no qual em 1985 a indústria era responsável por 33% da ocupação regional passando a 20% em 1998¹³, espaço esse que passou a ser ocupado pelo comércio e serviços. Já em 1998, o comércio alcançou uma participação de 7,3% no Produto Interno Bruto-PIB segundo cálculos do IBGE¹⁴.

Qualquer busca de análise da nossa realidade econômica tanto setorial, local ou até mesmo nacional nos anos 90, deve partir, necessariamente, do intenso grau de abertura econômica a que fomos submetidos. Portanto, a abertura da economia brasileira no início dos anos 90 terminou por impor imensas repercussões no mundo do trabalho que inicialmente teve como alvo o setor industrial, e, em um segundo momento, o setor de comércio e serviços que também passa por um processo de reestruturação produtiva manifestada mais intensamente a partir de 1995.

A variedade de segmentos impõe-lhe uma grande diversidade de comportamentos, tanto em relação a sua origem, se produzidas localmente ou importadas,

¹³ Reestruturação produtiva no comércio. Boletim DIEESE Nº 217 jan/fev- 2000.

¹⁴ Disponível no site: www.ibge.org.br/contas_nacionais

agrícola ou industrial, quanto ao destino, se de consumo intermediário ou de consumo final, ou até mesmo as influências da política de câmbio, juros, abertura às importações, elevação dos impostos, dos salários, da redução do nível de atividade econômica do país.

A brutalidade dos números só existe para alguns, porque para muitos o trabalho sem carteira assinada é algo banal, corriqueiro, porque no Brasil nunca tivemos um mercado de trabalho estruturado em que a linha divisória entre o emprego e o desemprego fosse clara. Esse fenômeno exacerba-se nos anos 90 em virtude dos caminhos que a economia brasileira trilhou e será justamente por apenas um lado dessa linha divisória que buscaremos traçar, na secção seguinte, um diagnóstico do que foi o mercado de trabalho formal no Brasil nos anos 90.

CAPÍTULO II – A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NOS ANOS 90 NO BRASIL

2.1. A Dinâmica do Mercado de Trabalho Formal na Economia Brasileira nos anos 90

A economia brasileira no decurso dos anos 90 viveu grandes transformações no seu arcabouço, na sua estrutura. Tivemos no plano político a efetivação de uma nova orientação que, sincronizada com o novo ideário econômico, impôs à economia brasileira uma nova rota de ruptura com o modelo que iniciara nos anos 30 do século XX.

A eleição do presidente Collor de Melo em 1989 marcou a economia brasileira por um novo ideário econômico, a partir do que se chamou de Consenso de Washington, quando o mercado passou a ser o senhor de fatos e delineador de todas as ações macroeconômicas. Sendo assim, o “Projeto de Modernização” vencedor das eleições impôs ao país um leque de políticas liberalizantes tendo como objetivo maior a ampliação da competição intercapitalista. E assim, a abertura comercial foi o elemento mais marcante e que figurou em praticamente todas as ações de cunho macroeconômico durante esse período. Foi assim no Plano Collor I e, sobretudo, no Plano Real.

Esse novo estágio no qual a economia brasileira se inseria trazia em seu bojo uma série de transformações e impactos em praticamente todos os setores da economia. Pensar esse período é refletir, por um lado, os impactos que tiveram as mudanças nos produtos e nos processos de produção, e, por outro, quais os novos condicionantes referentes à ocupação da força de trabalho.

Tabela 03
Repartição da População Total, População Economicamente Ativa, População Não-Economicamente Ativa, População em Idade Ativa e População Empregada Formalmente – Brasil (1991 – 1996 – 2000)

Segmentações	1991	1996	2000
População Total	146.825.475	157.070.163	169.799.170
População Economicamente Ativa	60.621.934	74.138.441	76.158.531
População Não-Economicamente Ativa	54.404.124	46.763.259	58.887.694
População em Idade Ativa	112.860.248	120.936.407	136.427.211
População Empregada Formalmente	23.010.793	23.830.312	26.228.629

Fonte: Censos Demográficos de 1991 e 2000 – IBGE; Anuário Estatístico de 1996 – IBGE e RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego.

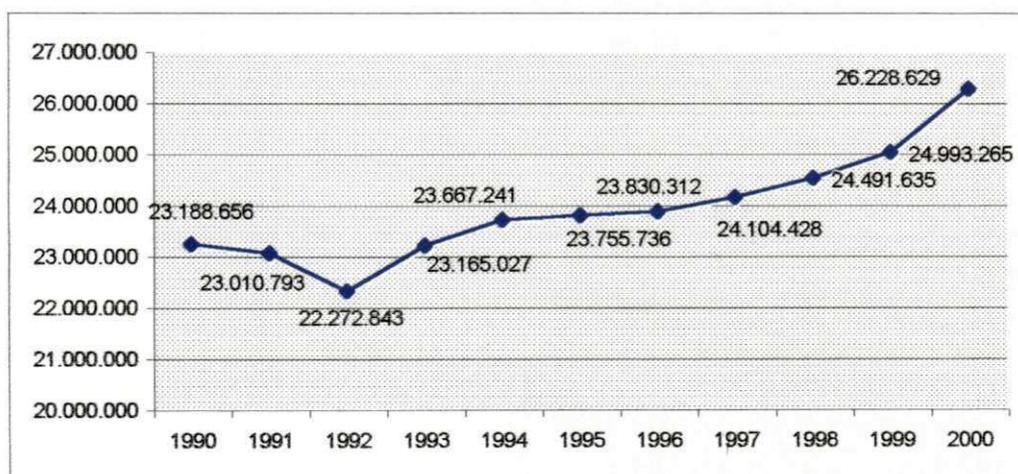
Nesse percurso, é importante visualizar a dinâmica populacional e suas devidas segmentações de forma que possamos compreender suas relações com a trajetória do emprego. Para isso, quando procuramos medir a participação dos empregos formais no conjunto da População Total chegamos em 1991 a um percentual de 15,67%. Já em 1996, os dados mostram que ocorreu um pequeno decréscimo nessa relação para um percentual de 15,17%, e finalmente no ano 2000 ocorreu uma pequena retomada no nível da participação para 15,44%, porém não chegando ao mesmo patamar de 1991.

Na busca por compreender a dinâmica do crescimento da população brasileira, os dados nos mostram que tivemos um *crescimento médio anual de 1,74% da População Total – PT, no decorrer dos anos 90¹⁵, índice que é inferior tanto ao crescimento da População Economicamente Ativa – PEA, que foi de 2,84%, quanto ao do crescimento da População em Idade Ativa – PIA, que foi de 2,31%, ou seja, os dados nos revelam o que já havíamos dito anteriormente, a população brasileira encontra-se em processo de envelhecimento devido ao fato de ter caído o grau de fecundidade da população.*

¹⁵ Anos 90 aqui eu me refiro ao período intercensitário que vai de 1991 a 2000.

Do ponto de vista da ocupação formal, em 1996 possuíamos 23.830.312 empregos, o equivalente a 32,14% da PEA que era de 74,1 milhões de pessoas. Já em 2000, o emprego formal cresceu atingindo um percentual de 34,43% da PEA, representando 26,2 milhões de pessoas. Porém, o nível de crescimento médio anual do emprego formal no decorrer da década de 1,54% é menor do que os níveis de crescimento da População Total (PT), da População Economicamente Ativa (PEA) e da População em Idade Ativa (PIA).

Gráfico 01
Desempenho do Mercado de Trabalho Formal no Brasil (1990-2000)
(valores absolutos)

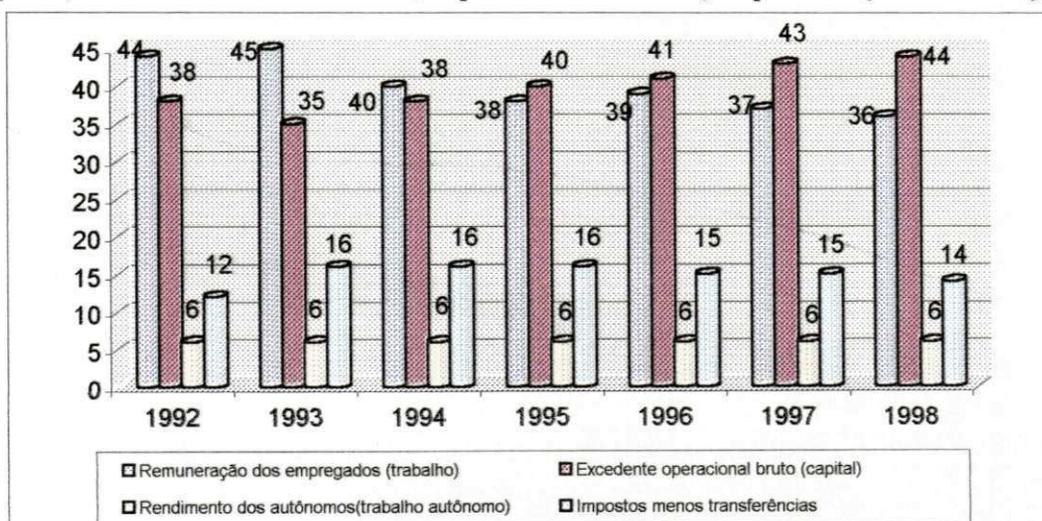


Fonte: RAIS / Ministério do Trabalho e Emprego (Elaboração própria)

Assim, os dados acima mostram que a dinâmica do emprego formal no decorrer da década sofreu oscilações, mas só vai se mostrar crescente (em termos absolutos) a partir de 1993. Porém, seus níveis de crescimento não acompanham os percentuais de crescimento da População Total, da População Economicamente Ativa e da População em Idade Ativa o que termina por gerar pressões no mercado de trabalho.

mostra claramente que o rendimento do trabalho teve uma tendência decrescente no período que vai de 1992 a 1998, quando em 1993 participava em 45,0% na repartição do PIB, chegando a 36,0% em 1998, enquanto que, os rendimentos do capital, realizou o caminho inverso participando em 1993 de 35,0%, chega em 1998 com 44,0%, tornando claro a ampliação da concentração de renda no Brasil dos anos 90.

Gráfico 02
Repartição do PIB entre trabalho, capital e administração pública (1992 – 1998) (%)



Fonte: Anuário dos Trabalhadores / 2000 - DIEESE

Os dados mostrados acima mostram a dinâmica no conjunto da economia, tanto informal quanto formal. Do ponto de vista dos rendimentos do setor formal, que é o objetivo maior deste trabalho, ocorreu no geral um rebaixamento dos ganhos salariais (Tabela 05). Em 1991, existia 27,08% dos ocupados ganhando até 2 salários-mínimos, ocorrendo uma melhora em termos de rendimento já que diminuiu para 26,84% a participação dos que ganhavam até 2 salários mínimos, mas, voltando a crescer para 30,8% no ano 2000.

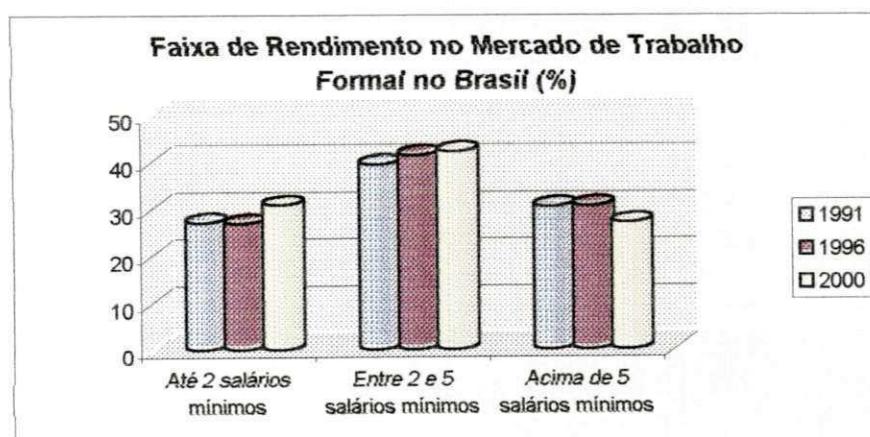
Quando analisamos aqueles que estão na faixa de renda entre 2 e 5 salários mínimos torna-se claro que ocorreu um aumento no percentual de pessoas inseridas nesta faixa salarial no decorrer da década cerca de 2,68%. Até esta parte em que analisamos os dados nada se apresenta significativo, mas a análise torna clara a dinâmica dos rendimentos quando vemos que caiu a participação percentual dos que ganhavam acima de 5 salários mínimos, de uma participação de 30,44% em 1991 vai chegar no fim da década com uma participação de 27,0 %, ou seja, uma diminuição na participação de 3 pontos percentuais, conforme tabela abaixo.

Tabela 05
Faixa de Rendimento no Mercado de Trabalho Formal no Brasil

Faixa de Renda	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Até 2 salários mínimos	6.233.621	27,08	6.397.489	26,84	8.079.992	30,8
Entre 2 e 5 salários mínimos	9.080.571	39,46	9.864.001	41,39	11.053.329	42,14
Acima de 5 salários mínimos	7.005.961	30,44	7.292.827	30,60	6.955.087	27,0
Ignorado	690.640	3,00*	275.995	1,58	140.221	0,53
Total	23.010.793	96,98	23.830.312	98,83	26.228.629	99,99

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Gráfico 03



Fonte: RAIS / Ministério do Trabalho e Emprego (Elaboração própria)

Tabela 04
Nível de Ocupação Formal nos Grandes Setores no Brasil

Setores	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Indústria	5.549.687	24,10	5.272.105	22,12	5.285.321	20,15
Const Civil	975.256	4,24	1.119.229	4,69	1.094.528	4,17
Comércio	2.812.584	12,22	3.463.649	14,53	4.251.762	16,21
Serviços	11.044.687	48,00	12.889.559	54,08	14.523.020	55,37
Agropecuária	364.998	1,59	993.834	4,17	1.072.271	4,09
Ignorado	2.263.581	9,84	91.936	0,38	1727	-
Total	23.010.793	100,00	23.830.312	99,97	26.228.629	99,99

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Obs: No que se refere ao ano de 1991 a explicação dada pelo Ministério do Trabalho para um nível alto de trabalhadores com setor ignorado foi devido a falhas no preenchimento da declaração. Esse alto índice de trabalhadores com ocupações ignoradas prejudica uma melhor compreensão da primeira fase do período estudado.

A análise mais detalhada da dinâmica do emprego nos setores irá nos mostrar resultados bastante interessantes. A dinâmica do setor industrial mostra-se declinante, tanto em termos relativos quanto em termos absolutos, do ponto de vista da ocupação, porque tínhamos em 1991 um nível de 24,1% dos ocupados, chegando em 1996 com 22,1% e encerra a década (2000) com apenas 20,1%, mostrando claramente a sintonia com a tendência decrescente na ocupação industrial em nível mundial.

Do ponto de vista dos setores do comércio e serviços, os dados mostram que de 1996 a 2000 só tivemos uma alteração percentual relativamente significativa no segmento de comércio, porque passamos de uma participação de 14,5% em 1996 para 16,2% em 2000. Já o setor de serviços praticamente permaneceu no mesmo patamar de participação crescendo apenas 1,29% no período.

A procura por compreender a dinâmica do emprego nos leva necessariamente a entender também a dinâmica dos rendimentos e sua trajetória no decorrer dos anos 90. Sendo assim, a participação dos rendimentos do trabalho no conjunto da riqueza gerada no país torna-se uma variável importante para uma análise dessa natureza. O gráfico abaixo

No geral, a dinâmica dos rendimentos dos trabalhadores apresentou-se decrescente, mesmo que em 1991 tivéssemos um percentual de 3,0% de trabalhadores com renda ignorada que poderia mascarar os dados no somatório geral, o decréscimo dos rendimentos torna-se claro porque tanto aumentaram os que ganhavam até 2 salários mínimos quanto caiu o percentual dos que ganham acima de 5 salários mínimos.

A comparação dos níveis de rendimento com o grau de instrução mostra que ocorreu uma ampliação do nível de exploração da força de trabalho, pelo fato de os trabalhadores estarem mais bem qualificados e a dinâmica dos rendimentos do trabalho ser decrescente, fato que será verificado numa análise mais cuidadosa da tabela abaixo.

Tabela 06
Grau de Instrução no Mercado de trabalho Formal no Brasil

Grau de Instrução	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Analfabeto	771.304	3,39	698.311	2,95	487.380	1,86
4ª Série incompleta	2.635.490	11,58	2.568.773	10,86	1.903.226	7,26
4ª Série completa	4.052.917	17,81	3.651.875	15,44	2.873.846	10,96
8ª série incompleta	3.523.773	15,49	3.785.721	16,01	3.512.479	13,39
8ª série completa	3.107.434	13,66	3.817.864	16,14	4.536.616	17,30
2º grau incompleto	1.709.921	7,51	1.700.172	7,19	2.294.702	8,75
2º grau completo	3.937.261	17,30	4.332.603	18,32	6.458.843	24,63
Superior incompleto	812.240	3,57	703.158	2,97	1.007.733	3,84
Superior completo	2.205.553	9,69	2.393.539	10,12	3.153.804	12,02
Total	22.755.893	100,00	23.652.016	100	26.228.629	100

Fonte: Ministério do Trabalho/ RAIS (Elaboração própria)

No que se refere ao aspecto do padrão de formação educacional da nossa mão-de-obra, ela atravessa duas fases totalmente distintas durante a década. Na primeira fase, período que vai de 1991 a 1996, as melhoras nos graus de instrução se deram de forma muito incipiente, com pequenas melhoras em poucos graus (dos 9 existentes) como no das pessoas com curso superior completo, segundo grau completo e primeiro grau completo e incompleto.

Na segunda fase, que vai de 1996 a 2000, tivemos uma melhora significativa no padrão de formação com o crescimento mais significativo na faixa daqueles que estão com segundo grau completo (ver tabela 06) que cresceram de 18,32% em 1996 para 24,63% em 2000. Nessa segunda fase, realmente ocorreu uma boa melhora nos níveis de formação, sobretudo, daquelas pessoas que possuíam formação a partir do segundo grau (2º grau completo e incompleto; superior completo e incompleto): em 1991 possuíamos 38,07% das pessoas inseridas nesses níveis; em 1996 praticamente mantivemos estagnados em 38,06%; mas, em 2000 atingimos um percentual de 49,29% da mão de obra formal nesse nível de instrução.

O que os dados mostram de forma taxativa é que a ocupação formal de uma pessoa analfabeta torna-se cada vez mais difícil porque diminuímos de 771.304 pessoas ocupadas em 1991, equivalente a 3,39% do total, para apenas 487.380 pessoas no ano 2000, equivalente a 1,86%, ou seja, uma diminuição de 45,13% no total, conforme os dados da Tabela 06.

Tabela 07
Participação por Sexo no Mercado de Trabalho Formal no Brasil

Sexo/Ano	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Masculino	14.849.919	64,54	14.826.106	62,21	15.982.983	60,93
Feminino	8.160.874	35,46	9.004.207	37,78	10.245.646	39,06
Total	23.010.793	99,90	23.830.312	99,99	26.228.629	99,99

Fonte: Ministério do Trabalho / RAIS (Elaboração própria)

A análise da composição do mercado de trabalho formal por sexo mostra-nos que ocorreu uma maior inserção da mulher no mercado de trabalho, já que em 1991 correspondia a 8.160.874 pessoas, equivalente a 35,46% dos postos de trabalho, no final da década (2000) participa com 10.245.646 pessoas, equivalente a 39,06%. Esses números mostram que o Brasil está em perfeita sintonia com a dinâmica da ampliação do trabalho

feminino que ocorreu mundialmente nos anos 90 e que tem como traço comum a necessidade de melhoria nos rendimentos familiares.

Tabela 08
Participação por Faixa Etária no Mercado de Trabalho Formal no Brasil

Faixa Etária	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
10 a 17 anos de idade	719.184	3,12	528.231	2,21	338.368	1,29
18 a 39 anos de idade	15.402.599	66,93	15.916.412	66,79	17.453.272	66,54
40 anos acima	6.224.628	27,05	7.337.423	30,79	8.426.491	32,12
Ignorado	664.382	2,88	48.246	0,20	10.498	-
Total	23.010.793	97,10	23.830.312	98,79	26.228.629	99,95

Fonte: RAIS / Ministério do Trabalho e Emprego (Elaboração própria)

Quando tratamos de analisar os níveis de ocupação por faixa etária, os números mostram que a participação dos mais jovens, na faixa de 10 a 17 anos, no mercado de trabalho formal foi decrescente no decorrer da década, porque possuíamos 719.184 pessoas em 1991, equivalente a 3,12% do total de ocupados, caímos para 2,21% em 1996 e em 2000 alcançamos o percentual de 1,29%, equivalente a 338.368 pessoas, ou seja, uma queda em mais de 50,0% nos anos 90.

No que se refere a faixa etária de 18 a 39 anos essa se manteve praticamente estabilizada com um percentual de 66,0% da mão de obra ocupada. Porém, quando se trata da dinâmica da ocupação daqueles que possuem acima de 40 anos, os dados mostram que a participação desse segmento é crescente no decorrer de toda a década. Em 1991 possuíamos cerca de 6.224.628 pessoas, equivalente a 27,05%; em 1996 sua participação aumentou para 7.337.423 pessoas equivalendo a 30,79% e finalmente no ano 2000 esse segmento atinge um patamar de 32,12% da mão-de-obra, perfazendo um total de 8.426.491 pessoas, evidenciando os estudos realizados por institutos de pesquisa no Brasil que mostram, a

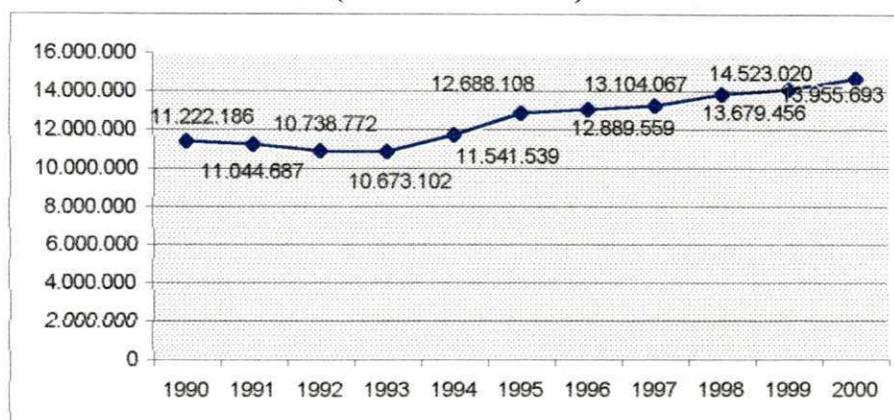
partir de estimativas, que a dinâmica ocupacional mostra uma ampliação da participação dos mais idosos no mercado de trabalho.

2.2 A Dinâmica no Setor de Serviços

O debate atual acerca da capacidade dos setores econômicos absorverem mão-de-obra tem sido caro ao sistema capitalista justamente pelos reordenamentos macrodinâmicos no emprego que tem provocado, justamente pelas crises econômicas e pelas transformações na base tecnológica.

O setor de Serviços ao longo dos anos 90 mostrou, do ponto de vista do emprego formal, um desempenho crescente tanto do ponto de vista absoluto quanto do ponto de vista relativo, porque iniciamos a década com uma participação de 48% da mão-de-obra no conjunto dos setores, chegando em 1996 a 54,08% e no ano 2000 praticamente estabilizado com 55,37% dos postos de trabalho em termos relativos. Porém, do ponto de vista absoluto o setor apresenta um nível de crescimento do emprego formal acentuado desde 1994, devido a isso, é que tivemos no decorrer da década uma taxa média de crescimento anual na geração de novos postos de trabalho de 3,58%, o que mostra ser um nível bastante elevado quando comparado com os outros setores e até mesmo o nível de crescimento médio do emprego formal na economia brasileira no período que foi de 1,54%, de acordo com cálculos das informações obtidas no banco de dados da RAIS (Tabela 04).

Gráfico 04
Nível de Ocupação Formal no Setor de Serviços no Brasil (1990-2000)
 (valores absolutos)



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Para efeito de declaração junto ao Ministério do Trabalho e Emprego o setor de Serviços é dividido em sete segmentos: instituições financeiras; serviços de administração técnica e profissional; serviços de transportes e comunicação; serviços de alojamento, alimentação, serviços de reparação, manutenção, redação, etc; serviços médicos, odontológicos e veterinários; ensino; serviços de administração pública direta e autárquica.

Tabela 09
Nível de Ocupação Formal nos Segmentos do Setor de Serviços no Brasil

Segmentos	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Instituições Financeiras	737.523	6,67	623.957	4,91	557.214	3,83
Administração Técnica Profissional	1.657.635	15,00	1.798.426	13,95	2.580.036	17,76
Transportes e Comunicação	1.036.752	9,38	1.378.219	10,69	1.390.777	9,57
Alojamento, alimentação e outros	2.306.785	20,88	1.842.585	14,29	2.269.242	15,62
Médicos, Odontólogos e Veterinários	420.645	3,80	919.871	7,13	924.415	6,36
Ensino	211.552	1,91	850.940	6,60	918.771	6,32
Administração Pública	4.673.795	42,31	5.466.561	42,41	5.882.565	40,50
Total	11.044.687	100,00	12.889.559	99,78	14.523.020	99,96

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Quando partimos para uma análise mais detalhada vemos que dentro do setor de Serviços existem algumas peculiaridades. O segmento das **Instituições Financeiras** foi o que obteve a maior queda relativa nos níveis de ocupações, pois de 737.523 postos de trabalho em 1991, equivalendo a 6,67% do total do setor, chegou em 1996 a 4,91%, encerrando a década (2000) com um total de 557.214 postos de trabalho, equivalendo a 3,83%.

Já o segmento de **Administração Técnica e Profissional**, num primeiro momento, mostrou-se declinante, mas posteriormente apresentou-se crescente. Ele apresentou em 1991 uma participação de 15% de ocupação, representando 1.657.635 postos de trabalho, diminuindo para 13,95% em 1996 e finalmente apresentou em 2000 um crescimento na participação para 17,76%, o que equivale a 2.580.036 postos de trabalho.

Já o segmento dos **Transportes e Comunicações** apresentou no decorrer da década de 1990 uma certa estabilização em termos relativos, e um crescimento em termos absolutos. Em 1991 possuía cerca de 1.036.752 postos de trabalho, equivalendo a 9,38% do setor, chegando ao ano 2000 com 1.390.777 postos de trabalho, o que representa cerca de 9,57% do setor de Serviços.

Quando procuramos analisar a dinâmica do segmento de **Alojamento, Alimentação, Reparação, Manutenção, Redação e outros**, é perceptível que ocorreu um encolhimento em termos absolutos que foi maior ainda em termos relativos. Para isso é só visualizar os dados que mostram uma participação percentual de 20,88% em 1991 com um total de 2.306.785 postos de trabalho, chegando ao ano 2000 com um percentual de 15,62%, equivalendo a 2.269.242 postos de trabalho.

Já o segmento dos **Médicos, Odontólogos e Veterinários** foi o que conseguiu obter o segundo maior nível de crescimento relativo dentro do setor, pelo fato de possuir uma participação percentual de 3,80% em 1991, equivalendo a 420.645 ocupações formais, passando para 924.415 em 2000, equivalendo à 6,36%, mostrando claramente que o segmento mais do que dobrou o número de ocupações.

De todos os segmentos do setor de Serviços, o do **Ensino** foi o que conseguiu obter os maiores níveis de crescimento tanto absoluto quanto relativo. De um total de 211.552 ocupações formais em 1991, equivalendo a 1,91% do total do setor, já em 1996 alcançou o nível de 6,60% com 850.940 empregos formais, chegando em 2000 com 918.771 postos de trabalho que equivalem a 6,32% da mão-de-obra empregada no setor de serviços no Brasil.

Já a análise que é possível realizar sobre a dinâmica do emprego na **Administração Pública** torna claro que no decorrer da década ocorreu um crescimento nos postos de trabalho em termos absolutos, porém no geral, caiu em termos relativos. Os dados nos mostram que em 1991 o segmento possuía 42,31% com 4.673.687 postos de trabalho, chegando em 1996 com 42,41%, o que equivalia a 5.466.561 ocupações, e chegando ao ano 2000 com 5.882.565 empregos formais que representam 40,5% da mão-de-obra empregada no setor.

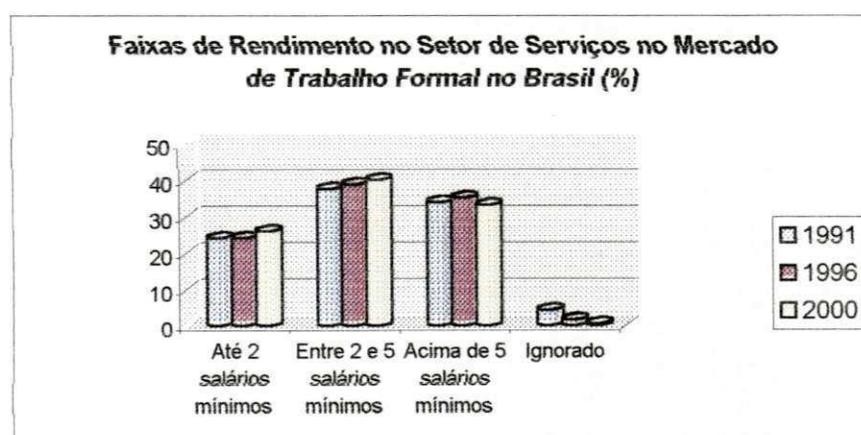
Vale salientar que esse segmento, do ponto de vista de seu quadro de pessoal, iniciou um processo de redefinição cíclica em virtude da quantidade de pessoas que têm entrado em processo de aposentaria, provocando uma completa redefinição no perfil do mercado de trabalho na Administração Pública no Brasil durante a década de 90.

Tabela 10
Faixas de Rendimento no Setor de Serviços no Mercado de Trabalho Formal no Brasil

Faixa de Renda	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Até 2 salários mínimos	2.662.177	24,10	3.118.665	24,19	3.784.085	26,05
Entre 2 e 5 salários mínimos	4.170.261	37,75	5.020.142	38,94	5.823.835	40,10
Acima de 5 salários mínimos	3.747.846	33,93	4.542.420	35,24	4.824.232	33,21
Ignorado	464.403	4,20	208.332	1,61	90.868	0,62
Total	11.044.687	96,98	12.889.559	99,98	14.523.020	99,98

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Gráfico 05



Fonte: RAIS / Ministério do Trabalho e Emprego (Elaboração própria)

Do ponto de vista dos rendimentos do trabalho do setor de Serviços, torna-se importante realizar uma inter-relação com a dinâmica ocorrida no conjunto da economia brasileira. Sob esse prisma, os dados mostram que nos anos de 1991 e 1996 apenas 24 % dos empregados do setor de Serviços ganhavam até 2 salários mínimos. No ano 2000, os dados mostram que ocorreu um crescimento para 26% . Esses dados mostram que o nível de rendimento dos trabalhadores desse setor, comparativamente aos outros setores e até mesmo aos números do conjunto da economia brasileira, estão em melhores condições. Para isso é só ver que no Brasil cerca de 30,8% (Tabela 05) dos trabalhadores formais recebiam no ano 2000 até 2 salários mínimos como rendimento.

Quando procuramos analisar aqueles que estão inseridos numa faixa intermediária dos rendimentos (entre 2 e 5 salários mínimos) iremos perceber que ocorreu no decorrer da década um crescimento dessa participação, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos. Em 1991 tínhamos 37,75%, equivalendo a 4.170.261 empregos, chegando ao ano 2000 com 5.823.835 postos de trabalho, equivalendo a 40,1%.

As pessoas pertencentes à faixa de agregação superior, com renda acima de 5 salário mínimos, terminaram o período com praticamente a mesma faixa de participação do início da década no conjunto do setor. Tínhamos em 1991 um percentual de 33,93% nessa faixa de rendimento, chegando a 35,24% em 1996 e decrescendo para 33,21%, conforme mostra tabela 10.

A comparação dos níveis de rendimento com a dinâmica do grau de instrução no decorrer dos anos 90 nos mostra que ocorreu nesse setor, da mesma forma que no conjunto da economia brasileira, um processo de ampliação da exploração do trabalho, pelo fato das pessoas estarem mais bem instruídas, mesmo que auferindo cada vez mais um rendimento menor, ou seja, a dinâmica dos rendimentos não acompanhou o mesmo sentido da formação educacional.

Tabela 11
Grau de Instrução no Setor de Serviços no Mercado de Trabalho Formal no Brasil

Grau de Instrução	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
<i>Analfabeto</i>	354.124	3,21	331.450	2,57	231.698	1,60
4ª série incompleta	992.418	8,99	1.110.542	8,62	868.547	5,98
4ª série completa	1.565.961	14,18	1.610.455	12,49	1.339.508	9,22
8ª série incompleta	1.289.586	11,68	1.672.224	12,97	1.479.099	10,18
8ª série completa	1.410.257	12,77	1.990.592	15,44	2.204.698	15,18
2º grau incompleto	764.888	6,93	769.798	5,97	1.015.017	6,99
2º grau completo	2.493.003	22,57	2.877.835	22,33	4.013.049	27,63
Superior incompleto	499.759	4,52	471.586	3,66	721.493	4,97
Superior completo	1.538.674	13,93	1.981.395	15,37	2.649.911	18,25
Ignorado	136.017	1,23	73.682	0,57	0	0,00
Total	11.044.687	100,00	12.889.559	100	14.523.020	100

Fonte: Ministério do Trabalho/ RAIS (Elaboração própria)

Uma análise mais detalhada da tabela 11 torna claro que existe um nível determinado de formação que é o divisor de águas. No caso, esse divisor é o primeiro grau. Os dados mostram que em 1991, os que estão inseridos no setor e que possuem como grau de instrução até o 1º grau incompleto somavam cerca de 38,06% da mão-de-obra. Em 2000, esse nível de ocupação cai para apenas 26,98%. É perceptível que até aquela série ocorre uma diminuição no nível de ocupação, pelo fato dessas pessoas estarem pouco instruídas para ocuparem os novos postos de trabalhos que necessitam de um mínimo de qualificação.

Por outro lado, a partir daqueles que possuem a 8ª série completa, ocorre uma ampliação na participação dos que estão inseridos no setor de serviços. Se formos analisar detalhadamente a participação dos que possuem a partir da 8ª série completa, veremos que ao longo da década ocorreu uma ampliação dos inseridos nesse nível de instrução dentro do setor. Se em 1991 perfaziam um percentual de 60,72%, em 2000 esse nível já havia ampliado para 73,02% da mão-de-obra. Isso ocorreu devido ao fato de que muitas tarefas que antes eram consideradas simples passaram a exigir um mínimo de formação profissional, por exemplo, um porteiro de um prédio que precisa assinar correspondências recebidas e manusear um computador que permite o acesso ao prédio.

Tabela 12
Participação por Sexo no Setor de Serviços no Mercado de Trabalho Formal no Brasil

Sexo/Ano	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Masculino	6.189.176	56,03	6.729.286	52,20	7.497.428	51,62
Feminino	4.855.511	43,96	6.160.273	47,80	7.025.592	48,38
Total	11.044.687	99,99	12.889.559	100,00	14.523.020	100,00

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Do ponto de vista da composição do setor de Serviços por sexo vemos que o setor segue a dinâmica da economia brasileira como um todo. Os dados mostram que

ocorreu uma ampliação na participação da mulher também no mercado de trabalho do setor de Serviços. De uma participação relativa de 43,96 % em 1991, a mulher ampliou no ano 2000 para 48,38 %, ou seja, um incremento de quase 10% no decorrer da década.

Tabela 13
Participação por Faixa Etária no Setor de Serviços no Mercado de Trabalho Formal no Brasil

	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
10 a 17 anos de idade	158.872	1,43	147.559	1,14	105.841	0,72
18 a 39 anos de idade	6.971.102	63,11	7.999.377	62,06	8.757.604	60,30
40 anos acima	3.404.527	30,82	4.716.123	36,58	5.652.283	38,91
Ignorado	510.186	4,61	26.500	0,20	7292	-
Total	11.044.687	99,97	12.889.559	99,98	14.523.020	99,95

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Quando partimos para realizar a análise da dinâmica do setor por faixa etária veremos que realmente o setor segue a mesma trajetória do conjunto da economia brasileira, ou seja, ocorreu uma diminuição significativa da participação dos mais jovens no mercado de trabalho, prova disso é que em 1991 possuíamos cerca de 158.872 pessoas ocupadas na faixa etária de 10 a 17 anos, equivalendo a 1,43% e encerramos a década com apenas 0,72%, ou seja, 105.841 postos de trabalho.

Já a faixa que contém os que possuem entre 18 e 39 anos de idade tem mostrado, no decorrer da década, uma tendência declinante, apesar de pequena, porque possuía em 1991 cerca de 63,11% da mão-de-obra do setor, passando para 62,06% em 1996 e chegando ao ano 2000 com 60,30%, representando 8.757.604 postos de trabalho.

Já do ponto de vista dos mais idosos, o fenômeno que tem ocorrido está em perfeita sintonia com a dinâmica da economia brasileira como um todo, ou seja, uma ampliação da participação dos mais idosos no mercado de trabalho. Porém, há um diferencial: nesse setor o incremento se deu de forma mais acentuada por que alcançou

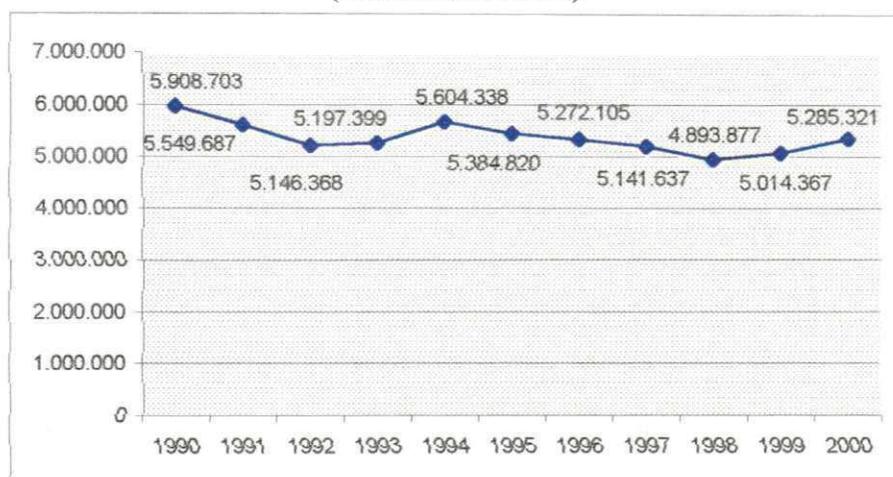
quase 30% comparando-se o ano 2000 com 1991. Se tínhamos em 91 cerca de 30,82% da mão-de-obra do setor, chegamos em 2000 com cerca de 38,91%.

2.3 A Dinâmica no Setor Industrial

O setor industrial tem passado, ao longo das duas últimas décadas, por intensas transformações, sobretudo, em virtude da mudança na matriz tecnológica que teve, por um lado, incorporada na estrutura produtiva instrumentos advindos da robótica, eletrônica e informática e, por outro, mudanças significativas nos processos de gerenciamento de pessoal tendo como base novas técnicas de produção.

No que se refere à dinâmica do mercado de trabalho formal, o setor industrial, da mesma forma que a economia brasileira, está em total sintonia com os processos e fenômenos que ocorrem nesse setor da economia mundial, com uma participação relativa cada vez mais decrescente no que se refere à ocupação e geração de novos postos de trabalho. Um aspecto que mostra de forma mais clara o desempenho do emprego formal no setor industrial é que, no decorrer da década de 90, ele teve uma taxa de decréscimo médio anual de 0,56% no nível de ocupação enquanto que o Brasil teve no período um crescimento médio anual de 1,54% (Tabela 04).

Gráfico 06
Nível de Ocupação Formal no Setor Industrial no Brasil (1990-2000)
 (valores absolutos)



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Ao longo dos anos 90, a participação dos empregos formais desse setor no conjunto da economia brasileira diminuiu sucessivamente no decorrer do tempo. Em 1991, o segmento industrial possuía 5.549.687 pessoas ocupadas, o equivalente a 24,10% da mão-de-obra formal, decrescendo para 5.272.105 pessoas, equivalente a 22,12% do total em 1996. Porém, no ano 2000, mesmo em termos absolutos tendo ocorrido um aumento no número de ocupações, ocorreu uma diminuição relativa do setor para 20,15%, o que equivalia a 5.285.321 postos de trabalho (Tabela 04).

Tabela 14
Nível de Ocupação Formal nos Segmentos Industriais no Brasil

Segmento	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Extrativa Mineral	123.408	2,22	117.148	2,22	109.608	2,07
Minerais não-metálicos	291.327	5,24	242.181	4,59	273.819	5,18
Indústria Metalúrgica	527.229	9,50	491.064	9,31	481.943	9,11
Indústria Mecânica	335.708	6,04	280.129	5,31	278.480	5,26
Eletrônica e Comunicações	292.550	5,27	207.017	3,92	191.978	3,63
Materiais de Transportes	343.417	6,18	308.628	5,85	296.823	5,61
Madeira e Mobiliário	321.327	5,79	338.843	6,42	396.501	7,50
Papel e Gráfica	304.275	5,48	314.129	5,95	308.626	5,83
Borracha, Fumo e Couros	347.576	6,26	226.201	4,29	220.775	4,17
Química	485.463	8,74	478.343	9,07	509.646	9,64
Têxtil	746.296	13,44	662.441	12,56	702.094	13,28
Calçados	214.701	3,86	202.768	3,84	240.392	4,54
Alimentos e Bebidas	896.149	16,14	1.045.641	19,83	984.284	18,62
Serviços Industriais de Util. Pública	320.261	5,77	357.572	6,78	290.352	5,49
Total	5.549.687	99,93	5.272.105	99,94	5.285.321	99,96

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Quando procuramos detalhar a participação da mão-de-obra nos segmentos industriais, é possível perceber que, em 1991, 47,82% dos trabalhadores estavam ocupados em apenas quatro segmentos, que são: Indústria Metalúrgica com 9,5%; Indústria Química com 8,74%; Indústria Têxtil com 13,44% e, por fim, a Indústria de Alimentos e Bebidas com 16,14% da mão-de-obra ocupada. Os restantes 52,18% ficam pulverizados entre os outros segmentos.

Já em 1996, o percentual de ocupação formal aumenta nos quatro segmentos para 50,77%, mas esse aumento ocorreu apenas em dois segmentos: na Indústria de Alimentos e Bebidas, que em 1991 possuía 16,14% e aumentou para 19,83%, e na Indústria Química que possuía 8,74% passando a ter 9,07%. O maior incremento foi na Indústria de

Alimentos e Bebidas que gerou nesse período um volume de 149.492 novos empregos formais.

Já no intervalo que vai de 1996 a 2000, a dinâmica do emprego industrial praticamente não sofreu alterações no que se refere aos seus números totais e sim apenas nos intersegmentos industriais. Contudo, sem alterações muito significativas. Os quatro segmentos citados anteriormente permaneceram no ano 2000 praticamente com o mesmo percentual de ocupação em relação a 1996, ou seja, 50,66% da mão-de-obra ocupada.

Do ponto de vista dos rendimentos do trabalho do setor industrial, é preciso realizar uma inter-relação com a dinâmica ocorrida no conjunto da economia brasileira. Sob esse prisma, é importante ressaltar que o setor industrial ao longo da década seguiu a mesma trajetória da economia nacional devido ao fato de que, por um lado, ampliou a participação daquelas pessoas que possuem rendas mais baixas e por outro, diminuiu a participação daqueles que possuem rendas mais altas, o que no geral termina por ser um elemento comprovador da diminuição da participação do fator trabalho na distribuição da renda e do produto gerado.

Tabela 15
Faixas de Rendimento no Setor Industrial no Mercado de Trabalho Formal no Brasil

Faixa de Renda	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Até 2 salários mínimos	1.157.959	20,86	1.106.365	20,98	1.519.850	28,75
Entre 2 e 5 salários mínimos	2.335.982	42,09	2.231.267	42,32	2.305.514	43,62
Acima de 5 salários mínimos	1.957.446	35,27	1.898.476	36,0	1.434.307	27,13
Ignorado	98.300	1,77	35.997	0,68	25.650	
Total	5.549.687	96,98	5.272.105	99,98	5.285.321	99,50

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Gráfico 07



A dinâmica dos rendimentos do trabalho no setor industrial no Brasil nos mostra com toda clareza a existência de duas fases totalmente distintas, conforme a tabela 15. Uma primeira que vai de 1991 a 1996, em que praticamente os rendimentos estiveram estabilizados, e uma segunda fase que vai de 1996 a 2000 em que, de acordo com os números, ocorreu um processo de pauperização das condições de rendimento, já que tivemos o incremento de 8,75% na faixa de até 2 salários mínimos, ou seja, de 20,98% das pessoas ocupadas no setor industrial em 1996 com esse nível de renda passou-se para 28,75%.

No que se refere às outras categorias de rendimento definidas, os de 2 a 5 salários mínimos praticamente mantiveram-se inalterados com uma participação durante a década de 42,0%, crescendo um ponto percentual nessa última fase, e por fim, na categoria definida acima de 5 salários mínimos ocorreu um decréscimo acentuado na participação percentual pois, se em 1991 ela estava com 35,27%, terminou a década com apenas 27,13%

do total da mão-de-obra do setor industrial, o que representa, na verdade, um movimento inverso ao que aconteceu àqueles que ganham até 2 salários mínimos.

Procurar compreender a trajetória dos rendimentos do trabalho é, também, nos dias de hoje, buscar em que nível se encontra a capacitação e a qualificação da mão-de-obra, porque é assim que se determina a trajetória dos seus rendimentos, pelo menos nos países capitalistas desenvolvidos.

Tabela 16
Grau de Instrução no Setor Industrial no Mercado de trabalho Formal no Brasil

Grau de Instrução	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Analfabeto	174.969	3,15	158.725	3,01	103.912	1,97
4ª série incompleta	703.006	12,67	603.842	11,45	372.670	7,05
4ª série completa	1.305.660	23,53	1.022.593	19,40	683.207	12,93
8ª série incompleta	1.187.704	21,40	1.133.659	21,50	1.038.388	19,65
8ª série completa	761.442	13,72	879.661	16,69	1.070.841	20,26
2º grau incompleto	405.427	7,31	419.452	7,96	548.977	10,39
2º grau completo	553.522	9,97	647.842	12,29	1.021.131	19,32
Superior incompleto	156.328	2,82	127.874	2,43	149.337	2,83
Superior completo	266.080	4,79	253.772	4,81	296.858	5,62
Ignorado	35.549	0,64	24.685	0,47	0	0,00
Total	5.549.687	100,00	5.272.105	100	5.285.321	100

Fonte: Ministério do Trabalho/ RAIS (Elaboração própria)

A observação dos dados sobre o grau de instrução da mão de obra no setor industrial aponta-nos duas características: 1) em relação ao tempo e 2) relação aos seus próprios níveis de instrução. No que se refere ao tempo, é claramente perceptível que as mudanças na instrução deram-se, sobretudo, após o ano de 1996, quando ocorreram melhoras em praticamente todas as categorias com a diminuição cada vez maior do número de pessoas menos instruídas. O outro aspecto que se torna claro é a melhoria nos níveis de instrução das pessoas, que cada vez mais estão postas nos melhores índices de qualificação. Porém, é preciso destacar duas especificidades. Primeiro, da mesma forma que a dinâmica nacional, a participação dos analfabetos na indústria diminuiu significativamente passando

de 3,1%(1991) para 1,97% (2000) dos postos de trabalho. Segundo, a participação do pessoal com curso superior incompleto manteve-se praticamente estável e a dos com curso superior completo aumentou sua participação em apenas 0,81% de 1996 à 2000, o que equivale a 43.086 pessoas.

Ademais, é importante frisar que as alterações no padrão de instrução da mão-de-obra no decorrer da década se deu de forma expressiva. Quando analisamos os trabalhadores que em 1991 possuíam segundo grau incompleto, segundo grau completo, superior incompleto e superior completo chegamos ao índice de apenas 24,89% da mão-de-obra. Mas, já em 1996 esse patamar sobe para 27,49% e chega ao ano 2000 com um índice de 38,16%, ou seja, um crescimento no decorrer da década de 13,27%, o que pode ser considerado um crescimento significativo apesar de em termos internacionais ser considerado um nível baixo de qualificação de mão-de-obra.

Tabela 17
Participação por Sexo no Setor Industrial no Mercado de Trabalho Formal no Brasil

Sexo/Ano	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Masculino	4.123.103	74,29	3.915.547	74,26	3.856.983	72,97
Feminino	1.426.584	25,70	1.356.558	25,72	1.428.338	27,02
Total	5.549.687	99,99	5.272.105	99,98	5.285.321	99,99

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

A análise da dinâmica do mercado de trabalho formal por sexo nos mostra que no setor industrial a trajetória ocupacional segue a mesma trajetória da economia brasileira. Nesse setor a participação feminina tem seguido uma tendência crescente, apesar de não muito intensa. É tanto que a participação feminina, que era de 25,7% em 1991, e chega a 2000 com uma ampliação para 27,72%. Outro aspecto que é marcante nesse segmento é a participação esmagadora da população masculina devido ao fato de ser um segmento que

exige uma maior rusticidade na execução das tarefas ficando a maioria das mulheres que trabalham nesse setor mais ligadas à execução de tarefas de escritório.

Tabela 18
Participação por Faixa Etária no Setor Industrial
no Mercado de Trabalho Formal no Brasil

Faixa Etária	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
10 a 17 anos de idade	254.295	4,58	157.251	2,98	90.991	1,72
18 a 39 anos de idade	3.937.363	70,94	3.770.769	71,52	3.868.034	73,18
40 anos acima	1.320.444	23,79	1.339.046	25,39	1.325.637	25,08
Ignorado	37.585	0,67	5.039	0,09	659	-
Total	5.549.687	99,98	5.272.105	98,98	5.285.321	99,98

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Quando partimos para analisar os aspectos referentes à faixa etária, realizando as devidas inter-relações com a dinâmica da economia brasileira como um todo, torna-se perceptível que o setor industrial seguiu praticamente a mesma trajetória nas três faixas de agregações etárias analisadas neste trabalho. Com um ligeiro diferencial, porque, enquanto a queda da participação dos jovens no conjunto da economia brasileira foi de 50%, no setor industrial ela foi mais que 60%, ou seja, enquanto em 1991 possuíamos 254.295 jovens equivalendo a 4,58 % do total do setor, em 2000 caímos para 90.991 pessoas (1,72% do total) na faixa de 10 a 17 anos.

Sendo assim, as outras faixas etárias terminaram por ocupar o espaço dos mais jovens. Esse aspecto mostra um diferencial em relação à economia brasileira, porque, enquanto no conjunto cresceu a participação apenas daqueles que estavam com 40 anos acima, no caso do setor industrial ocorreu um crescimento tanto dos que estavam na faixa dos 18 aos 39 anos, que possuíam em 1991, 70,94% dos ocupados passando em 2000 para 73,18% (Tabela 18), quanto dos que estão acima de 40 anos que iniciaram a década com uma participação de 23,79% e chegaram a 2000 com cerca de 25,08% do total do setor.

Portanto, no que se refere à dinâmica ocupacional tendo como parâmetro a faixa etária, o setor industrial, em seu aspecto mais geral, está em sintonia com o movimento geral da economia brasileira que tem promovido um enxugamento no nível de ocupação dos mais jovens e, simultaneamente, promovendo uma ampliação dos níveis de ocupação dos mais “velhos”.

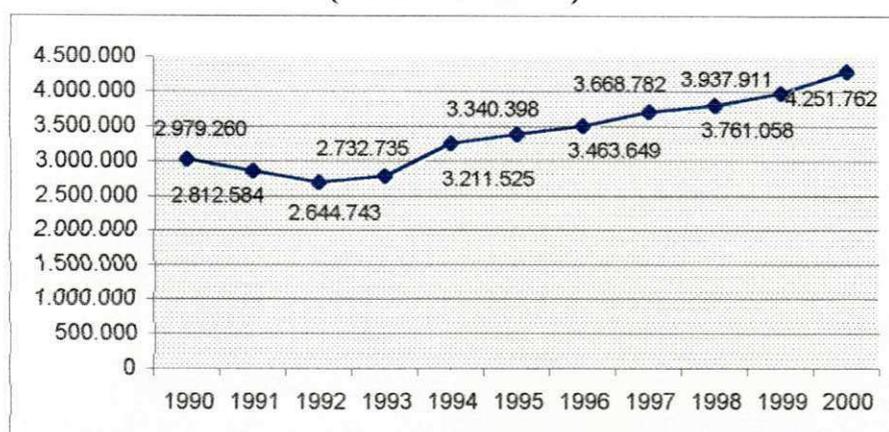
2.4. A Dinâmica do Setor Comercial

Os reordenamentos econômicos que têm marcado os últimos vinte anos, tanto na esfera da política quanto da economia, têm imposto também ao setor de comércio importantes redefinições na sua atuação, sobretudo, no segmento do varejo.

No caso do Brasil, essas alterações só foram mais significativas a partir da segunda metade dos anos 90, quando adentra ao país, com maior ímpeto, uma série de redes supermercadista que provocou uma verdadeira revolução no setor, incorporando novas formas de gerenciamento de pessoal, ampla utilização de aparelhos e equipamentos de base informática e de telecomunicações que alteraram o modelo de empregabilidade do setor de Comércio como um todo.

Ao longo dos anos 90, os dados nos mostram que ocorreu uma ampliação na participação do setor de comércio no total do emprego, passando de uma participação de 2.812.584 pessoas, equivalendo a 12,22% em 1991, chegando a 14,53% em 1996 e alcançando em 2000 um total de 4.251.762 postos de trabalho, equivalendo a 16,21% do total dos empregados formais da economia brasileira (Tabela 04).

Gráfico 08
Nível de Ocupação Formal no Setor de Comércio no Brasil (1990-2000)
 (valores absolutos)



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (elaboração própria)

O setor de Comércio foi o que conseguiu alcançar a segunda maior taxa de crescimento médio anual do emprego formal na economia brasileira ao longo da década. Enquanto esse setor conseguia uma taxa média de crescimento anual de 5,67%, o conjunto da economia brasileira só alcançou 1,54% (Tabela 04).

Tabela 19
Ocupação Formal nos Segmentos do Comércio no Brasil

Segmento	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Comércio Varejista	2.244.474	79,80	2.828.373	81,65	3.560.948	83,75
Comércio Atacadista	568.110	20,19	635.276	18,34	690.814	16,24
Total	2.812.584	99,99	3.463.649	99,99	4.251.762	99,99

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (elaboração própria)

Para efeito de declaração junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, esse setor é dividido em dois segmentos: o comércio varejista e o comércio atacadista. O segmento varejista no decorrer da década mostrou uma ampliação da sua participação intra-setorialmente (em relação ao atacadista), de 79,80% dos ocupados em 1991 com 2.244.474 postos de trabalho, alcançando em 1996 cerca de 81,66% com um total de 2.828.373

pessoas, e finalmente chegando ao ano 2000 com 83,75%, o que representa 3.560.948 postos de trabalho.

Quando analisamos o segmento atacadista, é possível perceber que existe uma tendência decrescente do ponto de vista relativo das ocupações, porém com um crescimento em termos absolutos. É tanto que em 1991 esse segmento possuía 568.110 empregados e encerra a década (2000) com 690.814 postos de trabalho.

Tabela 20
Faixas de Rendimento no Setor de Comércio no Mercado de Trabalho Formal no Brasil

Faixa de Renda	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Até 2 salários mínimos	1.227.999	43,66	1.235.763	35,67	1.766.603	41,54
Entre 2 e 5 salários mínimos	1.149.227	40,86	1.669.999	48,21	2.002.558	47,09
Acima de 5 salários mínimos	393.874	14,0	545.874	15,76	471.877	11,09
Ignorado	41.484	1,47	12.013	0,34	10.724	0,25
Total	2.812.584	99,99	3.463.649	99,98	4.251.762	99,97

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Gráfico 09



Fonte: RAIS / Ministério do Trabalho e Emprego (Elaboração própria)

Do ponto de vista dos rendimentos, o setor comercial apresenta duas fases bastante distintas. Uma primeira que vai de 1991 a 1996 quando ocorreu uma melhoria nos ganhos salariais devido ao fato de ter ocorrido uma diminuição daqueles que estavam inseridos na mesma faixa de remuneração, ou seja, enquanto em 1991 possuíamos 43,66%

dos trabalhadores ganhando até 2 salários mínimos, em 1996 esse percentual baixa para 35,67%. Já no que se refere aos inseridos numa faixa de renda intermediária que vai de 2 a 5 salários mínimos, nessa primeira fase, ocorreu uma ampliação dos percentuais visto que de 40,86% em 1991 passa para 48,21% em 1996.

A segunda fase que vai de 1996 a 2000 representa um processo de piora nos rendimentos dos empregados no setor. As faixas de rendimento analisadas mostram claramente que ocorreu uma ampliação na faixa de menor remuneração que vai até 2 salários mínimos, tendo saído de 35,67% em 1996 para 41,54% em 2000. Já aqueles que estão inseridos na faixa intermediária entre 2 e 5 salários mínimos tiveram uma pequena diminuição relativa em sua participação passando de 48,21% em 1996 para 47,07% em 2000. Na terceira faixa de agregação, onde estão inseridos aqueles que recebem acima de 5 salários mínimos, ocorreu uma diminuição de 15,76% em 1996 para 11,09% em 2000.

Procurando realizar uma análise mais detalhada, os dados nos mostram que ocorreram duas fases claramente distintas: primeira de melhoria nos rendimentos e segunda de degradação nos ganhos salariais dos empregados do setor. É importante ressaltar que quando comparamos o desempenho do setor de comércio com o conjunto dos rendimentos no setor formal da economia brasileira é claramente perceptível, por meio dos números, que os trabalhadores desse setor estão com seus rendimentos abaixo dos patamares nacionais, sobretudo, os inseridos na menor faixa de remuneração.

Quando partimos para realizar uma análise do padrão de formação educacional dos inseridos nesse setor, veremos que, no conjunto, as informações mostram alterações significativas nos graus de instrução tanto de ampliação da participação dos mais instruídos quanto de diminuição dos menos instruídos.

Tabela 21
Grau de Instrução no Setor de Comércio no Mercado de Trabalho Formal no Brasil

Grau de instrução	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Analfabeto	47.470	1,69	52.019	1,50	35.847	0,84
4ª série incompleta	176.554	6,28	178.848	5,16	125.148	2,94
4ª série completa	439.377	15,62	457.541	13,21	322.342	7,58
8ª série incompleta	582.270	20,70	674.823	19,49	628.434	14,78
8ª série completa	577.599	20,54	751.410	21,69	984.754	23,16
2º grau incompleto	352.980	12,55	444.537	12,83	640.830	15,07
2º grau completo	445.319	15,83	688.069	19,87	1.252.357	29,46
Superior incompleto	69.153	2,46	82.391	2,38	115.856	2,72
Superior completo	81.536	2,90	100.493	2,90	146.194	3,44
Ignorado	40.326	1,43	33.418	0,96	0	0,00
Total	2.812.584	100,00	3.463.349	100	4.251.762	100

Fonte: Ministério do Trabalho/ RAIS (Elaboração própria)

O crescimento mais significativo foi daqueles que possuem o 2º grau completo, porque em 1991 possuíam cerca 15,83% e encerraram a década com uma participação de 29,4%, representando praticamente o dobro de 1991, alcançando praticamente um terço dos ocupados no setor. Isso mostra uma tendência em buscar trabalhadores com uma melhor formação devido a necessidade de manuseio dos novos instrumentos advindos da tecnologia da informação e que provocaram alterações significativas no perfil da mão de obra do setor.

Assim, concomitantemente, ocorreu uma diminuição relativa na participação dos que possuem até a 8ª série incompleta. Já na dinâmica ocupacional dos que possuem como formação a 8ª série completa, ocorreram alterações, mas de forma não significativa.

Portanto, em uma simples comparação entre os níveis de instrução e a dinâmica dos rendimentos do trabalho nesse setor, fica claro que ocorreu uma ampliação da exploração do trabalho, pelo fato de termos cada vez mais uma mão-de-obra mais bem qualificada e cada vez mais com um menor rendimento. Sendo assim, o setor comercial

acompanha a mesma dinâmica do conjunto da economia brasileira no que se refere à relação dos rendimentos do trabalho e o grau de instrução.

Tabela 22
Participação por Sexo no Setor de Comércio no Mercado de Trabalho Formal no Brasil

Sexo/Ano	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Masculino	1.853.978	65,91	2.222.261	64,15	2.675.119	62,91
Feminino	958.606	34,08	1.241.388	35,84	1.576.643	37,08
Total	2.812.584	99,99	3.463.649	99,99	4.251.762	99,99

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Do ponto de vista da ocupação formal por sexo, os dados nos mostram que o setor de comércio segue a dinâmica do conjunto da economia brasileira em seu aspecto mais importante, ou seja, ocorreu uma ampliação da inserção da mulher no mercado de trabalho. É tanto que em 1991 possuíamos 958.606 ocupações femininas, o equivalente a 34,08%, passamos em 1996 para 35,84% e chegamos ao ano 2000 com 1.576.643 ocupações formais, equivalendo 37,08% das ocupações do setor.

Tabela 23
Participação por Faixa Etária no Setor de Comércio no Mercado de Trabalho Formal no Brasil

Faixa Etária	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
10 a 17 anos de idade	185.047	6,05	166.561	4,80	116.979	2,75
18 a 39 anos de idade	2.121.843	75,44	2.720.960	78,55	3.410.153	80,20
40 anos acima	469.024	16,67	567.891	16,39	722.666	16,99
Ignorado	36.670	1,30	8.237	0,23	1.964	0,04
Total	2.812.584	99,46	3.463.649	99,97	4.251.762	99,98

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

A análise dos níveis de ocupação formal por faixa etária no setor de comércio mostra duas características bastante definidas. A primeira refere-se à sintonia com a dinâmica nacional no que se refere participação decrescente dos mais jovens no mercado de trabalho. Prova maior é que ocorreu uma queda de mais de 50% dos que possuem entre 10

e 17 anos, que de 6,05% (1991) passa ao final da década (2000) para apenas 2,75%. A segunda agregação realizada nos mostra que na faixa que vai dos 18 a 39 anos de idade ocorreu um crescimento da participação do conjunto do setor, diferentemente da economia brasileira em que ocorreu uma estabilização nos níveis de ocupação dessa faixa etária. Sendo assim, enquanto tínhamos, em 1991, uma participação de 75,44%, chegamos em 2000 com 80,20% dos ocupados nessa faixa etária.

Por fim, quando analisamos a terceira agregação realizada, que são os que possuem acima de 40 anos, veremos de forma clara mais uma divergência com relação à dinâmica ocupacional por faixa etária do setor de comércio em relação ao conjunto da economia brasileira, devido ao fato de a faixa etária dos que possuem de 40 anos acima ter se mantido estabilizada em 16,0%, enquanto que no Brasil (Tabela 08) os números mostram uma ampliação relativa e absoluta.

2.5. A Dinâmica no Setor da Construção Civil

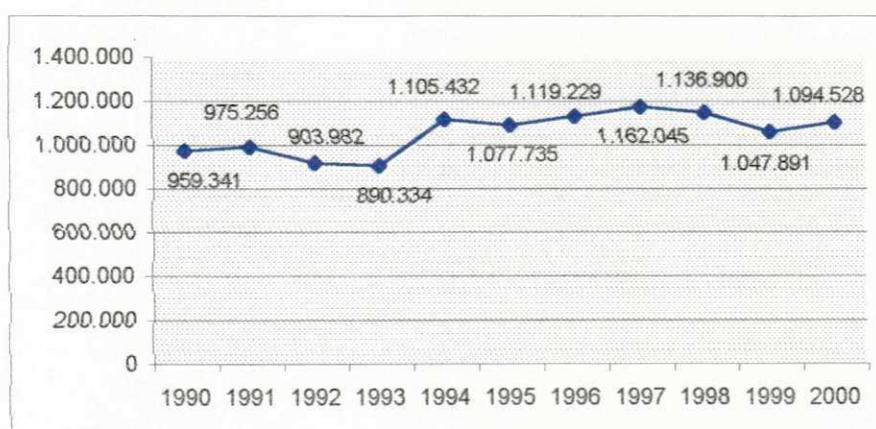
Procurar compreender a dinâmica do emprego no setor da Construção Civil é buscar entender parte da própria dinâmica do processo de desenvolvimento capitalista recente em uma economia como a brasileira e sobretudo sua repercussão no mercado de trabalho.

A reconfiguração espacial que o Brasil passou ao longo dos últimos 50 anos é que está na matriz dos grandes fluxos de investimentos da infra-estrutura nacional que foi pautada, sobretudo, em grandes obras, na busca de moldar a realidade brasileira em perfeita sintonia com a dinâmica do capitalismo do século XX, determinado pela ampla utilização da energia elétrica, dos transportes de base rodoviária e das novas formas de comunicação.

A nova constelação urbana que surgia impunha ao país o ingresso em uma nova fase que exigia cada vez mais pesados investimentos na área da construção civil, fazendo desse setor, muitas vezes, o carro-chefe do processo de crescimento econômico e, ao mesmo tempo, transformando-o num espaço importante de absorção de mão-de-obra.

Porém, esse setor, pelo fato de trabalhar fundamentalmente com projetos por encomenda, impede a realização de uma padronização plena dos seus produtos e até mesmo dos seus serviços porque a mecanização, mesmo existindo a eletromecânica, não pode ser levada aos seus extremos. Assim, possui a característica de ser um absorvedor natural de mão-de-obra de baixa qualificação e até mesmo de baixos níveis de formalização da relação de trabalho em virtude da alta rotatividade de encomenda.

Gráfico 10
Nível de Ocupação Formal no Setor da Construção Civil no Brasil (1990-2000)
(valores absolutos)



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS

O setor da Construção Civil chegou ao final dos anos 90 com um crescimento total de 12,23% nos postos de trabalho formal, o que permite uma média anual de crescimento de 1,35%, índice que é comparativamente inferior tanto ao índice do Brasil que

foi de 1,54% (Tabela 04) quanto em relação aos outros setores da economia, só ficando acima do setor industrial no período citado.

Tabela 24
Ocupação Formal no Setor da Construção Civil no Brasil

Segmento	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Construção Civil	975.256	100,00	1.119.229	100,00	1.094.528	100,00

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS

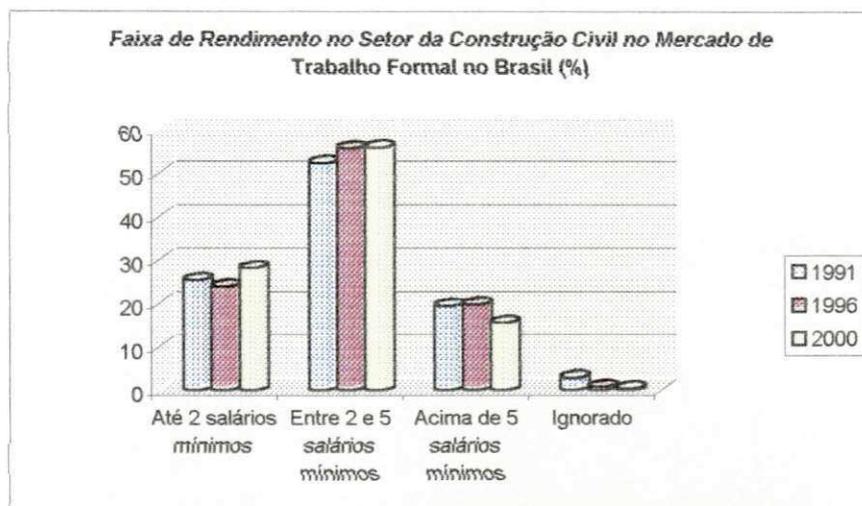
Assim, o setor da Construção Civil ao longo dos anos 90 permaneceu no patamar de 4 % de ocupação formal no conjunto dos setores. Em 1991 o setor absorvia 975.256 postos de trabalho, equivalentes a 4,24%, crescendo em 1996 para 1.119.229 postos e atingindo o ano 2000 com 1.094.528 pessoas empregadas formalmente (Tabela 04).

Tabela 25
Faixa de Rendimento no Setor da Construção Civil no Mercado de Trabalho Formal no Brasil

Faixa de Renda	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Até 2 salários mínimos	246.569	25,28	266.434	23,80	308.453	28,18
Entre 2 e 5 salários mínimos	510.837	52,37	623.839	55,73	612.091	55,92
Acima de 5 salários mínimos	189.688	19,45	221.182	19,76	169.781	15,51
Ignorado	28.162	2,88	7.774	0,69	4.203	0,38
Total	975.256	99,98	1.119.229	99,98	1.094.528	99,99

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Gráfico 11



Fonte: RAIS / Ministério do Trabalho e Emprego (Elaboração própria)

Do ponto de vista dos rendimentos do trabalho, a Construção Civil possui algumas características que se assemelham ao conjunto da economia brasileira. Em primeiro lugar, o nível de incorporação daqueles que estão inseridos na faixa de remuneração que vai até 2 salários mínimos é menor do que a média nacional do emprego formal, porque enquanto esse setor possuía em 1991 cerca de 25,28% nessa faixa de remuneração, o Brasil possuía 27,08%. Já no ano 2000, enquanto o setor da Construção Civil possuía cerca de 28,18% o Brasil possuía cerca 30,8%¹⁵.

Já quando analisamos a segunda faixa de agregação, onde estão as pessoas que percebem entre 2 e 5 salários mínimos, mais uma vez torna-se claro que o setor da Construção Civil possui um melhor nível de rendimento do que o conjunto dos setores da economia. Prova disso é que, enquanto o setor da construção possui um patamar de inserção de mais de 50% nessa faixa, a média da economia brasileira está próxima dos 40%, conforme a Tabela 05.

¹⁵ Os dados referentes ao Brasil faz parte da Tabela 05.

Ademais, quando procuramos enxergar melhor os que estão inseridos na maior faixa de rendimento acima de 5 salários mínimos, percebemos que paulatinamente, no decorrer da década, foi ocorrendo uma diminuição na sua participação, porque tínhamos em 1991 cerca de 19,45% e no ano 2000 chegamos a apenas 15,51%.

Quando buscamos visualizar a dinâmica dos rendimentos, percebemos que, cada vez mais, ocorre um achatamento, uma diminuição das rendas mais altas em direção às rendas mais baixas, o que mostra claramente que a participação dos salários cada vez mais diminui em relação ao montante total de capitais que circulam no setor.

Tabela 26
Grau de Instrução no Setor da Construção Civil no Mercado de Trabalho Formal no Brasil

Grau de Instrução	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Analfabeto	57.944	5,94	49.892	4,46	29.186	2,67
4ª Série incompleta	311.257	31,92	311.258	27,81	202.207	18,47
4ª Série completa	256.625	26,31	282.486	25,24	235.324	21,50
8ª série incompleta	125.581	12,88	174.768	15,62	202.885	18,54
8ª série completa	70.982	7,28	126.877	11,34	184.831	16,89
2º grau incompleto	33.847	3,47	41.706	3,73	58.925	5,38
2º grau completo	60.909	6,25	70.108	6,26	124.322	11,36
Superior incompleto	13.846	1,42	14.524	1,30	15.197	1,39
Superior completo	34.323	3,52	37.167	3,32	41.651	3,81
Ignorado	9.942	1,02	10.443	0,93	0	0,00
Total	975.256	100,00	1.119.229	100	1.094.528	100

Fonte: Ministério do Trabalho/ RAIS (Elaboração própria)

Do ponto de vista do grau de instrução, esse setor possui um contingente significativo de pessoas com baixo nível educacional pelos fatores já expostos no início. Só para se ter idéia, em 1991 existia 84,33% dos empregados que estavam inseridos como analfabetos, primeira fase do 1º grau e segunda fase do 1º grau. Esse percentual diminui em 2000 para 78,07%. No decorrer do tempo ocorreram mudanças, porém dentro dessas mesmas faixas de formação educacional.

Tabela 27

Participação por Sexo no Setor da Construção Civil no Mercado de Trabalho Formal no Brasil

Sexo/Ano	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Masculino	900.331	92,31	1.040.693	92,98	1.011.400	92,40
Feminino	74.925	7,68	78.536	7,01	83.128	7,59
Total	975.256	99,99	1.119.229	99,99	1.094.528	99,99

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Do ponto de vista da participação dos sexos no setor da construção civil, as funções são predominantemente exercidas pelos homens, com cerca de 92 % dos empregos, restando às mulheres tarefas mais administrativas e de escritório o que confere uma participação na faixa de 7 a 8% no decorrer da década.

Tabela 28

Participação por Faixa Etária no Setor da Construção Civil no Mercado de Trabalho Formal no Brasil

Faixa Etária	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
10 a 17 anos de idade	14.333	1,46	10.513	0,93	4.065	0,37
18 a 39 anos de idade	662.296	67,90	737.967	65,93	722.905	66,04
40 anos acima	285.422	29,26	368.996	32,96	367.367	33,56
Ignorado	13.205	1,35	1.753	0,15	191	0,01
Total	975.256	99,97	1.119.229	99,97	1.094.528	99,98

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Quando partimos para uma análise dos níveis de ocupação por faixa etária, os números nos mostram que o setor permanece seguindo a dinâmica do conjunto da economia brasileira, porque os dados referentes à incorporação dos mais jovens mostraram-se decrescentes no decorrer da década. Se em 1991 possuíamos um percentual de 1,46% de jovens ocupados formalmente, em 2000 esse percentual caiu para apenas 0,37%.

Porém, quando buscamos analisar a segunda faixa de agregação em que estão inseridos os que possuem entre 18 e 39 anos, os números apresentam uma pequena queda na participação, mas mantendo o mesmo patamar de empregabilidade da faixa etária.

Já na terceira faixa de agregação em que estão os acima de 40 anos ocorreu um processo de crescimento de sua participação no total dos empregados, porque em 1991 possuíam cerca de 29,26% de ocupação e chegaram em 2000 com 33,56%. Esse fator mostra que esse crescimento segue a mesma dinâmica que o crescimento do conjunto dos ocupados na economia brasileira nos anos 90.

2.6. A Dinâmica no Setor Agropecuário

Refletir a dinâmica do emprego formal no setor Agropecuário ao longo dos anos 90 é partir, sobretudo, do pressuposto de que tivemos nesse período alterações significativas na política setorial para agricultura que teve como *locus* a mudança do papel do Estado.

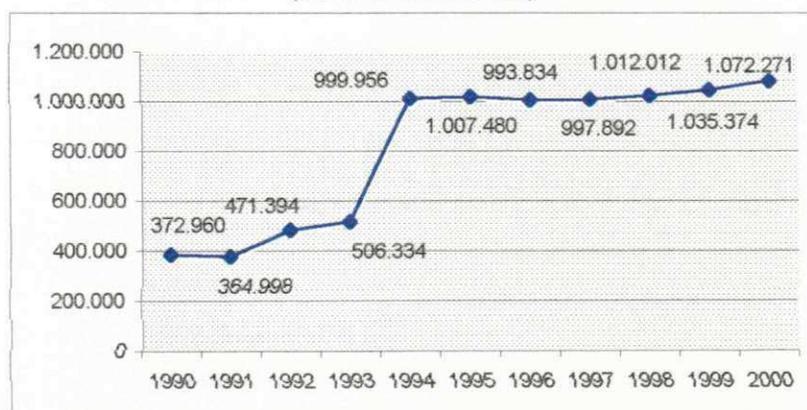
Neste setor, verificam-se dois tipos principais de políticas: agrícola e agrária. Apesar de não ser objetivo nosso, nesse trabalho, mostrar um maior detalhamento de cada uma delas, é possível detectar que nesse período ocorreram mudanças significativas em todas elas, sobretudo quando tratamos da política agrícola que tem como objetivo maior influenciar diretamente elementos conjunturais como tecnologia, mercado, incentivos fiscais entre outros.

Não se pode ter uma clara noção da trajetória desse setor se não se compreender a importância que tiveram, nos anos recentes, o chamado *agrobusiness* e seus encadeamentos a montante e a jusante do complexo agroindustrial que terminaram por

redefinir os próprios números de empregados do setor. E, sendo assim, é que teremos condições de entender como foi a dinâmica do emprego formal no setor Agropecuário e as características que o diferenciam de todos os outros setores analisados neste trabalho.

O que os dados mostram claramente é que tivemos no decorrer da década um nível crescente de emprego e, ademais, um incremento significativo no ano de 1994 em relação a 1993.¹⁶ Nesse período, o setor Agropecuário passou de 506.334 para 999.956, ou seja, ocorreu um incremento de um ano a outro de 493.622 postos de trabalho.

Gráfico 12
Nível de Ocupação Formal no Setor Agropecuário no Brasil (1990-2000)
(valores absolutos)



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Outro aspecto igualmente marcante é que em 1991 o setor possuía um percentual de 1,59% dos empregos formais totais na economia, equivalendo a 364.998 postos de trabalho, para atingir já em 1996 um patamar de 4,17% e chegar em 2000 com um percentual de 4,09%, equivalendo a 1.072.271 pessoas no conjunto dos setores da economia brasileira (Tabela 04).

¹⁶ Não foi possível encontrar uma explicação dos técnicos do Ministério do Trabalho e Emprego. Porém, acredito que esse fato é decorrente de uma série de fatores: melhor clareza na declaração da RAIS entre o que é indústria e agroindústria. Esse fato torna-se mais claro quando visualizamos o percentual de trabalhadores com setor ignorado em 1991.

Tabela 29
Ocupação Formal no Setor Agropecuário no Brasil

Setor	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Agropecuária	364.998	100	993.834	100,0	1.080.257	100,0

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

O setor Agropecuário, ao longo da década de 90, obteve 21,77% como índice de crescimento médio anual na geração de novos postos de trabalho formais, nível que é superior ao nível de crescimento da economia brasileira (1,54%)¹⁷ e a todos os outros setores da economia brasileira.

No que se refere aos rendimentos do trabalho no setor Agropecuário, é possível visualizar que tivemos, num primeiro momento, uma queda nas rendas e, posteriormente, uma tendência de melhora em seus níveis, de acordo com a tabela abaixo.

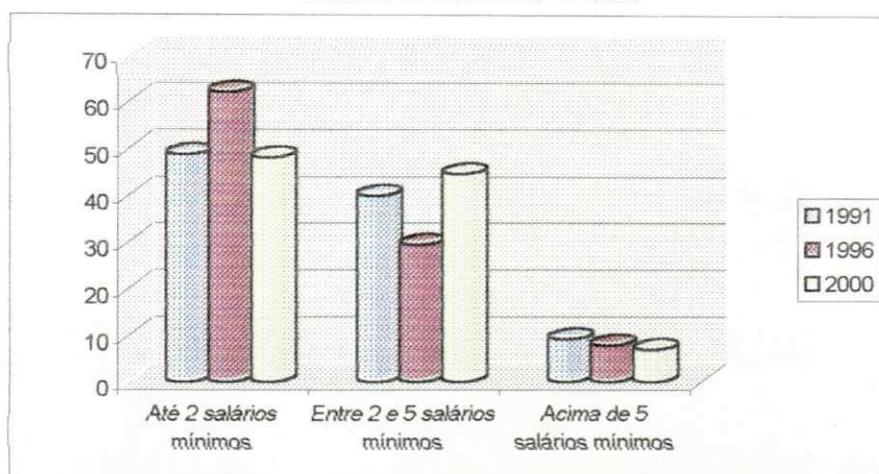
Tabela 30
Faixa de Rendimento no Setor Agropecuário no Mercado de Trabalho Formal no Brasil

Faixa de Renda	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Até 2 salários mínimo	177.847	48,72	616.630	62,04	520.813	48,12
Entre 2 e 5 salários mínimo	145.906	39,97	291.617	29,34	482.727	44,60
Acima de 5 salários mínimo	33.566	9,19	78.144	7,86	75.863	7,0
Ignorado	7.679	2,10	7.443	0,74	2.854	0,26
Total	364.998	99,98	993.834	99,98	1.082.257	99,98

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

¹⁷ Cálculos realizados a partir da Tabela 04.

Gráfico 13
Faixa de Rendimento no Setor Agropecuário no Mercado de Trabalho Formal no Brasil



Fonte: RAIS / Ministério do Trabalho e Emprego (Elaboração própria)

Isto se refere claramente ao fato de em 1991 tínhamos no setor 48,72% de sua mão de obra com renda de até 2 salários mínimos e apresentarmos em 1996 um percentual de 62,04%, representando que mais pessoas passaram a ganhar menos, e, finalmente, no ano 2000 ocorre uma retomada na melhoria dos rendimentos do trabalho devido ao fato de que o patamar volta novamente para 48,12%.

No que se refere à segunda faixa de agregação de rendimento, os que estão entre 2 e 5 salários mínimos, em 1991 o setor possuía um percentual de 39,97%, ocorrendo uma diminuição nessa faixa para 29,34% em 1996 e novamente no ano 2000 apresentando uma retomada na melhoria dos rendimentos dessa faixa, chegando a um percentual de 44,6%.

Quando analisamos a última faixa de agregação, a que contém os que recebem acima de 5 salários mínimos, torna-se visível que essa faixa de renda é decrescente ao longo da década. Em 1991 ela participava com 9,19% dos rendimentos do setor, apresentando em 1996 uma queda para 7,86% e em 2000 caindo para 7,0%.

Tabela 31
Grau de Instrução no Setor Agropecuário no Mercado de Trabalho Formal no Brasil

Grau de Instrução	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Analfabeto	31.786	8,71	102.093	10,27	76.780	7,09
4ª série incompleta	138.491	37,94	349.702	35,19	325.163	30,04
4ª série completa	95.733	26,23	266.003	26,77	290.464	26,84
8ª série incompleta	43.074	11,80	118.250	11,90	174.801	16,15
8ª série completa	16.952	4,64	58.412	5,88	101.800	9,41
2º grau incompleto	8.846	2,42	19.175	1,93	34.547	3,19
2º grau completo	17.414	4,77	37.194	3,74	53.572	4,95
Superior incompleto	2.832	0,78	5.555	0,56	6.200	0,57
Superior completo	7.230	1,98	18.470	1,86	18.930	1,75
Ignorado	2.640	0,72	18.980	1,91	0	0,00
Total	364.998	100,00	993.834	100	1.082.257	100

Fonte: Ministério do Trabalho/ RAIS (Elaboração própria)

Do ponto de vista de grau de instrução, o setor possui como marca central a grande participação de pessoas com baixa escolaridade. Em 1991 o setor possuía um percentual de 72,88% de pessoas analfabetas, 4ª série incompleta e 4ª série completa. Esse percentual só terá alguma alteração quando vemos os dados após 1996, pelo fato de chegarmos em 2000 a um percentual de 63,97% de pessoas inseridas nessas faixas de instrução. No que se refere aos outros níveis de melhor instrução, ocorreram melhorias, porém de maneira muito lenta, de forma que não foram tão marcantes.

Tabela 32
Participação por Sexo no Setor Agropecuário no Mercado de Trabalho Formal no Brasil

Sexo/Ano	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Masculino	305.106	83,59	862.417	86,77	947.001	87,5
Feminino	59.892	16,40	131.417	13,22	135.256	12,49
Total	364.998	99,99	993.834	99,99	1.082.257	99,99

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Sob a ótica da participação por sexo, é perceptível que ao longo da década o setor manteve uma tendência de crescimento do patamar da participação masculina, o que mostra que o setor vai na contramão do que ocorre no conjunto da economia brasileira.

Os dados mostram que em 1991 o setor possuía 83,59% de mão-de-obra masculina, chegando em 1996 a um percentual de 86,77% e atingindo em 2000 de 87,5%, ocorrendo por outro lado a diminuição da participação feminina.

Tabela 33
Participação por Faixa Etária no Setor Agropecuário no Mercado de Trabalho Formal no Brasil

Faixa Etária	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
10 a 17 anos de idade	25.306	6,93	43.471	4,37	14.872	1,37
18 a 39 anos de idade	240.547	65,90	627.351	63,12	700.095	64,68
40 anos acima	95.290	26,10	319.077	32,10	366.898	33,90
Ignorado	3.855	1,05	3.935	0,39	392	0,03
Total	364.998	99,98	993.834	99,98	1.082.257	99,98

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

A análise do setor por faixa etária evidencia que ele segue a mesma dinâmica do emprego da economia brasileira nas três faixas de agregação utilizadas. No que se refere aos mais jovens, de 10 a 17 anos, ocorreu, ao longo da década, uma diminuição de sua participação. Em 1991 eles participavam com 6,93% do setor, caindo em 1996 para 4,37% e chegando em 2000 com apenas 1,37%.

Quando tratamos daqueles que estão numa faixa etária entre 18 e 39 anos, detectamos que sua participação permaneceu num patamar próximo de 64,0%, o que podemos considerar com uma certa estabilização etária.

Já na faixa de agregação dos que possuem de 40 anos acima ocorreu uma tendência de crescimento dentro do setor no decorrer da década. Em 1991 eles

representavam apenas 26,1%, passando em 1996 para 32,1% e atingindo finalmente no ano 2000 um percentual de 33,9%.

CAPÍTULO III

CAMPINA GRANDE: OS PRESSUPOSTOS DA DESESTRUTURAÇÃO DO SEU MERCADO DE TRABALHO NOS ANOS 90

3.1. A Dinâmica da Migração Intra-Regional e seus Impactos no Mercado de Trabalho

As cidades brasileiras, ao longo do século XX, tiveram muitas experiências de urbanização, sobretudo em virtude da redefinição econômica-espacial dos diversos locais no conjunto do território brasileiro. No caso do nosso estudo, a própria Campina Grande só virá a ser um espaço significativo no conjunto do estado da Paraíba a partir da redefinição no eixo territorial dos transportes no início do século, trazendo para aqui a consolidação da matriz comercial-algodoeira na parte setentrional da região Nordeste.

Portanto, Campina Grande passou a ser o eixo centralizador e “dominador” de um amplo território, que tendo como parâmetro as relações comerciais extraía-se um mais-produto agrícola de forma que pudesse ser trocado pelo mais-produto de outros territórios. Assim, a consolidação da cidade como entreposto mudou significativamente a sua função por que foi mudado o seu próprio caráter quando “*transforma as trocas de escambo irregular de excedentes agrícolas em intercâmbio regular de bens de luxo, em geral manufaturados.*”¹⁸

Refletir sobre o estado atual da importância econômica da cidade no conjunto do Estado trata-se também de refletir sobre os passos que foram dados na redefinição do tempo e do espaço ao longo dos últimos cem anos. Pensar a nova composição do tempo à luz da economia é procurar enxergar a repercussão que trouxe para

¹⁸ Singer (1981) em *Economia política da urbanização* fala das funções da cidade comercial e suas alterações no caráter de comércio dos excedentes entre a cidade e o campo. (pg. 14)

Campina Grande o tronco ferroviário em 1909 alterando a relação econômica estadual, tornando mais ágil, por um lado, o escoamento da produção algodoeira e, por outro, sendo a porta de entrada dos produtos manufaturados ao sertão setentrional nordestino vindos da cidade de Recife dinamizando o fluxo circular de mercadorias e capitais.

Essa nova realidade econômica calcada na relação comercial, sobretudo algodoeira, abrirá para a cidade novas perspectivas econômicas que aos poucos farão dela um espaço produtor de bens primários e intermediários importante via, sobretudo, a conversão de capitais aqui acumulados na comercialização do algodão. Aos poucos a cidade foi incorporando um discurso de progresso, de modernização, totalmente vinculado ao espírito da época, sobretudo após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930, quando o país inicia um processo de substituição de importações.

Será justamente a inserção do país numa nova realidade econômica calcada numa nova visão substitutiva de produtos manufaturados que promoverá um maior impulso à produção de produtos manufaturados. Este aspecto servirá à Campina Grande como mais um elemento dinamizador da atividade manufatureira aqui existente de forma incipiente nas primeiras décadas do século XX.

“Em contraste com a antiga cidade comercial, que impunha ao campo o seu domínio político, para explora-lo mediante uma intrincada rede de monopólios, a cidade industrial, se impõe graças a sua superioridade produtiva (...) O capital comercial perde seus privilégios monopolísticos e acaba se subordinando ao capital industrial, reduzido ao papel de mero intermediário.” (SINGER, 1981: 25)

Um outro aspecto que se torna interessante em SINGER (1981), à luz do desenvolvimento de Campina Grande, é que ele afirma que as cidades que acabaram por

industrializar-se possuíam uma relativa expressão urbana por terem sido centros comerciais importantes, ou seja, *locus* privilegiado de consumo de bens manufaturados. Ademais, esse processo além de impingir uma nova roupagem à vida urbana via industrialização, trouxe para às cidade um pólo de prestação de serviços que leva também a um novo impulso e dinamização de novos agentes econômicos via a circulação de capital.

Campina grande, pelo fato de estar inteiramente ligada aos fluxos gerais do comércio e industrialização regionais e até mesmo nacional, passou a ser o receptáculo dos mais variados contingentes populacionais da região que viam no espaço urbano uma possibilidade de melhoria das condições de vida e, sobretudo, da renda, porque a necessidade de um processo de industrialização exige em sua proximidade a presença de um grande contingente de trabalhadores “dispostos” a converterem-se em operários nas fábricas. E, no caso de Campina Grande, o resultado do processo de industrialização mostraria no decorrer do tempo que esta máxima tornaria-se extremamente (ou quem sabe até cruelmente) verdadeira.

A atração que a cidade passou a exercer sobre a população regional tornou necessária a redefinição do seu espaço urbano como instrumento de potencializar a capacidade de acumulação de capital aqui inserida. À época, nos idos de 1940-50, Verngniaud Wanderley procurava dar a cidade um ar de modernidade a partir de sua reconfiguração urbanística, que conforme GUTEMBERG (1993), o “nosso ‘precursor’ apenas seguia as experiências das mudanças por que passaram as populações de outras cidades do país”. O autor citado vai além quando afirma:

“Nessa sua saga de reformador da imagem urbana da cidade, transformando-a em um lugar aprazível principalmente para moradores e visitantes mais ilustres, porque potenciais investidores

na próspera economia algodoeira da cidade, Vergniaud desorganizava e desestruturava práticas culturais de alguns grupos que a habitavam e impunham a todos, em nome do progresso e da civilização, projetos que não só transformavam a imagem física da cidade como também sutil ou abruptamente impunham aos insatisfeitos padrões de convivência marcados pela racionalidade burguesa de controle e disciplinarização do espaço.”
(GUTEMBERG, 1993:36)

XAVIER (1992), quando analisa a trajetória econômica de Campina Grande ao longo do século XX, detecta o arcabouço de dois grandes ciclos de desenvolvimento em que *“no primeiro ciclo de desenvolvimento campinense, formação de patrimônio privado significou apropriação de rendas originárias preponderantemente de atividades desencadeadas pela reconversão produtiva sob iniciativa, propriedade ou riqueza privadas”*, ou seja, o processo de acumulação de capital no nosso *ciclo comercial-algodoeiro, agro-exportador*, proporcionou a reconversão, pelo menos num primeiro momento, dos capitais aqui acumulados.

Passada a Era áurea do algodão o município insere-se em um novo ciclo de acumulação de capital. A conformação de uma nova feição que impulsionará um surto de industrialização demarcará um novo espaço de inserção da cidade no espaço produtivo não só regional mas também nacional, só que de forma bastante limitada.

Mas, a ação do Estado Novo varguista levará o Nordeste a uma nova condição que, a partir de um novo ciclo industrializante estatal-federativo, promoverá uma reconversão e centralização industrial na região Sudeste, emergindo não só em Campina Grande mais em todo o Nordeste a crise do *ciclo regional agro-exportador*, sua descapitalização, migração, regressão e estagnação trazendo ao cenário econômico *“a questão regional”*.

Pelo quadro que se moldou em Campina Grande, a partir da crise do seu primeiro ciclo, estavam postas possibilidades que viabilizariam, comparativamente aos outros espaços regionais, um salto qualitativo de crescimento e desenvolvimento econômico. A própria ALVES (1987:21) afirma que “... o desenvolvimento econômico de Campina Grande que, nos anos 50-60, atingiu, no conjunto de 92 municípios nordestinos, selecionados pela SUDENE, o 4º lugar em população e produção industrial (...), o 5º em produção agrícola e o 6º em arrecadação” é uma prova cabal da potencialidade econômica da cidade.

“Campina Grande é um caso singular na Paraíba, pois, diferentemente do Nordeste e a exemplo do que ocorreu nos principais centros urbanos deste país, ali se deu a conhecer, à época agro-exportadora, o desenvolvimento econômico. Mas, a prolongada crise, a regressão e a estagnação (portanto, fuga de riquezas, desemprego e migração) que se seguiram, bem como, a conexão do ciclo reconversivo de riqueza industrial-estatal, dependente, reduzida e tardia, como, de resto, ocorreu em todo o Nordeste, também transformaram essa cidade num simples mercado consumidor dos produtos industriais, produzidos no Sudeste.”(XAVIER, 1992: 33)

Já no segundo ciclo de desenvolvimento em que Campina Grande se insere XAVIER (1992) denomina-o de estatal-industrial. Diferentemente do primeiro, essa nova etapa trará a ação do Estado como elemento norteador dos destinos monetários, creditícios, fiscais e socializadores da propriedade produtiva numa dimensão quantitativa e qualitativamente muito mais significativo que no ciclo anterior. Mas, da mesma forma, trará também, de maneira ampliada, a imposição à classe trabalhadora de um nível maior de barbarização e exploração de sua força de trabalho.

“Nesse ciclo, ao contrário do anterior, as atividades econômicas induzidas não emergiram da iniciativa, nem reconversão produtiva de riqueza privada, mas, a exemplo das indutoras, também emergiram

estatizadas, subsidiadas ou financiadas pela Federação, Estado ou município. Em tal ciclo, a formação patrimonial privada ocorreu desapropriando o Estado, amplificando seus déficits e promovendo sua quebra. Com isso, foi estrangulado o próprio ciclo de desenvolvimento econômico, pois na ausência da reconversão produtiva do estado, os capitais não vieram em seu socorro, mas passaram a impor taxas de juros mais elevadas desse mundo. Por isso mesmo, multiplicam-se as riquezas privadas, tanto quanto quebram o Estado e exaurem a força de trabalho”(XAVIER,1992:41)

O que XAVIER (1992) retrata acima é perfeitamente exposto em LIMA (1996) que detecta que ocorreram dois fatores mais significativos ao ingresso da crise econômica e do processo de industrialização em Campina Grande. Primeiro, ele expõe que existia uma expectativa muito grande com relação à aprovação de projetos de investimentos industriais pela SUDENE o que terminou não se concretizando em toda sua plenitude, e o segundo fator está relacionado à política tributária implementada pelo regime militar a partir de 1965 que possuía uma característica bastante centralizadora, privilegiando as capitais, o que prejudicou enormemente a capacidade de incentivos proporcionados pelo município que possuía uma política bastante definida de apoio ao segmento industrial.

“Entre 1960 e 1970 houve um considerável aumento no número de estabelecimentos industriais em Campina Grande. No entanto, apenas 11 destes estabelecimentos foram financiados com recursos da SUDENE, representando 13,4% das indústrias surgidas no período. É importante frisar que a maioria das indústrias recebeu incentivos municipais, e que foi exatamente a fonte desses incentivos municipais que sofreu um abalo do governo federal após 1965.”(LIMA,1996:82)

Na realidade de Campina Grande, os recursos mal eram suficientes para efetuar o pagamento das despesas com pessoal. LIMA (1996) expõe que *“já no primeiro ano da reforma (1997), a arrecadação caía de forma assustadora e a lenta recuperação nos seis*

anos seguintes, de modo algum, compensou a perda de receita nesse período” O que foi exposto acima só vem confirma o que XAVIER (1992) afirma: que no segundo ciclo, exauridas as receitas (recursos) do setor público o setor privado não veio a reconverter seus capitais significativamente na esfera produtiva de maneira que fosse possível dar sustentação ao processo de industrialização. Pelo contrário, o caminho buscado foi o do mercado financeiro e com isso foi posta em jogo a nossa própria sorte.

Apesar da crise do nosso processo de industrialização ter sido iniciada ainda nos fins dos anos 60, o discurso só vem ganhar corpo na segunda metade dos anos 70 quando consolida-se em 1979 o fechamento da Wallig Nordeste, a maior indústria do município e marco do segundo ciclo de industrialização. Essa empresa chegou a oferecer 1.500 empregos diretos e produzir 22.000 fogões por mês.¹⁹ Aliadas a essa trajetória de crise, outras empresas como Sambra, Susy, Fracalanza, Fibrasa etc, fecham suas portas assim como outras diminuem seu ritmo de produção trazendo conseqüências diretas para a oferta de emprego no município.

No que se refere ao setor comercial, Campina Grande, gradativamente, vai perdendo sua importância relativa como entreposto comercial da região setentrional nordestina, visto que o fato de ser um eixo rodo-ferroviário deixava cada vez mais de ser um aspecto concorrencial importante, pelo fato do espaço ser cada vez mais reduzido em função do tempo, em virtude da melhoria nos transportes e comunicações, levando importantes cidades interioranas a buscarem outras alternativas comerciais concorrencialmente mais em conta e/ou transformando-se também em concorrentes de

¹⁹ LIMA, Damião. O processo de industrialização via incentivos fiscais: expansão e crise em Campina Grande. Campina Grande: UFPB, (Dissertação de Mestrado), 1996.

Campina Grande como espaço de comércio e prestação de serviços. Paulatinamente, fomos deixando de ser a “porta de entrada” dos produtos ao Sertão, e, passamos muito mais a ser a “porta de saída” dos migrantes fugindo da seca e em busca da melhoria das condições de vida tão propalada pelo padrão de vida urbano.

Dois elementos são fundamentais para confirmar a tendência na qual Campina Grande viu-se envolvida como força de atração populacional. O primeiro, apesar da crise, seria o processo de industrialização e de desconcentração industrial na direção do Nordeste, e o segundo, a intensificação do processo de urbanização apoiado pelo governo federal, ainda mais na realidade local, em que dramatizadas periodicamente pela incapacidade de convivência com as secas, as populações regionalmente circunvizinhas, sob influência de forças centrípetas,²⁰ vão acorrer para Campina Grande em busca de melhores possibilidades de vida.

Os dados dos Censos demográficos de 1970-91 demonstram que estivemos envolvidos, a partir da política do regime autoritário, em um amplo processo de reestruturação migratória, próprio das cidades de porte médio, o que SERRA (1991) chamou de “*autoritarismo centralizatório*”. A base dessa política foram as cidades de porte médio que servindo de barreira de contenção da migração inter-regional, “segurava” os contingentes populacionais em suas submetrópolis regionais a partir da forças centrípetas definidas por ANDRADE & SERRA (1998).

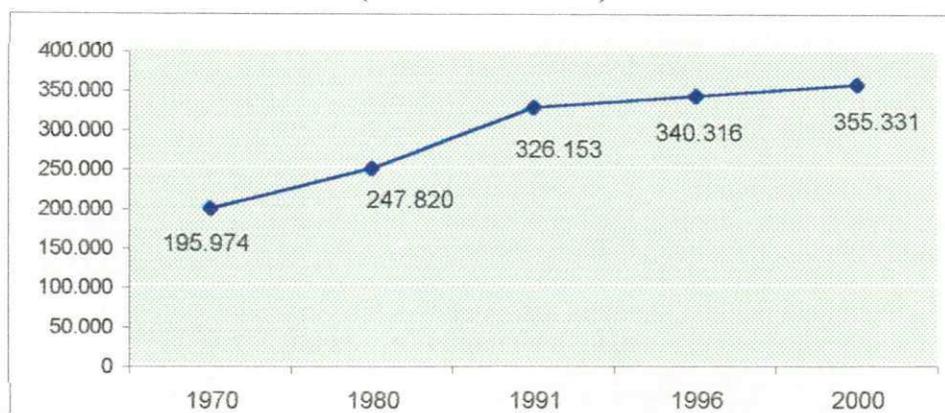
²⁰ Os autores discutem essa questão a partir da observação de que as cidades subordinadas a um núcleo sub-regional ou até mesmo regional eram vítimas de uma força centrípeta (que se dirige ao centro) em detrimento das forças centrífugas (que busca se desviar do centro) já que as cidades núcleo tiveram nesse intervalo de tempo maiores níveis de crescimento demográfico do que as cidades-satélites.

No período pré-1979, o processo de industrialização era calcado nos conhecidos fatores aglomerativos das economias de escala, economias de localização, economias de urbanização e economias de aglomeração. Assim, “a partir das decisões de caráter locacional dos investimentos empresariais, buscava-se uma conformação espacial do sistema de cidades.”²¹ E foi justamente no período subsequente que ocorreu sua maturação. Assim, no complexo demográfico-urbano nacional, as cidade médias passaram a impingir uma dinâmica mais ativa ao *processo de centralização da desconcentração industrial*, conforme CRUZ (1999) analisa esse fenômeno no caso de Feira de Santana – BA.

No caso de Campina Grande, as décadas de 1970 e 1980 confirmaram o impulso demográfico intra-regional, no qual todo o Nordeste esteve envolvido, trazendo dramáticas repercussões à vida urbana do município o que é perfeitamente visualizado no gráfico abaixo, onde visualizamos o acréscimo de quase 1/3 em sua população no período de 1980 a 1991.

²¹ ANDRADE, Thompson A. e SERRA, Rodrigo V. *O recente desenvolvimento das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA, 1998, (Texto de Discussão N° 554).

Gráfico 14
População Residente em Campina Grande – 1970-2000
 (valores absolutos)



Fonte: IBGE –Censos Demográficos

O fenômeno da migração intra-regional mostra com veemência a brutalidade do processo de urbanização qual foi vítima Campina Grande ao longo, sobretudo, dos anos 70 e 80. A análise realizada a partir de um conjunto de fatores mostra perfeitamente uma determinação estrutural, historicamente estabelecida, na qual o determinante principal do fenômeno era a destruição da manufatura rural e da produção de subsistência, forçando uma ampla desestruturação da economia tradicionalmente agrária predominante na busca de consolidação do capitalismo brasileiro, sobretudo na região Nordeste.

“O Estado - dada à necessidade político-econômica de cada conjuntura, nos diferentes momentos históricos, visa alcançar uma gama considerável de objetivos, ou seja: ora busca legitimação política, ora busca o controle social das classes subalternas, ora pretende promover a formação de uma força de trabalho cativa, ora visa a reprodução de uma força de trabalho e/ou diminuição do seu valor. Muitas vezes pretende promover a superação de crises cíclicas da economia, ou até mesmo promover as classes populares acesso real aos direitos de cidadania” (SILVA, 1987:25)

Será a partir desses elementos que SILVA (1987) vai tratar o processo de “Crise da Moradia”²² em Campina Grande, como fruto de um processo mais amplo de consolidação do sistema capitalista e “conformação” com a realidade política imposta pela ditadura militar ao longo dos anos 70.

A ruptura do padrão agrário tradicional de produção e a migração em direção às cidades trarão como objetivo máximo a ampliação do processo de acumulação de capital, à medida que se expandem as relações sociais de produção que têm como traço comum o desenvolvimento do regime social via a concentração da produção, do comércio e dos serviços.

Assim, os objetivos do Estado de forma mais clara serão a intervenção no processo de urbanização promovendo um processo de renovação e reestruturação urbana, de modo que se torne possível a implantação de um sistema de comunicações e transportes, e ampliação dos fluxos de comercialização e circulação de matérias-primas, dando sustentação e promovendo a consolidação da grande indústria.

Foi com base nos pressupostos acima que o governo federal instituiu dois grandes projetos na área de urbanização ainda nos anos 70. O primeiro será o PCPM (Programa Cidades de Porte Médio) e o segundo o Projeto CURA (Comunidade Urbana para Renovação Acelerada) ao longo dos anos 70 e início dos anos 80, que, **apesar de garantirem a não eclosão da crise econômica no município, não foram suficientes para minimizar a degradação das condições sociais da vida urbana em Campina Grande**, o que leva DOURADO (2000) a assinalar que *“com o programa de desapropriação da*

²² Nome do Livro publicado por Iranise Alves Silva (1987) fruto do seu trabalho de Dissertação de Mestrado em Economia Rural e Regional – UFPB/ Campus II, hoje UFCG.

'população excedente' do centro da cidade, intensificou-se o processo de inchaço da periferia, pois a massa expulsa se direcionou a lugares inadequados à habitação humana."

"A taxa brasileira de urbanização, que era de 67,6% em 1980, cresceria para 78,4% em 1996, com quase 32% da população residindo nas regiões metropolitanas (em 1991, eram 39%). Isto aconteceria não só pela crescente liberação de mão de obra agrícola nas regiões mais modernizadas assim como pela atratividade nos centros urbanos, onde a oferta de serviços assistenciais e benefícios não monetários tendem a ser mais freqüentes do que na área rural. A pobreza se deslocava, no período pós-1980, para áreas urbanas em todo o país." (CRUZ, 1999: 270)

O quadro acima retratado por CRUZ (1999) mostra claramente que o drama social vivido antes no campo transfere-se para as cidades trazendo repercussões significativas não só na dimensão quantitativa do desemprego mas na sua própria composição qualitativa, sobretudo em cidades como Campina Grande, localizada no interior do Nordeste, que pela sua trajetória econômica tornou-se um pólo de atração dos "fugitivos" das secas e da miséria rural. Essa realidade tomará contornos dramáticos ao longo dos anos 80, frutos da herança de todo o processo de gestão urbana excludente e privilegiador da privatização do uso dos serviços públicos de saúde, educação, infraestrutura, transporte coletivo etc, o que o autor citado acima chama de **"arrebentação do padrão urbano."**

TABELA 34
Taxa Geométrica de Crescimento Populacional
em Campina Grande
1980- 2000

População	Ano Censitário				Taxa de Crescimento			
	1980	1991	1996	2000	1980/91	1991/96	1996/00	1991/00
Total	247.820	326.307	340.412	355.331	2,53	0,85	0,99	0,91
Urbana	228.171	307.468	*	337.484	2,75	*	*	1,00
Rural	19.649	18.839	*	17.847	-0,38	*	*	-0,60

FONTE : IBGE - Censos Demográficos - 1980/1991/2000

IBGE - Contagem da População - 1996

O caso de Campina Grande, a partir dos números dos seus Censos Demográficos, evidencia a barbarização do padrão urbano-social que se moldou aqui. No período de 1980 a 1991, período inter-censitário, a população da cidade cresceu, em termos absolutos, em 78.487 pessoas, com uma taxa média anual de crescimento, nesse período, de 2,53 %. Já nos anos 90 a cidade diminui sua taxa de crescimento populacional para apenas 0,91% ao ano, equivalendo, em termos absolutos, a um aumento de apenas 29.024 pessoas, ou seja, uma diminuição em mais de 60% do seu nível de crescimento em relação à década de 1980, abaixo inclusive da taxa de crescimento nacional nos anos 90 que foi de 1,5%²³.

A prioridade com a qual se tratou o processo de migração interna explica-se a partir de um mero mecanismo de redistribuição espacial da população, promovido pelo rearranjo das atividades econômicas orientadas a partir dos fluxos de investimentos às cidades (no caso à Campina Grande) como incentivos ao progresso econômico, exprimindo-se numa clara racionalidade econômica a partir da ampliação da desestruturação da economia camponesa oriunda dos gargalos provenientes da

²³ Disponível em <www.ibge.gov.br>

incapacidade de manutenção de um fluxo produtivo de produtos agrícolas regionais, sobretudo, diante da incapacidade de convivência com o fenômeno climático das secas.

Esse processo que Campina Grande vivenciou fez parte de toda uma estratégia mais ampla do projeto de centralização urbana proporcionado pelo governo federal a partir de 1964. ANDRADE & SERRA(1998) comentam que um estudo do IBGE, *Regiões de Influência das Cidades* de 1987, trata Campina Grande como sendo um centro submetropolitano²⁴:

“As capitais estaduais que não correspondem a núcleo metropolitanos foram classificados no referido estudo como sendo centros submetropolitanos. Tal fato ajuda a explicar o dinamismo demográfico das 13 cidades médias de 1970 que cumpriam essa função de centros metropolitanos, uma vez que nove delas são capitais estaduais, sendo quatro restantes: Ribeirão Preto (SP), Juiz de Fora (MG), Campina Grande (PB) e Londrina (PR).” (1998:13)

A cidade mesmo adquirindo essa importância sob a ótica urbana-populacional não teve, concomitantemente, na esfera da economia, um destino que a colocasse como no passado, num rumo de garantia do seu processo de desenvolvimento. Os anos 80 representaram um período de quedas dramáticas no Produto Interno Bruto (PIB) municipal, conforme tabela abaixo, devido à exaustão do modelo de desenvolvimento calcado em financiamentos da SUDENE; à maturação dos investimentos aqui realizados nas décadas anteriores e à perda, paulatinamente, da posição de entreposto comercial-regional importante.

²⁴ No estudo citado do IBGE, ele hierarquiza as cidades de acordo com a capacidade de influência e intensidade de relações econômicas e populacionais ao seu entorno. Essa hierarquia é composta em seis níveis, a saber: Centros Metropolitanos, submetropolitanos, Capitais Regionais, Centros de Zonas e Municípios Subordinados.

TABELA 35
TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB
PARAÍBA E CAMPINA GRANDE

PERÍODO	TAXA DE CRESCIMENTO	
	PARAÍBA	CAMPINA GRANDE
1970/75	9,50	9,26
1975/80	5,98	7,82
1980/85	2,31	1,95
1985/90	5,45	0,55
1990/96	2,13	0,01

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão –SEPLAG/CG

Sendo assim, não se pode dizer que tivemos nos anos 80 (baseando-se nos dados do IBGE) um processo de formação de um exército industrial de reserva, mas uma segunda etapa desse processo mediante a incorporação das camadas fugidas das secas a relações capitalistas de produção. SINGER (1977) afirma que:

“Esta incorporação realiza-se de duas formas: a) “liberação” da mão de obra, ou seja, a destruição, contenção ou transformação das condições de produção nas quais ela estava inserida e sua inclusão no exército industrial de reserva e b) a efetiva incorporação desses trabalhadores no processo capitalista de produção, ou seja, sua passagem da reserva para a ativa do exército industrial.”
(SINGER, 1977: 114)

Portanto, o que está tão bem exposta pelo autor citado foi a trajetória daqueles que, sem condições de concorrência e sobrevivência nas economias nas quais estavam inseridos, acorreram a Campina Grande como alternativa de venda de sua única riqueza, o bem mais valioso possível, sua força de trabalho.

Esses elementos é que definirão e provocaram uma dramática pressão nos destinos do mercado de trabalho em Campina Grande nos anos 90. Porém, mesmo com o esfalecimento da economia da cidade, contraída pela exaustão do processo de desenvolvimento calcado nas grandes plantas industriais, a força de trabalho que para aqui

acorreu não realiza o caminho de volta ao campo, porque já rompeu definitivamente os laços culturais e tradicionais do complexo rural.

Interessante lembrar que a contração das atividades econômicas em países e, sobretudo, em regiões como a nossa, provoca um processo de expulsão da condição tradicional de relação capitalista, ou seja, a extinção da relação de assalariamento, fazendo a mão de obra refugiar-se nos modos não-capitalistas de produção em virtude da repulsão provocada pelo capital aos trabalhadores, fazendo-os inchar cada vez mais a *forma estagnada* do exército industrial de reserva conforme definiu Marx.

No exemplo de Campina Grande torna-se claramente perceptível, a partir da análise dos dados, que essa realidade mostrou-se nua e crua impondo a sua classe trabalhadora uma ínfima participação no mercado de trabalho formal (conforme veremos adiante), levando a maioria a transformar-se em autônomos, vendedores praticistas, ambulantes, feirantes, biscoiteiros, trabalhadores em tempo parcial, trabalhador por tarefa etc.

Os dados mostrados acima só virão, nos anos 90, reafirmar os caminhos trilhados pela cidade ao longo dos últimos trinta anos com a incapacidade de levar adiante um novo projeto de desenvolvimento pautado sobretudo na industrialização que foi a marca dos dois ciclos aqui existentes.

A década de 1990 além de impor ao país o que ALVES (2000) chamou de um “segundo choque de competitividade” industrial irá trazer também, sob inspiração de uma política neoliberal, sérias implicações sobre o desenvolvimento regional, reforçando o processo de concentração industrial nos grandes centros metropolitanos, sobretudo, na região Sudeste, reforçados por quatro itens fundamentais: a) pelos aumentos da importância

das *economias externas* às firmas nos critérios de localização oriundos da chamada acumulação flexível (just in time), mão de obra altamente qualificada; b) política de desenvolvimento regional orientada pela eficiência em detrimento da distribuição da riqueza; c) incapacidade de investimentos diretos e esfacelamento dos mecanismos de incentivos e d) uma política de planejamento da infra-estrutura que beneficia os chamados corredores de exportação que têm como marca maior o Programa Brasil em Ação do segundo governo Fernando Henrique Cardoso.

Portanto, compreender a economia de Campina Grande ao longo do século XX, e sobretudo nos dias atuais, é entender como se deram os processos de **articulação comercial e produtiva** e suas devidas repercussões populacionais-urbanísticas à luz dos seus limites no que se refere aos fatores econômicos que lhe são inerentes, ou seja, capitais, mercado, salários, poder de compra e empregos.

CAPÍTULO IV – CAMPINA GRANDE: A DINÂMICA DO EMPREGO FORMAL NOS ANOS 90

4.2 A Dinâmica Comparativa do Emprego Formal em Campina Grande, na Paraíba e no Nordeste, nos anos 90

Refletir a trajetória do emprego em Campina Grande ao longo dos anos 90 é, sem dúvida, procurar a origem dos processos de dinamização e crise econômica no conjunto da economia da cidade, sobretudo da última metade do século XX, e também suas devidas relações com a dinâmica populacional regional e a crise econômica que abateu a economia brasileira nos últimos vinte anos.

No caso específico de Campina Grande, como já afirmamos na seção anterior, tivemos a exaustão do processo de industrialização já no final dos anos 60 porém, como a cidade, pela lógica da política centralizadora do regime militar, deveria ser barreira de contenção migratória, esta crise só veio a explodir de forma clara no final da década de 70, quando se exauriram os recursos provenientes da área dos projetos urbanização do governo federal, provocando diminuição nos níveis de emprego na cidade.

Iniciada a década de 1980 e sendo a cidade vítima da intensa migração intra-regional, além de também, exauridas suas receitas via centralização financeira-tributária nas esferas estadual e federal e, ainda, o fim do processo de industrialização com a falência de indústrias de grande porte, o que restou foi a ampliação da degradação das condições sociais de vida no espaço urbano do município.

Se por um lado a crise do Estado e sua agudização nos anos 80, ainda mais na esfera municipal, foram um empecilho aos investimentos nas grandes obras de infraestrutura urbana (conjuntos habitacionais, calçamento de ruas, construção de escolas,

construção de hospitais etc.) por outro essa realidade impôs, ao mercado de trabalho no município, um intenso grau de barbarização social levando milhares de pessoas à busca de ocupações precárias via sub-emprego, informalidade, já na década de 80 mas, sobretudo, na década de 90, quando a crise econômica do município se torna mais alarmante provocando uma queda maior ainda na rentabilidade monetária daqueles que já estavam inseridos em postos de trabalho.

Como referido no início deste trabalho, a nossa busca é visualizar a dinâmica do emprego formal em Campina Grande nos anos 90. Sendo assim, os números da RAIS nos mostram que a taxa média de crescimento anual do emprego formal foi de 2,42% (Tabela 36) no município, índice superior ao nível de crescimento médio anual do Brasil, que foi de 1,54% (Tabela 04) na década de 90, como também a taxa do Estado da Paraíba, que foi de 1,67% (Tabela 37) e ao Nordeste, que foi de 2,13% (Tabela 38).

Apesar do nível de crescimento médio anual do emprego formal em Campina Grande, esse índice não nos permitiu baixar o nível de pressão existente no mercado de trabalho do município, devido ao grau de migração intra-regional que ele sofreu quando tivemos taxas de crescimento médio anual da população de 2,64% nos anos 70 e de 2,87% nos anos 80¹ que trouxeram, nos anos 90, uma pressão ainda maior, mesmo que na última década essa taxa média anual de crescimento populacional tenha sido de 0,99%², índice que, comparativamente com as últimas duas décadas, mostram um crescimento praticamente vegetativo da população.

Esses dados indicam claramente que a cidade deixou de ser, como no passado, um “porto de chegada” de contingentes populacionais significativos em busca de novas

¹ *Informações fornecidas pela Secretaria de Planejamento e Gestão da Prefeitura municipal de Campina Grande – PMCG.*

² *idem*

condições de vida, de emprego. Ademais, corroborando com o baixo nível de migração ainda tivemos, nesse período, uma baixa na média nacional de natalidade.

Um outro aspecto que se mostra bastante preocupante refere-se ao índice de crescimento médio anual da População em Idade Ativa nos anos 90 em Campina Grande que foi de 1,7%. O que se traduz desse índice é que temos uma população com forte tendência de envelhecimento e que, brevemente, ampliará ainda mais a pressão no mercado de trabalho do município. Um fato que merece realce é que, mesmo com um nível de crescimento do emprego formal superior ao crescimento da População em Idade Ativa, a pressão sobre o mercado de trabalho permanece em razão da magnitude das duas categorias.

Tabela 36
Composição da População Total, em Idade Ativa e em Ocupação
Formal em Campina Grande

Segmentações	1991	1996	2000
População Total	326.307	344.730	355.331
População em Idade Ativa	249.239	273.949	287.396
População Empregada Formalmente	35.157	37.663	42.839

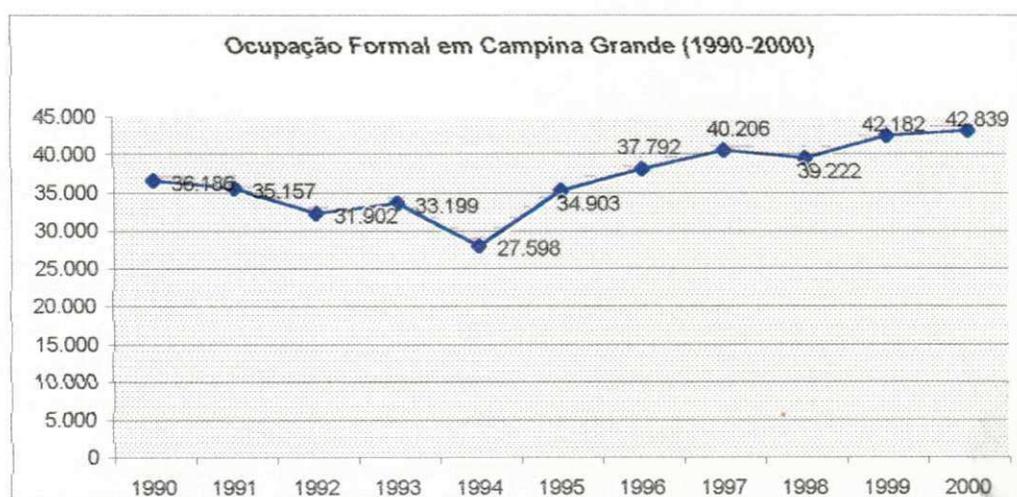
Fonte: IBGE e Ministério do Trabalho/RAIS

Em 1991 possuíamos apenas 10,77% da população total de Campina Grande empregada formalmente, permanecendo em 1996 praticamente com o mesmo patamar (10,92%) e alcançando, em 2000, um nível de 12,05% representando, no decorrer da década, uma ampliação no nível de empregabilidade no município, de apenas 1,28%.

Quando procuramos relacionar a População Empregada Formalmente com a População em Idade Ativa vimos que, em 1991, possuíamos 14,10% desse segmento empregado, alcançando em 1996 cerca de 13,74% e, no ano 2000, um patamar de 14,90%, ou seja, um crescimento em relação a 1991 de apenas 0,8%.

A análise da trajetória do emprego formal em Campina Grande nos anos 90 mostra-se bastante definida porque é possível se detectar duas fases bastante distintas, a primeira, de intensa crise que se inicia em 1990 e teve seu ápice em 1994, quando foram extintos 8.588 empregos formais no período, e uma segunda fase, de recuperação, com uma dinamização econômica e geração de 15.241 novos postos de trabalho de 1994 ao ano 2000, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 15



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego / RAIS (Elaboração própria)

Quando comparamos a dinâmica de Campina Grande com a do Estado da Paraíba, vimos ser interessante ressaltar a sintonia com a dinâmica do emprego formal, que também apresenta duas fases bastante distintas seguindo a mesma dinâmica na temporalidade, é tanto que a crise no emprego a nível de Estado da Paraíba foi também no ano de 1994, tomando logo em seguida uma trajetória de crescimento.

Gráfico 16

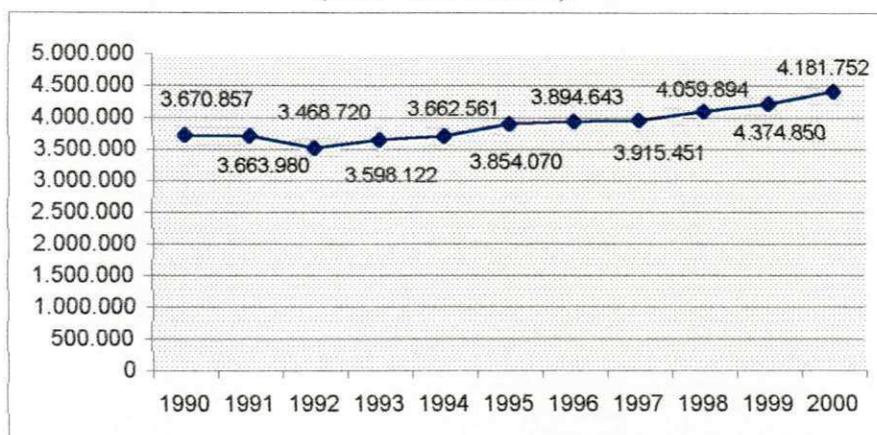


Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego / RAIS (Elaboração própria)

Do ponto de vista comparativo do emprego municipal e estadual com a dinâmica do emprego formal nacional (gráfico 01) ele também se apresenta em duas fases, porém diferenciadas pelo tempo, já que a crise do emprego formal a nível nacional atingiu seu ápice no ano de 1992, seguindo logo após, uma trajetória ascendente.

Em relação à trajetória do emprego formal no Nordeste, os dados mostram que a região seguiu a mesma dinâmica do que ocorreu a nível nacional, ou seja, o momento de crise foi justamente o ano de 1992, porém não na mesma dimensão, sendo que já em 1993 a economia dava sinais de recuperação entrando numa rota de crescimento até o ano 2000, conforme mostrado a seguir.

Gráfico 17
Ocupação Formal no Nordeste (1990-2000)
 (valores absolutos)



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Um aspecto bastante significativo é o atraso temporal que ficou caracterizado nas economias do município e do Estado no momento de crise no emprego formal na primeira metade da década de 90, em relação às economias do Nordeste e do Brasil. Naquele período, enquanto o Brasil e o Nordeste viviam uma crise acentuada no emprego no ano de 1992, Campina Grande e a Paraíba só vieram a sofrer reflexos em 1994.

Tabela 37
Ocupação Formal nos Grandes Setores em Campina Grande

Setores	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Indústria	9.574	27,23	10.115	26,76	11.161	26,05
Const Civil	1.579	4,49	1.366	3,61	8.558	5,06
Comércio	5.639	16,03	7.401	19,58	8.558	19,98
Serviços	15.351	43,66	18.637	49,31	20.760	48,46
Agropecuária	58	0,16	144	0,38	194	0,45
Ignorado	2.956	8,4	129	0,34	-	-
Total	35.157	99,97	37.792	99,98	42.839	100,00

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

A ocupação formal entre os setores da economia de Campina Grande, além de nos mostrar dados extremamente importantes, ainda evidencia a matriz econômica

determinante e sua performance, no decorrer da década de 1990, conforme mostra a tabela anterior.

De início, um dado que se mostra surpreendente é a participação do emprego industrial no conjunto da economia do município, porque em 1991 possuíamos cerca de 27,23% da mão-de-obra ocupada nesse setor e encerramos a década (2000) com praticamente o mesmo percentual (26,05%), indicando de forma clara, que a cidade possui quase um terço da PEF (População Empregada Formalmente) neste setor.

Uma outra característica que os dados apontam é que a presença desses empregos está vinculada a indústrias de pequeno e médio portes que se caracterizam, em sua grande maioria, pela baixa incorporação de novas tecnologias, o que fundamenta o fato do setor industrial em Campina Grande ter permanecido praticamente com o mesmo patamar de empregabilidade no decorrer da década, diferentemente do que ocorre no Brasil quando diminuimos a participação da mão de obra industrial de 24,10% em 1991, para 20,15%³ da PEF, em 2000.

Quando nos deparamos com a participação dos empregos formais no setor industrial da Paraíba e do Nordeste (Tabelas 37 e 38), vimos claramente que ambos permaneceram num mesmo patamar durante a década, próximo de 15,0% de participação no conjunto dos setores da economia, índice bastante inferior ao da participação desse setor na economia de Campina Grande.

Do ponto de vista dos setores do Comércio e Serviços em Campina Grande, eles seguem a mesma trajetória de forte ascendência, no decorrer da década, porque ambos tinham, em 1991, cerca de 59,69% da PEF, atingem em 1996 o percentual de 68,89% e chegaram, em 2000, com cerca de 68,44%. Neste caso os números terminam por confirmar

³ Tabela 04.

que em 1991 esses dois setores já possuíam tal percentual mas, devido a problemas e dificuldades no preenchimento da RAIS, esses números ficaram sem visualização, só vindo à luz a partir de 1992.

Se analisarmos os percentuais de participação do Estado da Paraíba, veremos que esses dois setores detêm juntos, mais de dois terços da mão-de-obra empregada formalmente no decorrer de todo o período, o que mostra um nível menor de desenvolvimento industrial do conjunto do Estado em relação a Campina Grande, pela dimensão que tomam os setores de Comércio e Serviços no conjunto da economia da Paraíba, confirmando os dados acima, isto é, que tínhamos no Estado, em 1991, cerca de 74,03% da PEF nesses dois setores, passado para 75,44% e, posteriormente, em 2000, para 77,02%, indicando crescimento paulatino de sua participação.

Quando procuramos visualizar a participação dos empregos formais nos setores de Comércio e Serviços no Nordeste, constatamos veremos que ambos possuem uma trajetória ascendente atingindo no final do período analisado, um patamar de participação acima de dois terços, enfatizando que na região predominam os empregos mais ligados a circulação do capital não permitindo, de forma significativa, a criação de excedentes via produção industrial.

No Nordeste, da mesma forma que em Campina Grande e na Paraíba ocorreu, nesse período, um crescimento paulatino desses dois setores, de forma que tínhamos, em 1991, cerca de 67,81%, passando para 74,55% e chegando, no ano 2000, a 76,16%.

Tabela 38
Ocupação Formal nos Grandes Setores na Paraíba

Setores	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Indústria	44.583	15,08	50.319	16,49	53.109	15,60
Const Civil	10.349	3,50	11.610	3,80	13.052	3,84
Comércio	21.440	7,25	28.646	9,39	36.630	10,80
Serviços	197.325	66,78	201.491	66,05	224.584	66,22
Agropecuária	1.920	0,64	10.476	3,43	11.751	3,46
Ignorado	19.862	6,72	2.515	0,82	9	-
Total	295.479	99,97	305.057	99,98	339.135	99,92

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Tabela 39
Ocupação Formal nos Grandes Setores no Nordeste

Setores	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Indústria	642.931	17,54	625.917	16,07	663.942	15,17
Const Civil	186.029	5,07	172.495	4,42	208.622	4,76
Comércio	388.107	10,59	495.311	12,71	628.678	14,37
Serviços	2.096.854	57,22	2.408.755	61,84	2.703.457	61,79
Agropecuária	57.042	1,55	160.782	4,12	169.994	3,88
Ignorado	293.017	7,99	31.383	0,80	157	-
Total	3.663.980	99,96	3.894.643	99,96	4.374.850	99,97

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Os dados em relação à participação da Construção Civil mostram que ocorreu, a nível de Campina Grande, uma pequena ascendência percentual durante a década, em relação a 1991, quando tínhamos 4,49% de participação na PEF e enceramos a década (2000) com um nível de 5,06%, porém o nível de crescimento de empregos absolutos no setor da Construção Civil em Campina Grande foi o maior de todos os setores, com um montante de 6.979 empregos gerados.

A nível do Estado da Paraíba, o setor da Construção Civil obteve pequena ascendência percentual na participação da PEF no decorrer da década, passando de 3,5% em 1991 para 3,84% no ano 2000, diferente quando tratamos de analisar os dados da região

Nordeste que, mesmo obtendo um crescimento em termos absolutos, regrediu em termos relativos, de uma participação de 5,07% em 1991 para 4,76% no ano 2000.

Quanto ao setor Agropecuário, os dados evidenciam a pequena participação do emprego devido às características próprias do município e sua lógica de funcionamento econômico, visto que em 1991 esse setor possuía apenas 0,16% da PEF (58 empregos) chegando, em 2000, a atingir um percentual de 0,45% (194 empregos).

Com relação ao Estado da Paraíba, o setor Agropecuário teve sua trajetória de crescimento atingindo patamares relativos de participação do emprego formal muito mais próximos do Nordeste e do Brasil que de Campina Grande, pelo fato do município não ter atingido sequer o percentual de 1,0%.

A análise da dinâmica do emprego formal do setor Agropecuário no Nordeste mostra uma trajetória crescente ao longo da década, porque possuía em 1991 cerca de 57.042 postos de trabalho, passando em 1996 para 160.782 e chegando, no ano 2000, a 169.994 empregos. Um aspecto importante é que, de 1996 a 2000 e mesmo tendo um crescimento absoluto mas em termos relativos, ocorreu diminuição de sua participação.

O desafio de se procurar entender a dinâmica do emprego nos leva, necessariamente, à busca de visualizar também como se deu a trajetória dos rendimentos provenientes do trabalho e, sendo assim, a análise que os números nos apresentam mostra, de forma nítida, a tendência à ampliação dos que, cada vez mais, se inserem naquelas faixas de menor rendimento monetário.

Este percurso seguido pelos rendimentos do trabalho ao longo da década de 1990, foi a tônica que fundamenta um dos mecanismos de ampliação da concentração de renda no período. No plano municipal, os números também fundamentam a dinâmica do

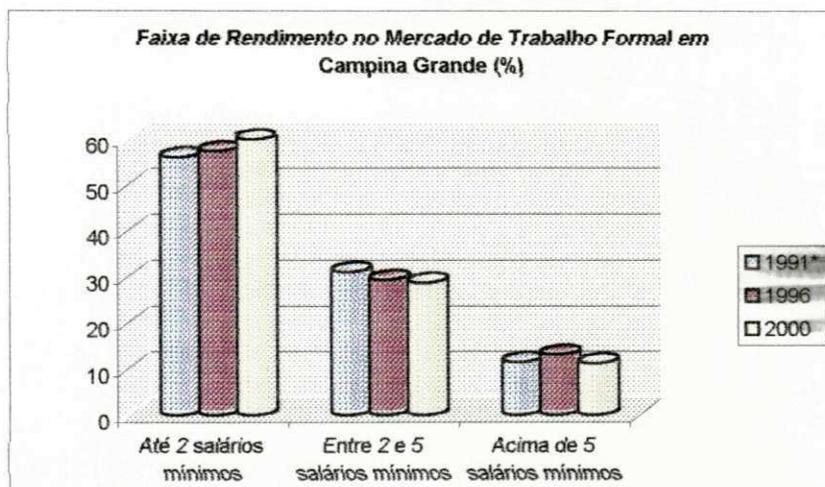
plano nacional, ou seja, Campina Grande esteve, no geral, sintonizada com a dinâmica dos rendimentos provenientes do trabalho.

Tabela 40
Faixa de Rendimento no Mercado de Trabalho Formal
em Campina Grande

Faixa de Renda	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Até 2 salários mínimos	19.705	56,04	21.667	57,33	25.662	59,9
Entre 2 e 5 salários mínimos	10.944	31,12	11.112	29,4	12.309	28,73
Acima de 5 salários mínimos	4.043	11,49	4.945	13,04	4.800	11,2
Ignorado	465	1,32	68	0,17	68	0,15
Total	35.157	99,97	37.792	99,77	42.839	99,83

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Gráfico 18



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Em 1991 Campina Grande possuía 56,04% de sua PEF com remuneração de até 2 salários mínimos ampliando, em 1996 para 57,33%, e chegando, em 2000, com 59,90%, o que mostra claramente que sua maioria está inserida nas menores faixas de renda definida pela RAIS.

Já uma segunda agregação realizada que mede os inseridos entre 2 e 5 salários mínimos mostra que em 1991 havia 31,12%, diminuindo em 1996 para 29,4% e chegando, em 2000, com 28,73%. O que esses números mostram de interessante é que nesta faixa de

renda o município segue uma tendência inversa à dinâmica do Brasil, ao longo da década, porque ele possuía em 1991 cerca de 39,46% e chega, no ano 2000, a um percentual de 42,14%⁴.

Para essa segunda faixa de agregação a Paraíba apresentou tendência crescente na participação, com cerca de 24,29% em 1991, ampliando-a para cerca de 27,18% no ano 2000, enquanto o Nordeste manteve um patamar de participação no decorrer da década, de 29,0%.

Portanto, os dados referentes à segunda faixa de agregação de rendimento mostram que Campina Grande esteve avessa à dinâmica que ocorreu na Paraíba, no Nordeste e no Brasil, ao longo dos anos 90.

No que se refere à terceira faixa de agregação que mede os que ganham acima de 5 salários mínimos, é possível se detectar que, num primeiro momento, de 1991 a 1996, ocorre melhoria nos rendimentos, pelo fato de mais pessoas passarem a ganhar mais e, num segundo momento, ocorreu uma regressão nos rendimentos devido à diminuição da PEF nesta faixa de renda, no município. Tivemos, em 1991, o percentual de 11,49% da PEF no município, ampliando-o para 13,04% em 1996 e, posteriormente, um retorno de 11,2%, no ano 2000.

Se procurarmos a dinâmica dessa terceira faixa de remuneração (acima de 5 salários mínimos) a nível de Brasil, Nordeste e Paraíba, veremos que ela segue a mesma trajetória de descenso na participação; o que a diferencia são os patamares existentes. Enquanto o Brasil possuía, em 1991, cerca de 30,44% de participação e chega ao ano 2000 com 27,0%, a Paraíba decresceu de 14,58% em 1991, para 12,68% da PEF; já o Nordeste decresceu de 19,9% em 1991 para 15,94% no ano 2000.

⁴ Esses dados estão na tabela 05 na página 45.

Tabela 41
Faixa de Rendimento no Mercado de Trabalho Formal na Paraíba

<i>Faixa de Renda</i>	1991		1996		2000	
	<i>Números</i>	<i>%</i>	<i>Números</i>	<i>%</i>	<i>Números</i>	<i>%</i>
Até 2 salários mínimos	135.676	45,91	172.382	56,50	200.365	59,08
Entre 2 e 5 salários mínimos	71.788	24,29	63.337	20,76	92.205	27,18
Acima de 5 salários mínimos	43.096	14,58	35.857	11,75	43.205	12,68
Ignorado	44.919	15,20	33.481	10,97	43.026	1,04
Total	295.479	99,98	305.057	99,98	339.135	99,98

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Tabela 42
Faixa de Rendimento no Mercado de Trabalho Formal no Nordeste

<i>Faixa de Renda</i>	1991		1996		2000	
	<i>Números</i>	<i>%</i>	<i>Números</i>	<i>%</i>	<i>Números</i>	<i>%</i>
Até 2 salários mínimos	1.560.856	42,60	1.898.595	48,74	2.333.180	53,33
Entre 2 e 5 salários mínimos	1.085.677	29,63	1.146.944	29,44	1.310.150	29,94
Acima de 5 salários mínimos	729.382	19,90	720.959	18,51	697.684	15,94
Ignorado	288.065	7,86	12.814	0,32	33.836	0,77
Total	3.663.980	99,99	3.894.643	97,01	4.374.850	99,98

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Os números referentes ao Estado da Paraíba indicam que, no geral, segue a mesma lógica da ampliação daqueles que cada vez mais se inserem nas faixas de menor rendimento salarial, apesar de haver um percentual grande de trabalhadores com renda ignorada em 1991 e 1996, conforme a tabela seguinte.

Em 1991 possuíamos na Paraíba, 45,915% de trabalhadores com renda de até 2 salários mínimos chegando, ao final da década, com cerca de 59,9% nessa faixa de renda. Assim, os números comparativos entre Campina Grande e a Paraíba chegam, no ano 2000, praticamente nos mesmos patamares percentuais, enquanto no Brasil e para essa mesma faixa de renda no ano 2000, era de apenas 30,8%, ou seja, praticamente a metade, o que evidencia o tamanho da disparidade existente.

Os números apresentados acima só vêm confirmar a cidade de Campina Grande, o Estado da Paraíba e o Nordeste como espaço de baixo rendimento monetário, em virtude da dimensão e da qualidade de oferta de sua força de trabalho como, também, o baixo nível de desenvolvimento econômico.

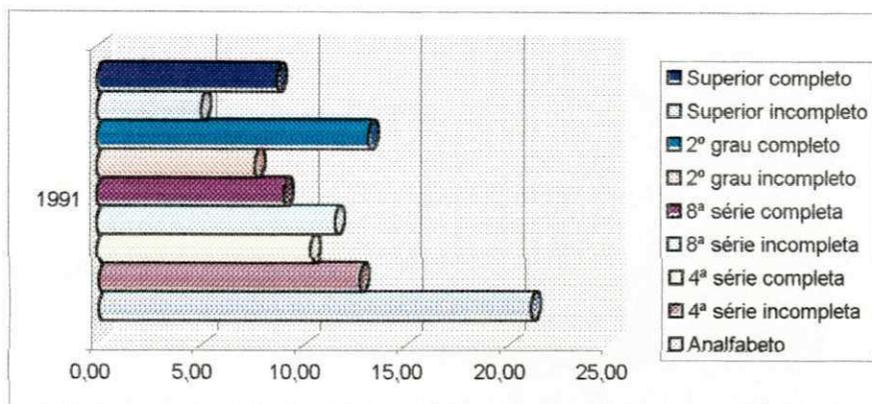
O debate econômico travado ao longo da segunda metade da década de 90 com relação à capacidade de geração de novos postos de trabalho ressalta necessariamente a capacidade instrutiva da nossa mão-de-obra, devido a que, nesses tempos, torna-se extremamente necessário visualizar a dinâmica também do grau de instrução da população, que alcançou um posto de trabalho nesse período.

Tabela 43
Grau de Instrução no Mercado de trabalho Formal em Campina Grande

Grau de Instrução	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Analfabeto	7.355	20,92	8.013	21,20	881	2,06
4ª série incompleta	4.440	12,63	4.506	11,92	6.524	15,23
4ª série completa	3.637	10,35	3.954	10,46	4.116	9,61
8ª série incompleta	4.055	11,53	4.690	12,41	4.873	11,38
8ª série completa	3.190	9,07	3.441	9,11	5.193	12,12
2º grau incompleto	2.693	7,66	2.658	7,03	4.424	10,33
2º grau completo	4.626	13,16	5.281	13,97	9.436	22,03
Superior incompleto	1.771	5,04	1.417	3,75	1.884	4,40
Superior completo	3.066	8,72	3.335	8,82	5.508	12,86
Ignorado	324	0,92	497	1,32	0	0,00
Total	35.157	100,00	37.792	100	42.839	100

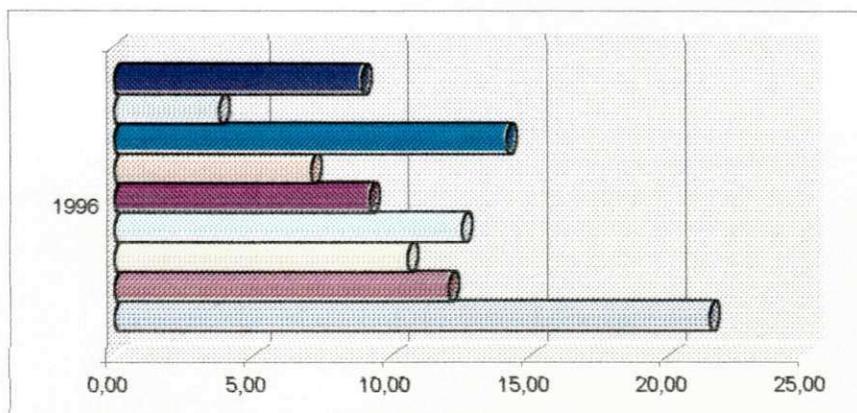
Fonte: Ministério do Trabalho/ RAIS (Elaboração própria)

Gráfico 19
Grau de Instrução no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande – (%)



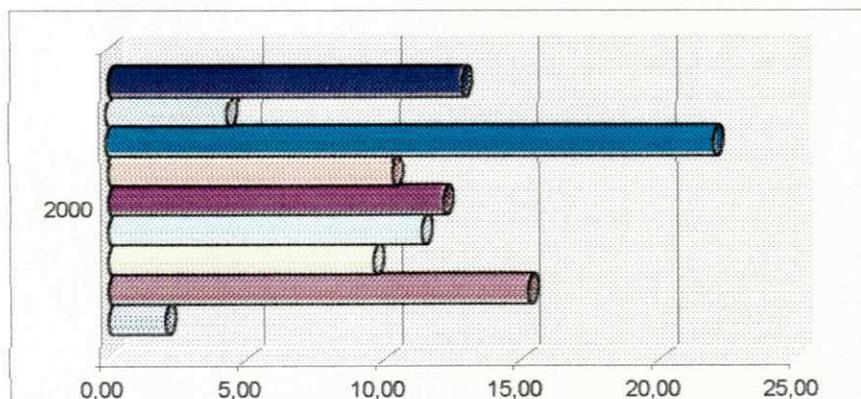
Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Gráfico 20



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Gráfico 21



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Tabela 44
Grau de Instrução no Mercado de Trabalho Formal da Paraíba

Grau de Instrução	1991		1996		2000	
	números	%	números	%	números	%
Analfabeto	30.650	10,37	37.072	12,15	15.147	4,47
4ª série incompleta	38.747	13,11	45.566	14,94	42.041	12,40
4ª série completa	31.024	10,50	31.660	10,38	29.808	8,79
8ª série incompleta	27.646	9,36	36.329	11,91	31.084	9,17
8ª série completa	23.647	8,00	26.420	8,66	37.532	11,07
2º grau incompleto	14.621	4,95	16.023	5,25	21.568	6,36
2º grau completo	35.257	11,93	39.779	13,04	67.331	19,85
Superior incompleto	9.193	3,11	7.632	2,50	8.765	2,58
Superior completo	78.392	26,53	59.709	19,57	85.859	25,32
Ignorado	6.302	2,13	4.867	1,60	0	-
Total	295.479	97,87	305.057	98,40	339.135	100,00

Fonte: Ministério do Trabalho/ RAIS (Elaboração própria)

Tabela 45
Grau de Instrução no Mercado de Trabalho Formal no Nordeste

Grau de Instrução	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Analfabeto	251.268	6,86	287.033	7,37	202.192	4,62
4ª série incompleta	536.521	14,64	541.484	13,90	497.965	11,38
4ª série completa	426.825	11,65	416.863	10,70	362.136	8,28
8ª série incompleta	380.313	10,38	469.497	12,05	469.281	10,73
8ª série completa	416.433	11,37	512.377	13,16	611.122	13,97
2º grau incompleto	247.854	6,76	230.795	5,93	310.364	7,09
2º grau completo	877.853	23,96	903.118	23,19	1.302.755	29,78
Superior incompleto	101.820	2,78	89.644	2,30	116.113	2,65
Superior completo	346.552	9,46	363.506	9,33	502.922	11,50
Ignorado	78.541	2,14	80.326	2,06	0	0,00
Total	3.663.980	100,00	3.894.643	100	4.374.850	100

Fonte: Ministério do Trabalho/ RAIS (Elaboração própria)

Sendo assim, a composição da força de trabalho empregada formalmente sofreu imensas alterações no decorrer da década, em que a mais significativa no plano municipal foi a redução drástica dos trabalhadores analfabetos que ocupavam algum posto de trabalho. Em 1991 eles ocupavam 20,92% dos postos de trabalho na cidade, mantendo esse percentual em 1996, porém em 2000 foram reduzidos a apenas 2,06% dos postos, o que

caracteriza uma redução de praticamente 90% dos que estavam empregados nessas condições.

A Paraíba seguiu, também em termos de tendência, uma trajetória idêntica à de Campina Grande porque tinha, em 1991, cerca de 10,37% de analfabetos, apresentando um pequeno crescimento para apenas 4,47%. Quanto ao Nordeste os dados indicam uma trajetória igual à de Campina Grande e da Paraíba no que se trata da ocupação dos analfabetos, porque possuía, em 1991, o percentual de 6,86% e cresceu para 7,37% em 1996, mas caiu no ano 2000, para 4,62%.

Assim, o aspecto importante dessa categoria de trabalhadores é que o município esteve muito mais ligado à dinâmica da Paraíba e do Nordeste que à trajetória do Brasil (Tabela 06) no período, porque o País possuía, em 1991, o percentual de 3,39%, caindo em 1996 para 2,95% e chegou, no ano 2000, a apenas 1,86%; desta forma, conseguir um emprego formal com “status” de analfabeto tornou-se cada vez mais uma verdadeira miragem num mundo dominado pelas tecnologias da informática.

A disparidade no grau de instrução existente no mercado de trabalho formal entre os devidos espaços local e nacional, evidencia-se de forma mais clara nos números. Por outro, ocorreu ampliação da ocupação com pessoas de melhor instrução, sobretudo com as que possuíam instrução a partir do 1º grau. Assim, a tônica de todo esse processo foi uma ampliação da maioria das categorias média e superior, tanto a nível de Campina Grande quanto a nível de Paraíba, Nordeste e Brasil.

Quanto à participação por sexo no mercado de trabalho formal de Campina Grande, é possível diagnosticar-se que a cidade, diferentemente do Brasil (Tabela 07), não segue a dinâmica da ampliação feminina no mercado de trabalho, visto que em 1991 possuíamos 38,17% de mulheres inseridas no mercado de trabalho formal, enquanto no

Brasil esse percentual era de 35,46%; assim, no decorrer da década a cidade praticamente teve sua participação estagnada quando chegamos, em 1996, com 38,13% e, na segunda metade, a participação feminina no mercado de trabalho regrediu para 37,18% no ano 2000, enquanto no Brasil essa participação era ampliada para 39,06%.

Tabela 46
Participação por Sexo no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande

Sexo/Ano	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Masculino	21.735	61,82	23.381	61,86	26.908	62,81
Feminino	13.422	38,17	14.411	38,13	15.931	37,18
Total	35.157	99,99	37.792	99,99	42.839	99,99

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Tabela 47
Participação por Sexo no Mercado de Trabalho Formal na Paraíba

Sexo/Ano	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Masculino	156.653	53,01	166.162	54,46	185.325	54,64
Feminino	138.826	46,98	138.895	45,53	153.810	45,35
Total	295.479	99,99	305.07	99,99	339.135	99,99

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Tabela 48
Participação por Sexo no Mercado de Trabalho Formal no Nordeste

Sexo/Ano	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Masculino	2.182.257	59,55	2.262.744	58,09	2.512.157	57,42
Feminino	1.182.257	40,44	1.631.899	41,90	1.862.693	42,57
Total	3.663.980	99,99	3.894.643	99,99	4.374.850	99,99

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

A comparação dos dados da participação feminina entre Campina Grande e a Paraíba nos mostrará, praticamente, uma mesma dinâmica visto que a nível de Estado essa participação sofreu estabilização ao longo de toda à década de 1990, porém mostrando que a Paraíba detém um nível maior de inserção feminina no mercado de trabalho formal, numa faixa próxima a 45,0%, de acordo com a RAIS.

Assim, os dados referentes ao Nordeste apresentaram uma participação feminina crescente no decorrer da década, ressaltando que em 1991 tivemos 40,44% da PEF passando, em 1996, para 41,9% e chegando ao ano 2000, a um percentual de 42,57%.

Portanto, os dados comparativos de Campina Grande com o Brasil, o Nordeste e a Paraíba, além de mostrarem que tivemos uma trajetória inversa, nos tornam claro que o patamar de participação feminina no mercado de trabalho no município é menor que nessas outras esferas analisadas.

Ademais, como instrumento que permite uma interpretação mais minuciosa dos rumos que teve o mercado de trabalho formal em Campina nos anos 90, torna-se de extrema importância diagnosticar também a sua composição etária.

Tabela 49
Participação por Faixa Etária no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande

Faixa Etária	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
10 a 17 anos de idade	390	1,10	325	0,85	207	0,48
18 a 39 anos de idade	25.052	71,25	25.991	68,77	28.636	66,84
40 anos acima	9.277	26,96	11.388	30,13	13.992	32,66
Ignorado	438		88	0,23	4	-
Total	35.157	96,31	37.792	99,75	42.839	99,98

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Tabela 50
Participação por Faixa Etária no Mercado de Trabalho Formal na Paraíba

Faixa Etária	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
10 a 17 anos de idade	2.340	0,79	2.839	0,93	1.202	0,35
18 a 39 anos de idade	181.053	61,27	188.206	61,69	198.616	58,56
40 anos acima	85.884	29,06	113.477	37,19	139.260	41,06
Ignorado	26.202	8,86	535	0,17	57	0,01
Total	295.479	99,98	305.057	99,98	39.135	99,98

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Tabela 51
Participação por Faixa Etária no Mercado de Trabalho Formal no Nordeste

Faixa Etária	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
10 a 17 anos de idade	34.540	0,94	30.627	0,78	18.755	0,42
18 a 39 anos de idade	2.356.248	64,30	2.468.949	63,39	2.746.895	62,78
40 anos acima	1.045.153	28,52	1.380.884	35,45	1.604.980	36,68
Ignorado	228.039	6,22	14.183	0,36	4.220	0,09
Total	3.663.980	99,98	305.057	99,98	4.374.850	99,97

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Desta forma, os números de Campina Grande, analisados a partir das três faixas de agregação etária mostram, de forma clara, certa sintonia do mercado de trabalho com a dinâmica, a nível de Brasil (Tabela 08). Em termos gerais, os números apresentam, pequena participação dos mais jovens, ou seja, aqueles inseridos numa faixa etária que vai dos 10 aos 17 anos, com o percentual, em 1991, de 3,12% no Brasil e de apenas 1,10% em Campina Grande chegando, no final da década, com 1,29% e 0,48%, respectivamente. Assim, os números do mercado de trabalho formal mostram a tendência de exclusão dos mais jovens do mercado de trabalho, fato que tem sido a tônica não só em nível de Brasil mas, também, a nível mundial.

Já a nível de Estado da Paraíba, e para a mesma faixa (10 a 17 anos) a dinâmica mostrou-se com uma pequena diferença em relação a Campina Grande, porque tivemos de

1991 a 1996, um crescimento na participação de 0,79% para 0,93%, porém no ano 2000 o percentual apresenta queda para apenas 0,35%.

Quando analisamos os dados do Nordeste, vemos que Campina Grande segue a mesma dinâmica da região, porque em 1991 ela participava com 0,94% da PEF, passando para 0,78% e chegando, em 2000, com o percentual de 0,42%.

Para os que estão numa faixa intermediária, de 18 a 39 anos de idade, a nível de Campina Grande, ocorreu diminuição na sua participação, de 71,25% em 1991 para 66,84% em 2000, além da ampliação dos mais idosos. Um aspecto a ser ressaltado é que esse processo ocorreu também a nível de Estado da Paraíba, tanto que em 1991 ele possuía 61,27% e encerrou a década (2000) com uma participação de 58,56%.

No que refere ao Nordeste, é possível detectar-se uma pequena diminuição no decorrer da década visto que tivemos, em 1991, o percentual de 64,3% e chegamos, no ano 2000, a 62,78%.

Portanto, os dados da segunda faixa de agregação etária mostram que Campina Grande, a Paraíba e o Nordeste, não seguem a dinâmica dessa mesma faixa, a nível nacional, visto que, a nível de Brasil, ocorreu estabilização etária próxima a 66,0% de participação.

Ademais, quando procuramos analisar a participação dos mais “idosos”, dos 40 anos acima vimos que, na verdade, ocorreu uma ampliação significativa em sua participação nas três esferas, tanto a nível de Campina grande quanto a nível de Paraíba e Brasil. Portanto, Campina Grande e o Brasil iniciam a década (1991) com um patamar próximo a 27,0% e chegam em 2000 com um patamar próximo a 32,0% e a Paraíba, que possuía em 1991 cerca de 29,06% e atinge o ano 2000 com uma participação de 41,06%, o

que evidencia ser um nível elevado de participação no mercado de trabalho quando realizamos as devidas comparações.

Por sua vez, o Nordeste inicia a década (1991) com 28,52% e, mantendo uma tendência de crescimento, chega no ano 2000 com 36,68%, nível este que está mais próximo da Paraíba que de Campina Grande e do Brasil.

4.2 A dinâmica no Setor de Serviços

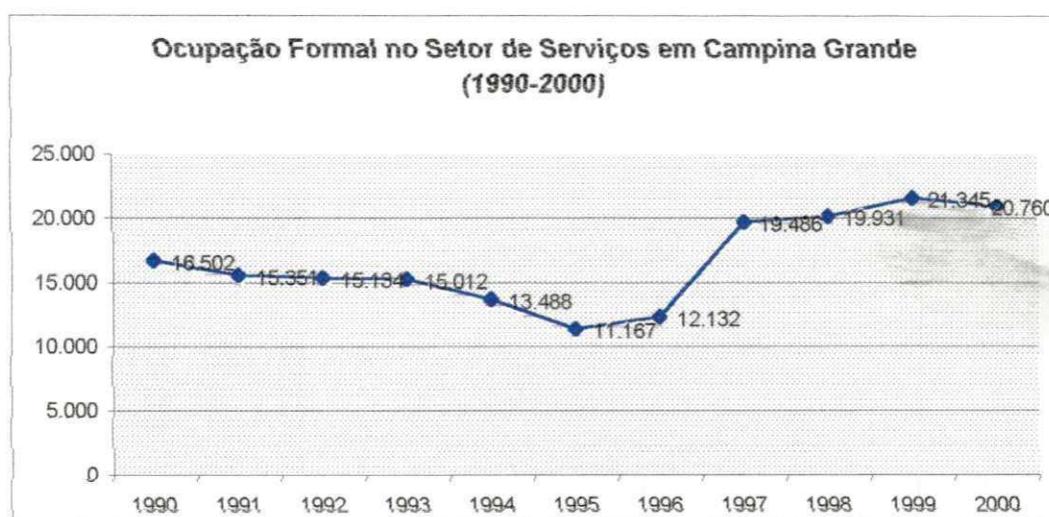
Atualmente, existe um debate bastante intenso acerca da dimensão dos Serviços no conjunto da economia e qual seria o seu papel na determinação do desempenho econômico. Duas teses roubam a cena do debate ora em curso: uma primeira acredita na capacidade do setor funcionar como indutor do desenvolvimento econômico, face à verdadeira “economia dos serviços” que se transformaram a economia tanto dos países desenvolvidos quanto dos subdesenvolvidos, além da heterogeneidade, que tem sido a marca desse setor; a segunda tese afirma que o setor cresce de modo derivado ao processo de desenvolvimento e o setor que cumpre essa função seria o setor industrial devido as interfaces entre a produção material e os serviços e, também, porque a demanda derivada da indústria é indiscutivelmente superior. Face aos objetivos deste trabalho, não é possível nos aprofundarmos nessa polêmica.

Portanto, cabe-nos a busca de compreender a dinâmica do emprego nesse setor e verificar quais foram suas principais transformações, partindo do pressuposto de que o setor de Serviços em Campina Grande, conforme o Gráfico 20, passou por três fases ao longo de toda a década de 1990, em que a primeira, que vai de 1990 até 1995, mostra a consonância com a dinâmica do emprego no conjunto da economia em Campina Grande, visto que a

cidade só veio a iniciar uma recuperação no número de empregos formais a partir de 1994 e o setor de Serviços só veio a receber os impulsos dessa nova fase em 1995.

A segunda fase, iniciada em 1995, vai até o ano de 1999, período marcado por um crescimento vertiginoso no nível de empregabilidade do setor, tanto que de 1996 para 1997 ocorreu um aumento de 7.354 empregos; a terceira fase foi marcada no ano 2000, com a ocorrência de uma pequena regressão no número de empregos do setor em relação a 1999.

Gráfico 22



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Portanto, mesmo tendo passado por essas três etapas, o setor de Serviços alcançou um crescimento médio anual no emprego formal, no decorrer da década, de 2,86%, índice este superior, inclusive, ao do conjunto dos outros setores da economia de Campina Grande, que foi de 2,42% no mesmo período, porém esse percentual está abaixo do índice de crescimento do setor, a nível de Brasil, de 3,5%.

Um outro aspecto importante que permite uma análise mais detalhada da dinâmica do setor, está ligado às alterações internas, devido às suas peculiaridades. O

segmento das **Instituições Financeiras**, devido ao processo de reestruturação bancária, chegou no ano 2000 com praticamente 50,0% dos trabalhadores que trabalhavam em 1991, ou seja, dos 1087 trabalhadores em 1991 no ano 2000 constavam apenas 545 funcionários nesse segmento, fato que segue a mesma lógica do processo em que esteve envolvido durante o período, porém em Campina Grande a regressão nos postos de trabalhos, relativamente aos números do País, ocorrem de forma mais intensa.

Já a dinâmica do segmento da **Administração Técnica e Profissional**, da mesma forma que a dinâmica nacional, apresenta estabilização no nível de emprego até 1996, só vindo a mostrar uma ampliação significativa nos números do ano 2000, ou seja, em 1991 esse segmento possuía cerca de 5,76% da mão-de-obra empregada do setor e chegou ao ano 2000 com o percentual de 10,35%. Do ponto de vista comparativo com a performance nacional, os números apresentam-se em total consonância de vez que de um percentual de 15,0% em 1991 o segmento chega ao ano 2000 com 17,76% de participação no setor.

Tabela 52
Ocupação nos Segmentos do Setor de Serviços em Campina Grande

Segmento	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
<i>Instituições Financeiras</i>	1087	7,08	765	4,10	545	2,62
<i>Administração Técnica Profissionalizante</i>	885	5,76	1237	6,63	2149	10,35
<i>Transportes e Comunicação</i>	1752	11,41	2070	11,10	2283	10,99
<i>Alojamento e hotéis etc.</i>	2664	17,35	2343	12,57	3406	16,40
<i>Médicos, Odontólogos e Veterinários</i>	1935	12,60	2554	13,70	2700	13,00
<i>Ensino</i>	729	4,74	3163	16,97	3233	15,57
<i>Administração Pública</i>	6299	41,03	6505	34,90	6444	31,04
Total	15.351	99,97	18.637	99,97	20.760	99,97

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS

O segmento de **Transporte e Comunicação** apresentou, na década, uma trajetória estável do ponto de vista relativo, num patamar de 11,0% no conjunto do setor,

porém do ponto de vista absoluto ocorreu ampliação no número de empregos gerados pelo fato de 1991 contar com 1.752 postos de trabalho e atingir o ano 2000 com 2.283 empregos formais. Esta mesma dinâmica mostrou-se porém, na análise realizada nesse segmento a nível de Brasil, com um patamar inferior, na faixa de 9,0% intra-setorialmente.

A análise realizada nos números do segmento de **alojamento, hotéis, restaurantes e outras**, indicam a ocorrência de uma pequena redução, em termos relativos, no decorrer dos anos 90, mas uma ampliação nos números absolutos dos postos de trabalho gerados, cujos dados mostram para 1991, que este segmento era de 17,35% com 2.664 empregos formais e alcançou o ano 2000 com o percentual de 16,40% e um montante de 3.406 empregos. Realizando-se uma comparação com esse segmento a nível nacional e no mesmo período, os dados apontam uma perfeita sintonia da esfera local do município com a dinâmica nacional.

Os números do segmento **Médicos, Odontólogos e Veterinários** ao longo da década de 1990, mostraram estabilização do patamar próximo a 13,0% dentro do setor de Serviços, no entanto, do ponto de vista dos números absolutos esses dados afirmam que ocorreu um crescimento no número de empregos formais no ano 2000 em relação a 1991, de cerca de 765 postos de trabalho. Do ponto de vista comparativo vemos que a participação desse segmento no setor de Serviços é muito maior a nível local que a nível nacional como também, em Campina Grande ele se mostrou estabilizado, diferentemente do conjunto do País que apresentou um crescimento no decorrer do período.

Já o segmento **Ensino** no setor de Serviços em Campina Grande apresentou, nos anos 90, crescimento exponencial, podendo-se dizer que foi o segmento que obteve, no período, os maiores níveis de crescimento, tanto relativo quanto absoluto, porque partiu de 1991 com um percentual de participação de apenas 4,74%, chegando em 2000 com um

percentual de 15,57% dentro do setor de Serviços, o que perfaz o total de 2.504 novos postos de trabalho formais. Essa mesma dinâmica de crescimento foi visualizada a nível nacional, quando em 1991, o segmento possuía uma participação de 1,91% dentro do setor e chegou, em 2000, com uma performance de 6,32%, o que equivale à geração de 707.219 novos postos de trabalho formais.

A dinâmica do segmento da **Administração Pública** em Campina Grande mostra, a partir da base de dados da RAIS, uma diminuição relativa dentro do setor Serviços, de 41,03% em 1991 para 31,04% em 2000, porém, em termos absolutos, ocorreu ampliação dos postos de trabalho no decorrer da década de 90, conforme mostra a Tabela 00. Esta mesma trajetória foi transposta no plano nacional dentro desse segmento, ou seja, uma diminuição dos postos de trabalho em termos relativos, porém um crescimento em termos absolutos.

Do ponto de vista do rendimento médio em salário mínimo, o setor de Serviços apresentou, para as faixas de agregação dos salários mais inferiores, certa estabilização no decorrer da década; no entanto, para os rendimentos maiores que 5 salários mínimos os números mostraram uma ampliação no número de trabalhadores inseridos nessa faixa de remuneração.

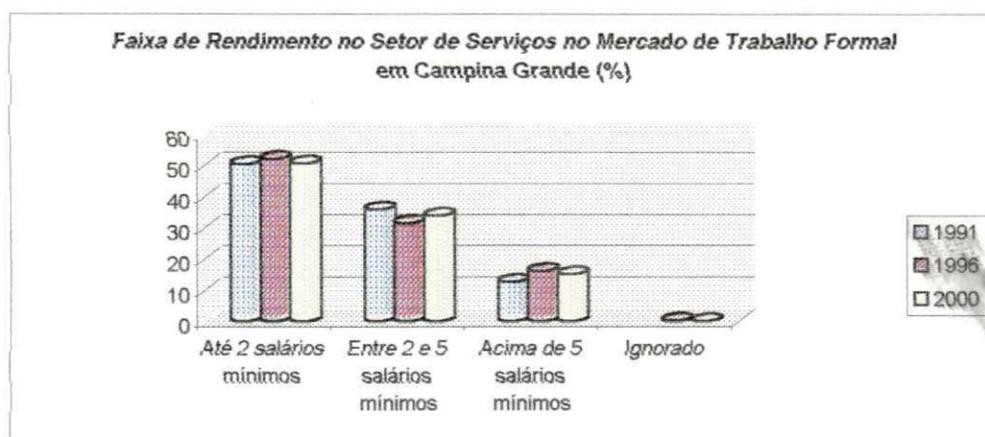
Sendo assim, o setor apresenta uma composição de rendimento em que praticamente 50,0% da mão-de-obra empregada no setor estiveram inseridos na faixa de até 2 salários mínimos, índice inferior aos patamares salariais do conjunto dos empregados formais em Campina Grande no período, como, também, os dados indicam que os patamares de participação dos trabalhadores do setor a nível nacional nas menores faixas de remuneração, são muito mais baixos que em Campina Grande porque estão próximos da média de 25,0% (Tabela 10).

Tabela 53
Níveis de Rendimento no Setor de Serviços no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande

Faixa de Renda	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Até 2 salários mínimos	7.761	50,55	9.727	52,19	10.526	50,70
Entre 2 e 5 salários mínimos	5.519	35,95	5.879	31,54	7.054	33,97
Acima de 5 salários mínimos	1.937	12,61	2.990	16,04	3.145	15,14
Ignorado	-		41	0,21	35	0,16
Total	15.351	99,11	18.637	99,98	20.760	99,81

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Gráfico 23



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Já a segunda faixa de agregação salarial, entre 2 e 5 salários mínimos, ocorreu numa primeira etapa, com um declínio e, posteriormente, uma retomada no grau de remuneração, visto que em 1991 possuíam cerca de 35,95%, passando em 1996 para 31,54% e, finalmente, chegando ao ano 2000 com uma retomada para 33,97% de inseridos nessa faixa de remuneração. Do ponto de vista comparativo com a trajetória e a dimensão dessa faixa no plano nacional, percebe-se que existe um patamar em percentual maior que o do município e, além disso, ao longo da década foi mantida uma trajetória crescente de inserção de novos trabalhadores nessa faixa de remuneração, dentro do setor de Serviços.

A análise da última faixa de agregação de remuneração, acima de 5 salários mínimos, nos mostra que o setor manteve, ao longo dos anos 90, uma trajetória crescente de

inserção de trabalhadores, visto que tínhamos em 1991 cerca de 12,61% de participação, ampliando em 1996 para 16,04% e 15,14% no ano 2000; já no plano nacional, o setor manteve um patamar de participação nesta faixa próximo a 34,0% no decorrer da década, o que mostra a gritante disparidade de rendimentos existentes em Campina Grande e no Brasil, no setor de Serviços.

A composição do setor, tendo com parâmetros a formação educacional sofreu, ao longo dos anos 90, uma enorme transformação devido à própria mudança nas características qualitativas que toma conta do setor de Serviços no período, não permitindo mais a utilização de um contingente significativo de pessoas com baixa ou quase nenhuma instrução. Sendo assim, a alteração mais significativa no setor foi a quase extinção da participação de trabalhadores analfabetos no setor. Em 1991 tínhamos, nessa categoria, cerca de 41,52%; diminuimos em 1996 para 36,42% e chegamos em 2000 com a ínfima participação de 1,19% dos trabalhadores analfabetos. Logicamente, este vácuo foi ocupado por trabalhadores com melhor formação, porém esta alteração só será mais significativa a partir de 1996, porque tivemos um crescimento em praticamente todos os níveis de formação educacional.

Comparando-se a dinâmica municipal com a trajetória do setor a nível nacional (Tabela 11), é possível se perceber claramente que já em 1991 existia um padrão de formação bastante heterogêneo e que, no decorrer da década de 1990, não tivemos alterações bruscas de níveis de instrução, mas apenas melhorias superficiais no conjunto do setor de Serviços.

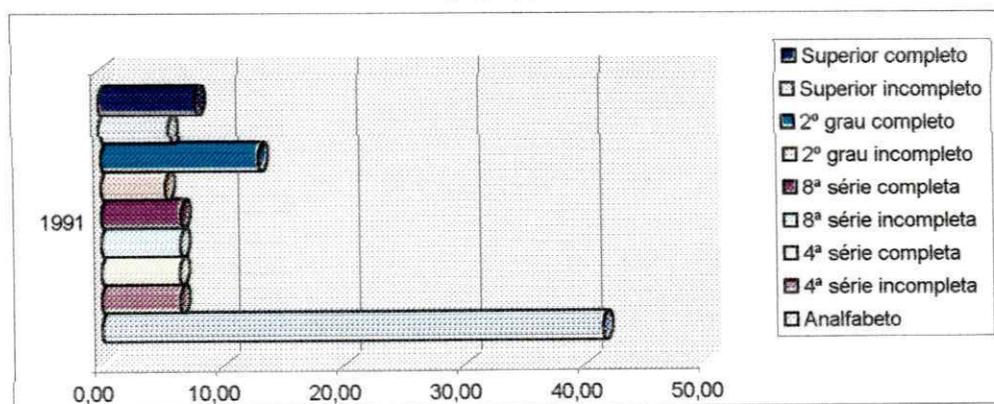
Tabela 54
Grau de Instrução no Setor de Serviços no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande

Grau de Instrução	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Analfabeto	6.329	41,23	6.746	36,20	248	1,19
4ª série incompleta	993	6,47	1.227	6,58	3.790	18,26
4ª série completa	990	6,45	1.259	6,76	1.348	6,49
8ª série incompleta	999	6,51	1.303	6,99	1.311	6,32
8ª série completa	1.008	6,57	1.274	6,84	2.251	10,84
2º grau incompleto	814	5,30	944	5,07	1.977	9,52
2º grau completo	1.989	12,96	2.444	13,11	4.483	21,59
Superior incompleto	885	5,77	787	4,22	1.173	5,65
Superior completo	1.235	8,05	2.539	13,62	4.179	20,13
Ignorado	109	0,71	114	0,61	0	0,00
Total	15.351	100,00	18.637	100	20.760	100

Fonte: Ministério do Trabalho/ RAIS (Elaboração própria)

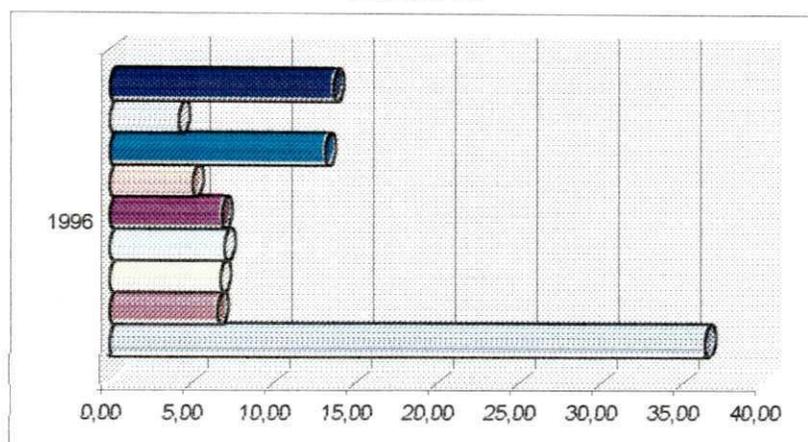
Grau de Instrução no Setor de Serviços no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande – (%)

Gráfico 24



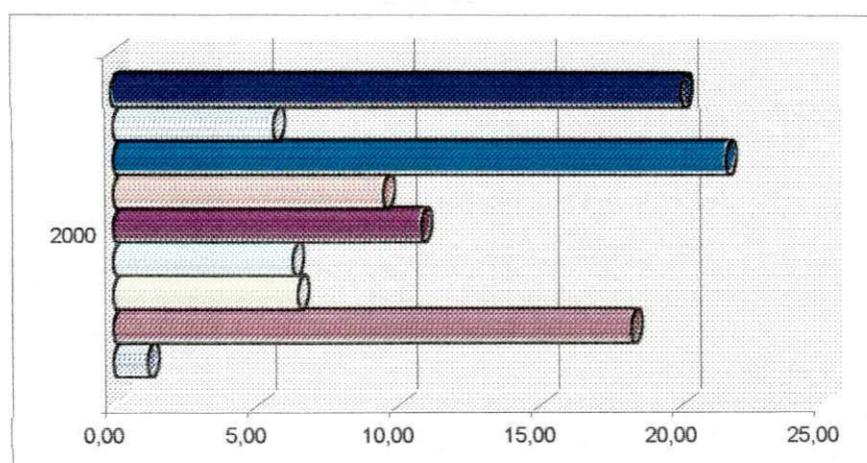
Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Gráfico 25



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Gráfico 26



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Portanto, seguindo a dinâmica tanto do setor de Serviços, a nível nacional, quanto a própria dinâmica do conjunto dos setores da economia, tivemos uma ampliação da melhoria no padrão de formação educacional, porém essa trajetória não foi seguida pelos rendimentos provenientes do trabalho, evidenciando uma ampliação da exploração dos trabalhadores, tanto em Campina Grande quanto no Brasil.

Já sob a ótica da composição do setor por sexo existe uma clara divisão percentual de 50,0% para ambos os sexos, no decorrer da década, o que mostra uma grande

inserção feminina no trabalho, dentro do setor. O próprio conjunto dos setores em Campina Grande não possui essa participação da mulher no mercado de trabalho formal mas, sim, um patamar de participação próximo a 37,0%, no período.

A participação feminina no setor de Serviços a nível nacional (Tabela 12) só terá um patamar de participação próximo ao existente em Campina Grande no ano 2000, quando este atingiu o nível de 49,0%, mesmo diante dos indicadores que indicam, desde meados dos anos 90, a ampliação da participação feminina no mercado de trabalho.

Tabela 55
Participação por Sexo no Setor de Serviços no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande

Sexo/Ano	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Masculino	7.667	49,94	48,90	48,90	10.452	50,34
Feminino	7.684	50,05	51,08	51,09	10.308	49,65
Total	15.351	99,99	99,98	99,99	20.760	99,99

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Do ponto de vista da composição etária do setor de Serviços, sua dinâmica seguiu, ao longo da década, uma trajetória atípica pelo fato de ter ocorrido ampliação significativa dos que possuem acima de 40 anos. Os próprios números apresentam ampliação percentual de 12% no decorrer da década, porque tínhamos, em 1991, cerca de 32,02% de participação desse segmento, chegando em 1996 a 38,88% e, em 2000, a um patamar de 44,10%. O fenômeno atípico desse processo é o fato de, no conjunto da economia brasileira, estar ocorrendo um processo de exclusão do trabalho dos mais “idosos” e, no setor de Serviços, tanto a nível de Campina Grande quanto a nível de Brasil, no setor formal, está ocorrendo uma ampliação da participação das pessoas de maior idade.

Tabela 56
Participação por Faixa Etária no Setor de Serviços no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande

Faixa Etária	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
10 a 17 anos de idade	47	0,30	60	0,32	47	0,22
18 a 39 anos de idade	10.167	66,23	11.299	60,62	11.553	55,65
40 anos acima	4.916	32,02	7.247	38,88	9.156	44,10
Ignorado	221	1,43	31	0,16	4	-
Total	15.351	99,98	18.637	99,98	20.760	99,97

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Quando analisamos a trajetória dos inseridos na faixa etária de 10 a 17 anos, vimos que existe uma ínfima participação dentro do setor, abaixo de 0,50%, o que mostra perfeita sintonia com a dinâmica econômica da economia brasileira em relação aos mais jovens, enquanto na participação daqueles entre 18 e 39 anos de idade ocorreu uma diminuição porque tínhamos, em 1991, cerca de 66,32%, diminuindo para 60,62% em 1996 e chegando, finalmente, ao 2000 a 55,65%, fato que contradiz a dinâmica dessa faixa etária dos outros setores e, no conjunto da economia, um razoável percentual de crescimento.

4.3 A dinâmica do Setor Industrial

Refletir a trajetória recente do setor industrial de Campina Grande é pensar a partir da crise que vive esse segmento, desde meados dos anos 70, quando se iniciou um período de fechamento de importantes indústrias para a economia do município. Mesmo no auge no período de desconcentração industrial e da integração produtiva, nos anos 80, não conseguimos superar as adversidades econômicas sem trilhar um caminho de reordenamento que a fizesse atrair capitais e promover o crescimento da economia local, devido à falta de interesse dos capitais que não viam, na cidade, vantagens sistêmicas naturais que viabilizassem tais investimentos.

A dinâmica, que passa a assumir o conjunto da economia nacional em meados de 1980, provoca uma verdadeira revolução nos paradigmas tecnológicos e organizacionais, impondo bruscas alterações nos padrões de funcionamento dos mercados de trabalho, produtos e de serviços, que assumirá toda a sua dimensão apenas nos anos 90.

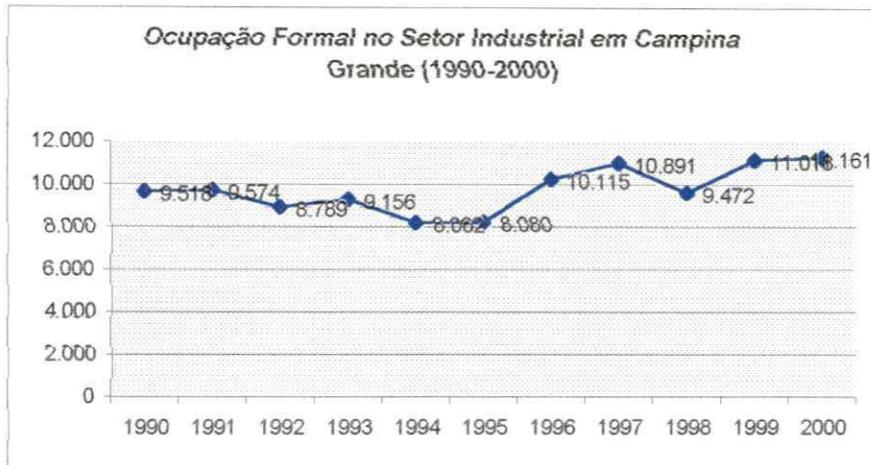
A absorção dos novos paradigmas tecnológicos baseados nas ciências da informação e de gestão de pessoal impôs, nos anos 90, um intenso grau de flexibilidade na produção e no mercado de trabalho, cujo período também tem como marca o grau de abertura comercial a que fomos submetidos contribuindo, de forma significativa, para ampliação do chamado “choque de competitividade”.

A partir do exposto torna-se necessário comprovar, empiricamente, no plano municipal, os resultados do processo implantado e seus resultados. Do ponto de vista do crescimento anual do Produto Interno Bruto-PIB tivemos, de 1990 a 1996, apenas 0,01%⁵ de crescimento, o que evidencia o drama que vive a economia do município.

Do ponto de vista do mercado de trabalho formal o setor industrial alcançou uma taxa de crescimento médio anual de 1,92%, índice inferior ao de todos os outros setores e da própria economia do município, que é 2,42%, no mesmo período.

⁵ Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG / PMCG

Gráfico 27



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

A dinâmica do mercado de trabalho formal no setor industrial nos anos 90 em Campina Grande possui, em termos gerais, duas fases bastante distintas, uma iniciada em 1990, que vai até 1994, porque mantém, no período, uma trajetória de declínio no número de empregos no setor e a segunda fase, iniciada em 1995, assume uma trajetória ascendente, com uma crise em 1998 porém, havendo uma retomada logo no ano seguinte, chega em 2000 com um montante de 11.161 postos de trabalho.

O interessante nessa segunda fase é a ocorrência de uma alteração também na composição intra-setorial dos postos de trabalho, pelo fato de ter ocorrido uma queda brusca no segmento de **Borracha, Fumo e Couros** quando, de 1991 para 1996, perde cerca de 1.533 postos de trabalho. Paralelamente, o segmento de **Calçados** dos 764 postos de trabalho existentes em 1991 passa a possuir cerca de 2.333 empregos mantendo esse patamar na segunda metade da década.

Tabela 57
Participação por Segmento Industrial no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande

Segmento	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Extrativa Mineral	130	1,35	70	0,69	284	2,54
Minerais não-metálicos	504	5,26	648	6,40	501	4,48
Indústria Metalúrgica	593	6,19	545	5,38	461	4,13
Indústria Mecânica	105	1,09	89	0,87	121	1,08
Eletrônica e Comunicações	260	3,00	334	3,30	260	2,32
Materiais de Transportes	06	0,01	26	0,25	31	0,27
Madeira e Mobiliário	152	1,58	165	1,63	308	2,75
Papel e Gráfica	429	4,48	506	5,00	542	4,85
Borracha, Fumo e Couros	1.740	18,17	207	2,04	437	3,91
Química	560	5,84	755	7,46	799	7,15
Têxtil	1.548	16,16	2007	19,84	2.682	24,03
Calçados	764	8,0	2333	23,06	2.387	21,38
Alimentos e Bebidas	2.047	21,40	1428	14,11	1.597	14,30
Serviços Industriais de Utili. Públ	736	8,00	1002	9,90	751	6,72
Total	9.574	94,69	10.115	99,93	11.161	99,91

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

A condição de Campina Grande, pelo fato de ter tido, na sua trajetória econômica e num passado não muito distante, um processo de industrialização ousado e um amplo complexo de articulação comercial, terminou realizando processos de *inputs* e *outputs* na indústria local que passaram a ter boa ligação com a destinação de seus produtos externos, não só com a sua microrregião mas, também com o Nordeste e o País.

A partir dos dados abaixo é possível visualizar-se que nos anos 90 ocorreu uma ampliação da ocupação da mão-de-obra formal no grupo I, caracterizando uma ampliação da mão-de-obra em indústrias de bens finais, não duráveis, que comparadas intra-setorialmente, possuem menor valor agregado, assim, Campina Grande transforma, ao longo desse período, o perfil da sua indústria e de sua mão-de-obra nos segmentos que, de

uma clara divisão entre as indústria de bens de consumo final e a de bens de consumo intermediário torna-se, a olhos vistos, majoritariamente, uma indústria com um perfil de bens de consumo não duráveis, alterando de forma significativa sua condição qualitativa.

Deste modo, constatamos que em 1991 o grupo I detinha cerca de 51,59% dos ocupados no setor industrial, ampliando em 1996 para 63,65% e, por fim, chegando ao ano 2000 ao patamar de 78,5%, ou seja, no final do período analisado mais de dois terços da mão-de-obra do setor estavam envolvidos na produção de bens de consumo não duráveis.

A análise do setor produtor de bens intermediários mostra que no início da década, 1991, esse grupo detinha cerca de 44,52% da mão-de-obra do setor, diminuindo para 31,9% e caindo mais ainda em 2000 para 28,96%.

No que se refere ao grupo III, chegou-se, no final da década, com praticamente o mesmo percentual de participação que em 1991, salientando que em 1996 ocorreu ligeira ampliação no patamar de participação.

Tabela 58
Participação por Grupo de Transformação Industrial no Mercado de Trabalho
Formal em Campina Grande (%)

	1991		
	<i>Grupo I</i>	<i>Grupo II</i>	<i>Grupo III</i>
Pessoal Ocupado	51,59	44,52	3,87
	1996		
	<i>Grupo I</i>	<i>Grupo II</i>	<i>Grupo III</i>
Pessoal Ocupado	63,65	31,9	4,43
	2000		
	<i>Grupo I</i>	<i>Grupo II</i>	<i>Grupo III</i>
Pessoal Ocupado	78,5	28,96	3,69

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego /RAIS (Elaboração própria)

Observações: a. Os segmentos constantes dos grupos foram definidos de acordo com as características de uso final de seus produtos.

b. Com relação aos segmentos Papel e Papelão e Madeira, foi necessário realizar-se alterações como forma de se adequá-las à realidade do banco de dados da RAIS.

Grupo I: indústrias que, majoritariamente, produzem bens de consumo final, não duráveis (Mobiliário e Madeira; Têxtil; Calçados; Alimentos e Bebidas; Editorial e Gráfica; e Papel e Papelão)

Grupo II: indústrias que produzem, majoritariamente, bens de consumo intermediário (Extrativa Mineral; Borracha; Couros e Peles; Química e Serviços Industriais)

Grupo III: indústrias que produzem bens de consumo duráveis e de capital (Mecânica; material Elétrico e de Comunicações; Material de Transporte e Diversos)

No que se refere ao grupo III chegou-se, no final da década, com praticamente o mesmo percentual de participação que em 1991, cerca de 3,87%, salientando que em 1996 ocorreu uma ligeira ampliação para um percentual de 4,43% no patamar de participação, voltando em 2000 para 3,69%, ou seja, praticamente o nível de 1991.

Do ponto de vista dos rendimentos do trabalho, os dados da RAIS nos mostram que no município ocorreu, da mesma forma que no plano nacional (Tabela 15), diminuição dos rendimentos do trabalho no setor industrial, pelo fato de haver ampliado a participação dos trabalhadores nas faixas de rendimento mais baixas. O diferencial existente entre Campina Grande e o Brasil a nível de rendimento, se relaciona aos patamares de participação nas faixas de renda, porque enquanto no Brasil, mesmo tendo ocorrido uma diminuição de rendimento existia, em 2000, cerca de 28,75% dos trabalhadores recebendo até 2 salários mínimos, enquanto em Campina Grande esse percentual era de 62,77%, ou seja, mais que o dobro, o que indica o baixo nível de rendimento do setor no município comparado ao setor no País.

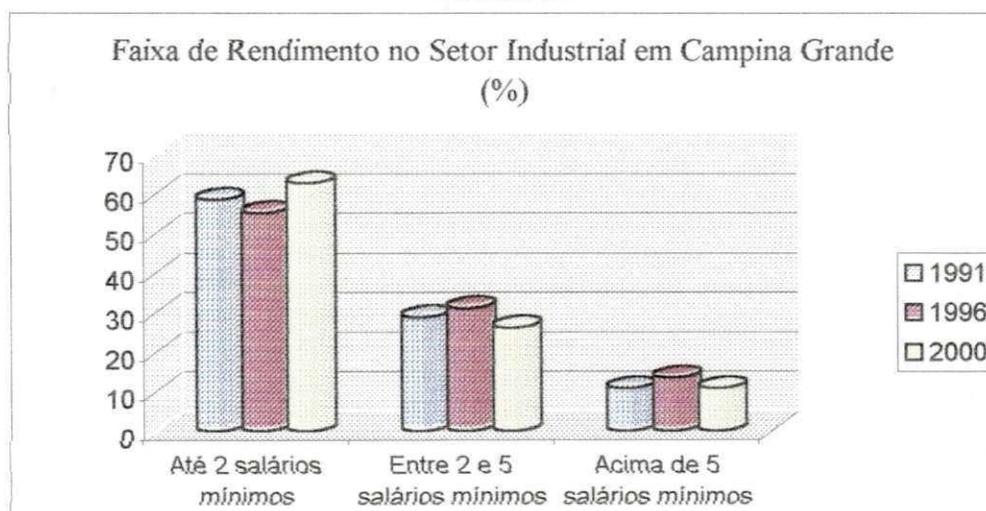
No que se refere à faixa de renda de até 2 salários mínimos ocorreram duas fases distintas, a primeira de decréscimo nos rendimentos em relação a 1991, já que caiu a participação de 58,62% dos empregados para 55,25% em 1996, e na segunda uma ampliação dos que ganham os menores rendimentos, pelo fato de chegarmos no ano 2000 com um total de 62,77%.

Tabela 59
Faixa de Rendimento no Setor Industrial no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande

Faixa de Renda	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Até 2 salários mínimos	5.613	58,62	5.588	55,24	7.066	62,77
Entre 2 e 5 salários mínimos	2.758	28,80	3.141	31,05	2.927	26,22
Acima de 5 salários mínimos	1.032	10,77	1.371	13,55	1.208	10,82
Ignorado	171	1,78	15	0,14	20	0,17
Total	9.574	99,97	10.115	99,98	11.161	99,81

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Gráfico 28



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Já na análise realizada no que se refere à faixa de renda entre 2 e 5 salários mínimos ocorreram, da mesma forma que a faixa anteriormente analisada, duas fases distintas, em que na primeira foi verificado um crescimento na participação dos trabalhadores em relação a 1991, visto que ampliou a participação de 28,80% dos empregados para 31,05% em 1996 e, na segunda fase, ocorre um decréscimo de participação dos que estão inseridos nesta faixa intermediária de rendimento, pelo fato de chegarmos no ano 2000 com um percentual de 26,22%. Nesta segunda faixa de remuneração em Campina Grande, os dados da RAIS mostram no decorrer da década, uma

oscilação, em que num primeiro momento aumentaram os rendimentos e um segundo instante ocorreu uma regressão, ao inverso do que se verificou no setor industrial a nível nacional quando, além de não ter tido oscilações nos níveis de rendimento, o patamar esteve próximo de 42,0% de participação dos empregados formais.

Quando se trata de analisar a terceira faixa de rendimento salarial, acima de 5 salários mínimos, tivemos novamente na esfera do município, no ano de 1996, um ponto de inflexão no patamar dos rendimentos, porém o crescimento na participação dos empregados nesta faixa de renda que ficou exposto em 1996 em relação a 1991, regrediu no ano 2000 para o mesmo patamar do início da década, isto é, em 1991 existia um percentual de participação de 10,77% ampliando em 1996 para 13,55% e voltando no ano 2000 para 10,82%. Uma simples análise comparativa com o patamar de rendimento nesta faixa de remuneração mostra a discrepância entre a esfera local e a esfera nacional, no setor industrial. Agora, o aspecto que se mostra evidente é que, a nível nacional e nesta faixa de rendimento ocorreu, na segunda metade da década de 90, uma queda brusca no rendimento do setor.

Sob a ótica do grau de instrução dos trabalhadores do mercado formal de trabalho em Campina Grande, os dados evidenciam que no decorrer da década foram ocorrendo paulatinamente, melhoras significativas no perfil educacional do setor, cujas mudanças só se apresentaram de forma mais punjante a partir da segunda metade dos anos 90 porque, devido ao novo padrão concorrencial, o setor realiza um verdadeiro “choque educacional”, traduzindo-se nos níveis de instrução de sua mão-de-obra.

Realizando-se uma análise comparativa no decorrer da década, sentimos que das três menores faixas de instrução (analfabeto, 4ª série incompleta e 4ª série completa) em 1991 tínhamos um percentual de 44,24% da mão-de-obra diminuindo em 1996 para apenas

41,97% e chegando ao ano 2000 com um percentual de 29,06%, o que mostra, nesta segunda etapa, uma brusca mudança no padrão educacional do setor.

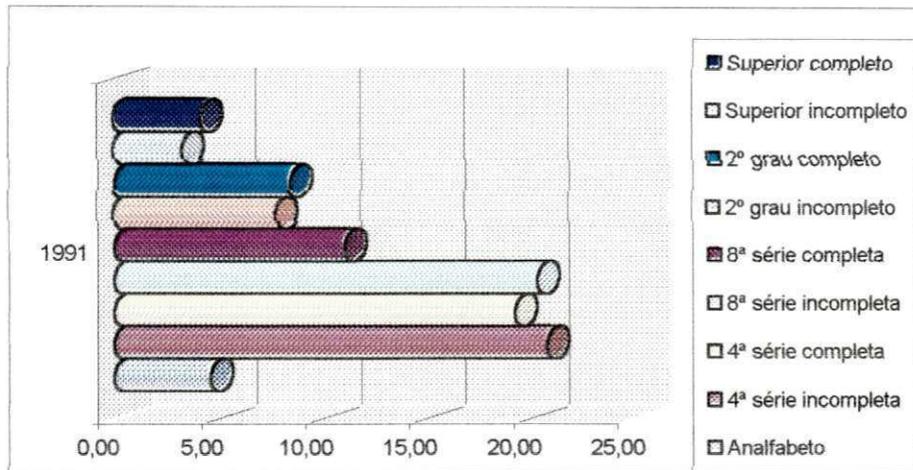
Ademais, as mudanças no padrão de formação educacional não ocorreram apenas nessas faixas citadas, pelo contrário; elas se verificaram em todas as faixas, sobretudo na referente ao 2º grau que, no decorrer da década, praticamente duplicou os trabalhadores existentes neste padrão de formação.

Tabela 60
Grau de Instrução no Setor Industrial no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande

Grau de Instrução	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Analfabeto	439	4,59	438	4,33	274	2,45
4ª série incompleta	1.971	20,59	2.028	20,05	1.245	11,15
4ª série completa	1.825	19,06	1.779	17,59	1.726	15,46
8ª série incompleta	1.927	20,13	2.121	20,97	2.296	20,57
8ª série completa	1.049	10,96	1.102	10,89	1.511	13,54
2º grau incompleto	741	7,74	747	7,39	1.223	10,96
2º grau completo	800	8,36	1.101	10,88	1.748	15,66
Superior incompleto	316	3,30	274	2,71	307	2,75
Superior completo	400	4,18	400	3,95	831	7,45
Ignorado	106	1,11	125	1,24	0	0,00
Total	9.574	100,00	10.115	100	11.161	100

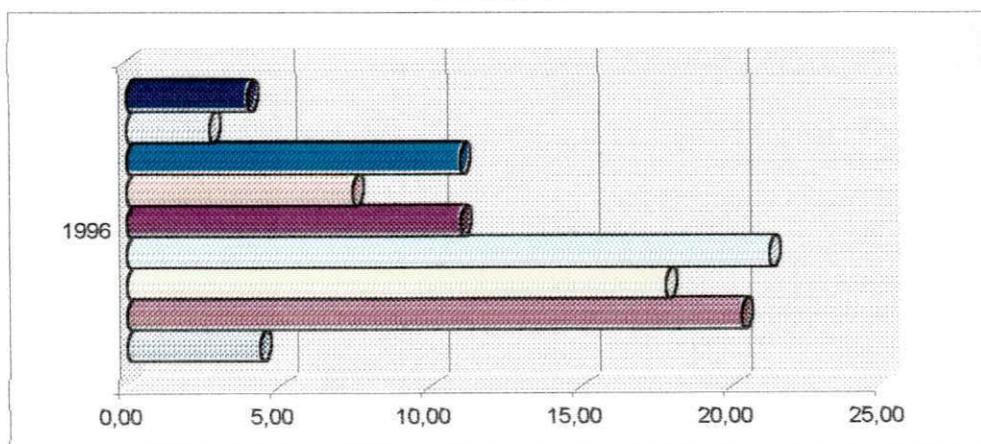
Fonte: Ministério do Trabalho/ RAIS (Elaboração própria)

Grau de Instrução no Setor Industrial no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande
Gráfico 29



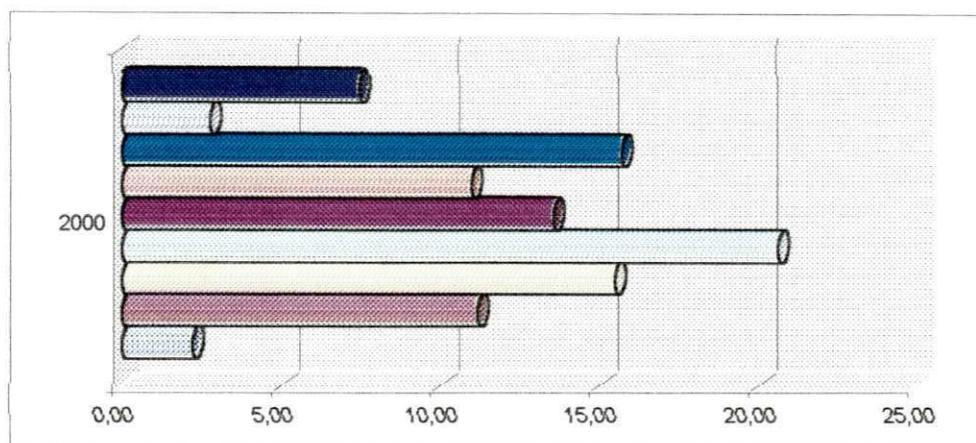
Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Gráfico 30



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Gráfico 31



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Quanto à dinâmica da participação por sexo no mercado formal de trabalho em Campina Grande na década de 90, observamos tendência divergente do que ocorreu no setor a nível nacional (Tabela 17), porque tivemos, no período e numa primeira etapa (de 1991 a 1996) uma pequena diminuição na participação feminina, que caiu de 24,03% para 21,7% e, depois, um pequeno crescimento quando apresenta no ano 2000, o percentual de 22,09% de participação. Diferente do ocorrido a nível nacional, quando a participação feminina no setor num primeiro momento se estabilizou, mas depois voltou a crescer.

Assim, tivemos, em Campina Grande, no decorrer do período, um patamar de participação masculina no setor industrial que ficou numa faixa intermediária de 75 a 78%.

Tabela 61
Participação por Sexo no Setor Industrial Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande

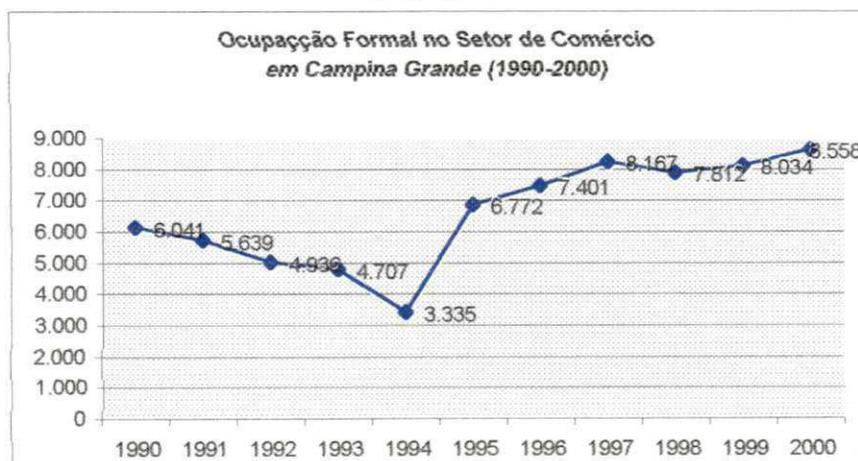
Sexo/Ano	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Masculino	7.274	75,97	7.920	78,29	8.695	77,90
Feminino	2.300	24,03	2.195	21,70	2.466	22,09
Total	9.574	100,00	10.115	99,99	11.161	99,99

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

4.4. A dinâmica do Setor de Comércio

Para qualquer busca de análise da economia brasileira nos anos 90 devemos partir, necessariamente, do grau de abertura que tivemos no período. A busca para visualizar como o setor comercial de Campina Grande se insere nesse contexto parte também do pressuposto citado acima, pelo fato de, nos últimos anos, o setor comercial na cidade ter sofrido uma série de reordenamentos econômicos, no que se refere ao padrão concorrencial, nos padrões de consumo da população e, também, no padrão de empregabilidade da mão-de-obra do setor, pelo fato da necessidade desta manusear cada vez mais equipamentos vinculados às tecnologias da informação.

Gráfico 32



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

O setor Comércio foi, entre todos os outros em Campina Grande, o que apresentou o melhor índice de crescimento médio anual na geração de empregos formais nos anos 90, cujo percentual foi de 4,62%, índice superior ao conjunto dos setores do município que teve, no mesmo período, um crescimento de apenas 2,42% ao ano.

Do ponto de vista intra-setorial, o setor se divide em dois segmentos: no varejista e no atacadista. O segmento de comércio varejista detém a maioria esmagadora dos postos de trabalho, com um patamar próximo de 81,0%, ficando o segmento atacadista com o restante das ocupações, com um patamar de 19,0%. Sob o aspecto desta divisão interna do setor ao longo da década de 90, ocorreu certa estabilização nos patamares percentuais.

Tabela 62
Participação dos Segmentos do Comércio no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande

Segmentos	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Comércio Varejista	4.552	80,72	5.999	81,05	7.095	82,90
Comércio Atacadista	1.087	19,27	1.402	18,94	1.463	17,09
Total	5.639	99,99	7.401	99,99	8.558	99,99

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS

Procurando-se realizar uma análise comparativa com a dinâmica nacional do setor, Campina Grande mostrou-se em perfeita sintonia com relação aos patamares de participação intra-setorial como, também, a própria estabilização nos patamares de 81,0% do varejo e 19,05% para o atacado.

O setor Comércio apresentou, no decorrer da década de 90, uma trajetória crescente no emprego formal em Campina Grande, visto que em 1991 participou com cerca de 16,03% dos empregos no conjunto dos setores, chegando em 1996 a um nível de 19,58% e apresentando, no ano 2000, um pequeno acréscimo para 19,98% dos ocupados.

A nível nacional o percentual de participação do comércio no total da mão-de-obra formal no conjunto dos setores mostrou-se, na década, de forma também crescente, porém em patamares inferiores aos de Campina Grande. Em 1991 possuía 12,22%,

atingindo em 1996 o percentual de 14,53% e chegando em 2000 a 16,21% do total dos empregos formais.

Quando nos referimos a rendimento é possível visualizar, a partir dos dados, que o setor possui elevado número de pessoas inseridas nas menores faixas de rendimento. Só como forma de demonstrar o fato, quando buscamos a dimensão dos que estão inseridos na faixa de renda de até 2 salários mínimos constatamos que em 1991 existia 69,85% dos trabalhadores dentro dessa faixa de renda, com um percentual que atingiu, em 1996, uma pequena diminuição e, no ano 2000, um percentual de 74,16%, ou seja, mais de um terço dos trabalhadores do setor. Destacamos que o patamar dos que estão inseridos nas menores faixas de rendimento do setor está, inclusive, superior aos níveis do conjunto dos outros setores econômicos em Campina Grande como, também, realizando as comparações com a dinâmica do setor a nível nacional temos que existe uma discrepância enorme dos patamares de rendimento.

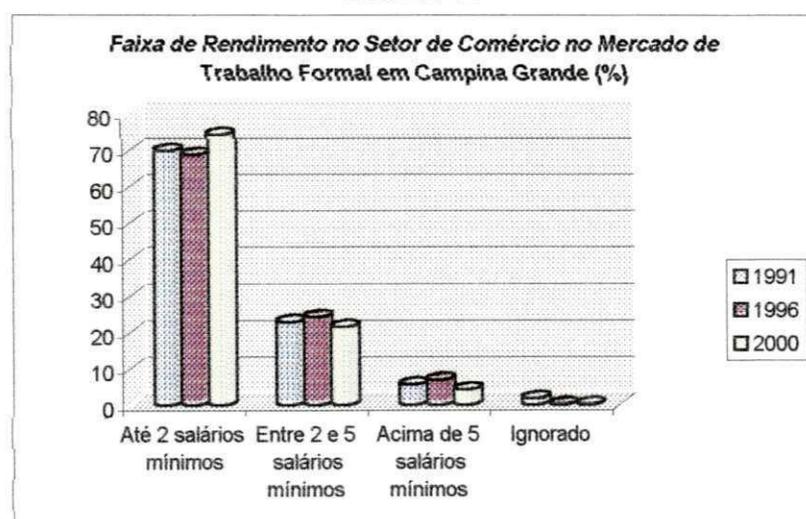
A faixa de rendimento intermediária, essa que estão inseridos os trabalhadores que recebem entre 2 e 5 salários mínimos, indicou, a nível do setor em Campina Grande, um patamar médio nos anos 90 próximo de 23,0% da força de trabalho formal, índice este superior ao conjunto dos setores da economia do município, que é próximo de 29,0%. Da mesma forma que na faixa de agregação anterior (até 2 salários mínimos) esta categoria de rendimento está abaixo do patamar existente a nível nacional (Tabela 20).

Tabela 63
Faixa de Rendimento no Setor de Comércio no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande

Faixa de Renda	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Até 2 salários mínimos	3.939	69,85	5.091	68,78	6.347	74,16
Entre 2 e 5 salários mínimos	1.289	22,85	1.790	24,18	1.835	21,44
Acima de 5 salários mínimos	313	5,55	511	6,90	366	4,27
Ignorado	98	1,73	9	0,12	10	0,11
Total	5.639	98,25	7.401	99,86	8.558	99,87

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Gráfico 33



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Para aqueles inseridos na faixa de renda acima de 5 salários mínimos, o percentual era, em 1991, de 5,55%, ocorrendo pequena ampliação para 6,90% em 1996 e diminuindo no ano 2000, para apenas 4,27%. No plano nacional ocorreu um movimento oscilatório nos dados relativos de maneira semelhante ao ocorrido na esfera do município.

Assim, constatamos, através da análise geral da dinâmica dos rendimentos no setor de Comércio em Campina Grande, uma piora nos rendimentos salariais do setor, sobretudo após a segunda fase, que vai de 1996 a 2000.

Já análise do padrão de formação educacional dos trabalhadores do setor vimos, no conjunto, duas alterações mais significativas, em que a primeira se trata da pequena participação por parte dos analfabetos quando, em 1996, eles ainda ocupavam cerca de 7,68% dos postos de trabalho chegando em 2000 a apenas 1,92% e, na segunda alteração, foi grande a ampliação da participação dos que possuem o 2º grau completo, pelo fato, sem dúvida, de que em 1996 esse percentual era de 22,92% e, no ano 2000, essa participação alcançou o nível de 35,66% dos trabalhadores, enquanto nas outras categorias de instrução ocorreram alterações, mas não tão significativas quanto as duas primeiras.

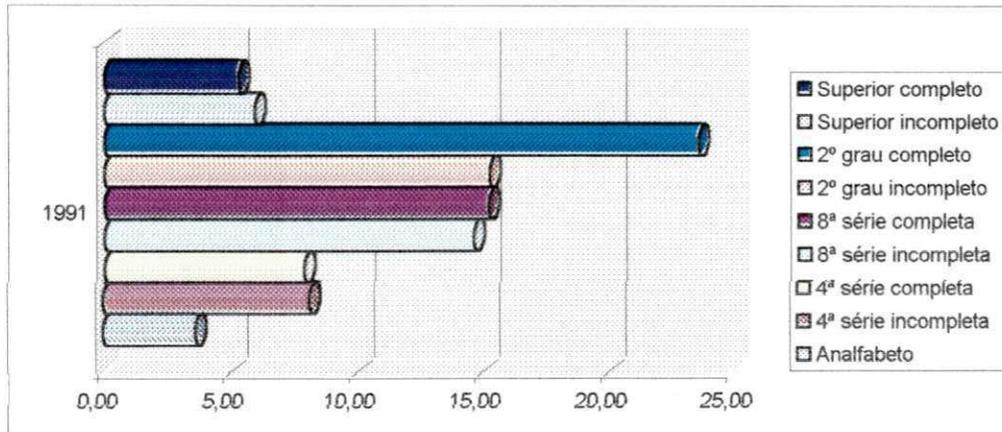
Tabela 64
Grau de Instrução no Setor de Comércio no Mercado de trabalho Formal em Campina Grande

Grau de Instrução	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Analfabeto	205	3,64	557	7,53	164	1,92
4ª série incompleta	457	8,10	622	8,40	490	5,73
4ª série completa	442	7,84	733	9,90	640	7,48
8ª série incompleta	817	14,49	1.083	14,63	1.033	12,07
8ª série completa	850	15,07	956	12,92	1.224	14,30
2º grau incompleto	852	15,11	912	12,32	1.150	13,44
2º grau completo	1.315	23,32	1.662	22,46	3.052	35,66
Superior incompleto	333	5,91	331	4,47	374	4,37
Superior completo	297	5,27	369	4,99	431	5,04
Ignorado	71	1,26	176	2,38	0	0,00
Total	5.639	100,00	7.401	100	8.558	100

Fonte: Ministério do Trabalho/ RAIS (Elaboração própria)

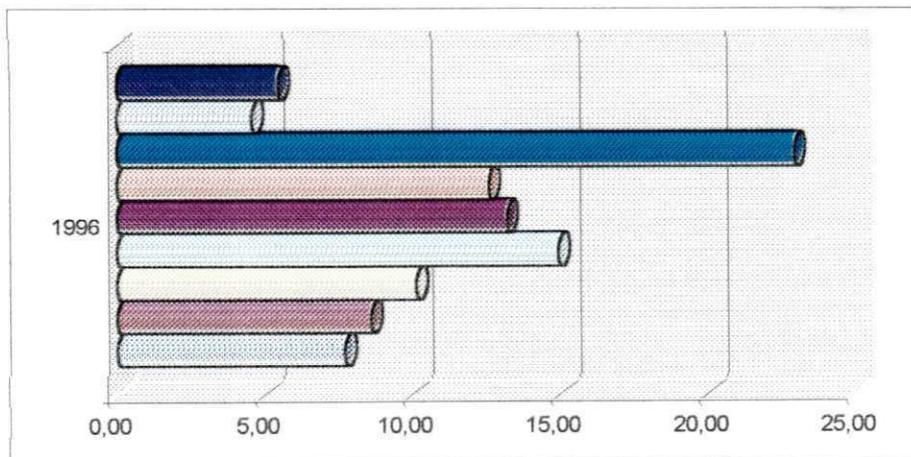
Grau de Instrução no Setor de Comércio no Mercado de trabalho Formal em Campina Grande (%)

Gráfico 34



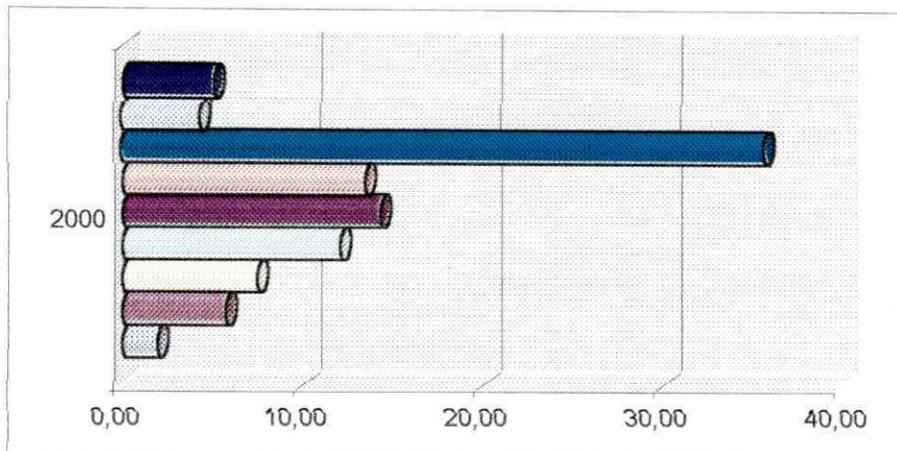
Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Gráfico 35



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Gráfico 36



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Um fato curioso e que mostra uma das características mais marcantes do setor é a existência de duas etapas no que se refere ao padrão de instrução durante a década. Em 1991 eram 49,61% dos trabalhadores do setor com grau de instrução baseado em quatro categorias: 2º grau completo, 2º grau incompleto, superior completo e superior incompleto. Em 1996 esse percentual cai para 44,24% de participação e volta a se ampliar quando apresenta em 2000 o percentual de 58,51%.

Desta forma, torna-se claro que, mesmo ocorrendo uma melhora significativa no padrão de formação educacional dos trabalhadores do setor de Comércio em Campina Grande, verificamos, no entanto, piora nos rendimentos salariais, tornando claro a ampliação da exploração do trabalho, fato que também está em sintonia com a dinâmica do setor comercial, a nível nacional.

Do ponto de vista da ocupação formal por sexo, o setor apresentou, no decorrer da década de 90, pequena oscilação quando em 1991 possuía uma participação masculina de 64,39%, subindo para 65,12% em 1996 e diminuindo em 2000 para 64,39%, enquanto a participação feminina no período sofreu oscilação inversa.

Tabela 65
Participação por Sexo no Setor de Comércio no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande

Sexo/Ano	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Masculino	3.589	63,64	4.820	65,12	5.511	64,39
Feminino	2.050	36,35	2.581	34,87	3.047	35,60
Total	5.639	100,00	7.401	99,99	8.558	99,99

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Esta dinâmica por sexo que o setor apresentou em Campina Grande não é a mesma verificada a nível nacional, já que a tendência em todo o período foi a ampliação da participação feminina no trabalho. Um aspecto que seguiu a mesma lógica que em Campina Grande, foi a tendência de manutenção de um mesmo patamar de participação entre homens e mulheres. Os homens na faixa de 63,0% e as mulheres na faixa de 37,0%.

Tabela 66
Participação por Faixa Etária no Setor de Comércio no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande

Faixas Etárias	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
10 a 17 anos de idade	120	3,54	167	2,25	89	1,03
18 a 39 anos de idade	4.570	81,04	5.936	80,20	6.976	81,52
40 anos acima	881	15,62	1.268	17,13	1.492	17,43
Ignorado	68	1,2	30	-	0	-
Total	5.639	99,98	7.401	99,98	8.558	99,98

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Em relação à dinâmica etária dos trabalhadores do setor em Campina Grande, é possível detectar-se duas alterações no decorrer da década, uma perfeita sintonia com a dinâmica do mercado de trabalho nos anos 90, que é a diminuição da participação dos mais jovens, e outra que se refere à ampliação da participação dos mais “idosos” no mercado de trabalho do setor, já que em 1991 eles representavam 15,62% e chegam ao ano 2000 com 17,43% de participação, conforme tabela seguinte. Este último fato pode perfeitamente ser creditado à experiência dos profissionais que, pelo tempo de profissão e sua experiência no

setor Comércio, terminam sendo aproveitados, mesmo diante de algumas estratégias empresariais de absorver profissionais de faixa etária intermediária.

4.5 A Dinâmica do Setor da Construção Civil

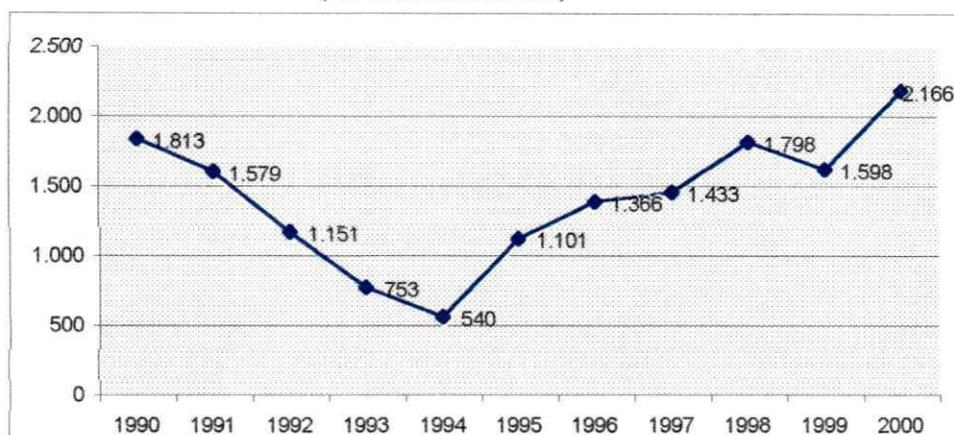
O setor da Construção Civil em Campina Grande, em virtude da nossa trajetória recente, caracterizou-se por se transformar num elemento de extrema importância na dinâmica do nosso mercado de trabalho, pelo fato de termos sido barreira de contenção migratória e tido, aqui, vultosos investimentos no setor, ao longo dos anos 70, advindos dos projetos CURA (Comunidade Urbana para Renovação Acelerada) e PCPM (Programa Cidades de Porte Médio) que incorporaram uma gama enorme de trabalhadores de baixa qualificação, dinamizando a economia e retendo a explosão da crise econômica no município, naquele período.

Nos anos 80, o município ainda era a “menina dos olhos” daqueles que, no entorno regional de Campina Grande, buscavam uma alternativa de sobrevivência, o que fez carrear para aqui contingentes populacionais significativos em busca de novas possibilidades ante o fenômeno das secas, razão por que Campina Grande detém um grande percentual de sua população com pequena formação educacional e que possui, como alternativa de vida, o trabalho no setor da Construção Civil, pelo fato deste incorporar trabalhadores com baixa escolaridade.

O setor passou, então, por duas fases bastante distintas mas que seguiram praticamente a mesma dinâmica do emprego no conjunto da economia do município: a primeira fase vai de 1990 a 1994, período em que ocorre queda sucessiva nos postos de trabalho, justificada pela crise econômica que vivia a economia brasileira naquele período, enquanto num segundo momento, de 1995 a 2000, ocorreu ampliação dos postos de

trabalho existentes, pela mudança no cenário econômico trazido pela consolidação do Plano Real em que uma segunda justificativa era a existência de um grande déficit habitacional no município.

Gráfico 37
Ocupação Formal no Setor da Construção Civil
em Campina Grande (1990 – 2000)
(valores absolutos)



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS (Elaboração própria)

Esta oscilação fez baixar o nível de participação dos empregos na Construção Civil, de 4,49% em 1991 para 3,61% em 1996 e, posteriormente, elevou novamente o patamar de ocupação em 2000 para 5,06%, no total dos ocupados formais em Campina Grande, porém não nos esqueçamos de que o setor possui, como uma de suas características essenciais, baixo nível de formalização e alta rotatividade de mão-de-obra pela própria dinâmica do setor, que sobrevive a partir das encomendas realizadas.

Tabela 67
Participação do Setor da Construção Civil no Mercado de Trabalho Formal em
Campina Grande

Segmento	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Construção Civil	1.579	100,00	1.366	100,00	2.166	100,00

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS

Portanto, o setor, seja em Campina Grande ou no Brasil, permaneceu ao longo do período, apesar de pequenas alterações, num patamar de participação próxima de 4,0% de sua mão-de-obra no conjunto dos setores que formam a economia, o que revela os seus próprios limites internos, face à dinâmica econômica, o que se coaduna com as argumentações expostas acima.

Sob o ponto de vista dos rendimentos, é possível visualizar-se que no decorrer da década, um aumento na participação daqueles que recebem até 2 salários mínimos, pelo fato de em 1991 ter 67,82% dos empregados formais do setor nesta faixa de remuneração, passando em 1996 para 76,28% e atingindo, em 2000, o percentual de 77,51%.

No que se refere àqueles que estão na segunda faixa de agregação, entre 2 e 5 salários mínimos, verificou-se diminuição na sua participação relativa dentro do setor. Os números mostram, em 1991, 27,61% nesta faixa, diminuindo em 1996 para 21,01% e, no ano 2000, para 19,94%; já os inseridos na faixa de renda acima de 5 salários mínimos apresentaram, na década, um patamar de participação em torno de 2,4%.

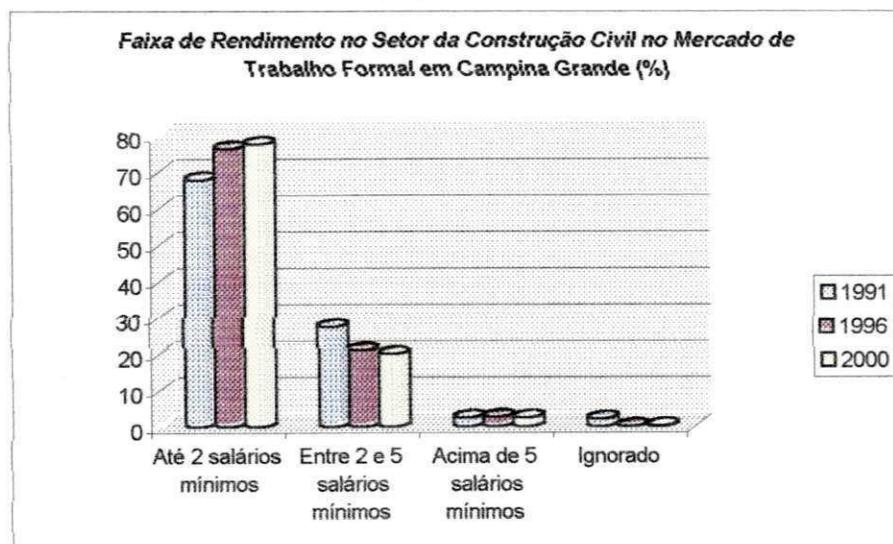
Portanto, os rendimentos do trabalho no setor da Construção Civil ao longo dos anos 90, mostraram-se decrescentes a medida em que cada vez mais se ampliavam aqueles que se inseriam nas menores faixas de rendimento, fato este que mostra que o setor segue a mesma trajetória da dinâmica dos rendimentos, a nível tanto do ponto de vista do conjunto da economia brasileira como do ponto de vista do próprio setor.

Tabela 68
Níveis de Rendimento no Setor da Construção Civil no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande

Faixa de Renda	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Até 2 salários mínimos	1.071	67,82	1.042	76,28	1.679	77,51
Entre 2 e 5 salários mínimos	436	27,61	287	21,01	432	19,94
Acima de 5 salários mínimos	38	2,40	35	2,56	52	2,40
Ignorado	34	2,15	2	-	3	0,13
Total	1.579	99,98	1.366	99,85	2.166	99,85

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Gráfico 38



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Do ponto de vista do grau de instrução, o setor possui uma marca característica, ou seja, o receptáculo das pessoas com menor formação educacional devido às próprias características da atividade.

Assim, a marca maior do setor neste aspecto é a incorporação de um percentual significativo de trabalhadores que possuem a 4ª série incompleta. Em 1991 esse percentual de participação era de 50,48%, ocorrendo queda em 1996, para 43,34% chegando, em 2000, a 44,28%.

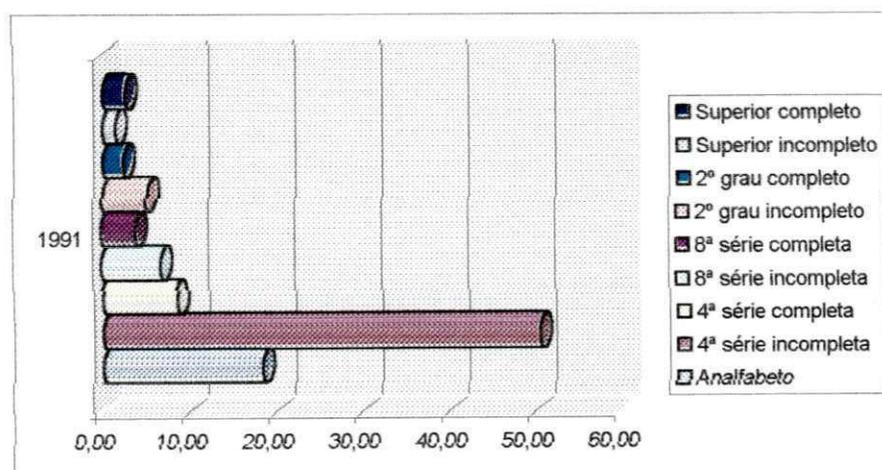
Tabela 69
Grau de Instrução no Setor da Construção Civil no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande

Grau de Instrução	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Analfabeto	286	18,11	246	18,01	173	7,99
4ª Série incompleta	784	49,65	569	41,65	959	44,28
4ª Série completa	133	8,42	160	11,71	375	17,31
8ª série incompleta	107	6,78	117	8,57	206	9,51
8ª série completa	62	3,93	85	6,22	182	8,40
2º grau incompleto	80	5,07	42	3,07	62	2,86
2º grau completo	37	2,34	59	4,32	131	6,05
Superior incompleto	23	1,46	16	1,17	27	1,25
Superior completo	41	2,60	19	1,39	51	2,35
Ignorado	26	1,65	53	3,88	0	0,00
Total	1.579	100,00	1.366	100	2.166	100

Fonte: Ministério do Trabalho/ RAIS (Elaboração própria)

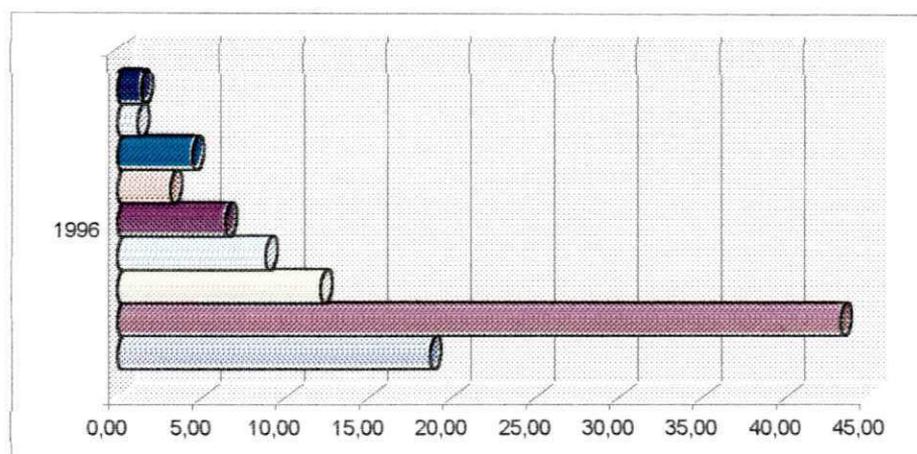
Grau de Instrução no Setor da Construção Civil no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande (%)

Gráfico 39



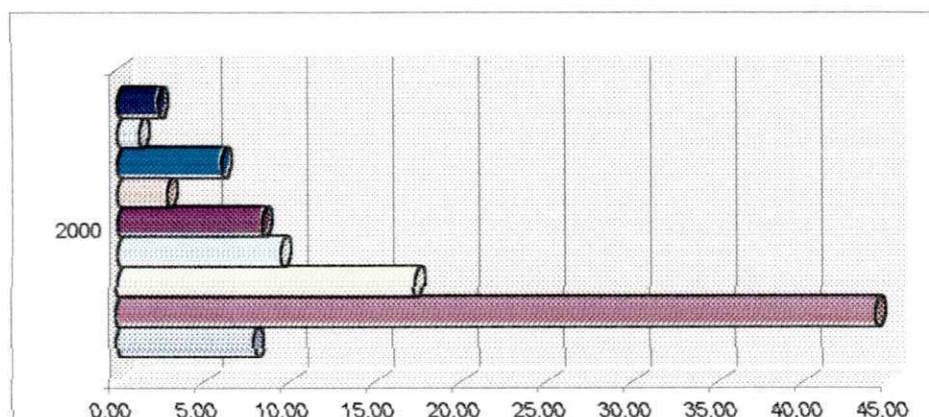
Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Gráfico 40



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Gráfico 41



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Em relação às outras categorias de instrução em 1996, em confronto com 1991, surgem números bastante animadores que nos permitem confirmar que o setor está sofrendo grande impacto no nível de melhora educacional dos seus trabalhadores, de vez que diminuimos, em mais da metade, a presença de analfabetos aqui inseridos, porém, quando relacionamos a dinâmica do padrão de formação educacional do setor a nível nacional, vemos claramente visível, ainda, um nível muito baixo de qualificação, em termos gerais, podemos considerar atraso de uma década.

Tabela 70
Participação por Sexo no Setor da Construção Civil no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande

Sexo/Ano	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Masculino	1.511	95,69	1.316	96,33	2.080	96,02
Feminino	68	4,30	50	3,66	86	3,97
Total	1.579	99,99	1.366	99,99	2.166	99,99

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Em relação à participação por sexo no setor, os dados indicam que Campina Grande possui, no decorrer da década, um patamar de participação masculina próximo de 95,0%, em virtude das características das funções exercidas pela categoria do setor. Os 5,0% restantes de participação feminina são devidos a ocupação de funções administrativas e de escritório. Salientamos que, a nível nacional, o setor possui um patamar de participação feminina maior que em Campina Grande, oscilando próximo a 7,0% de participação.

Do ponto de vista etário, o setor no município detém uma pequena participação de menos de 0,5% daqueles que possuem de 10 a 17 anos de idade; já a performance a nível nacional foi diferenciada no decorrer da década porque enquanto tivemos uma estabilização num patamar de participação, o Brasil mostrava tendência declinante na participação dos mais jovens, enquanto em 1991 o setor detinha 1,46% dos empregados uma faixa etária, diminuiu em 1996 para 0,93% e chegou, em 2000, com apenas 0,37% de participação.

Quando se trata da segunda faixa de agregação etária, que vai de 18 a 39 anos de idade, o setor mostra um patamar de participação de 65,0% dos trabalhadores, praticamente o mesmo nível de participação no setor a nível nacional (Tabela 28).

Tabela 71
Participação por Faixa Etária no Setor da Construção Civil no
Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande

Faixas Etárias	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
10 a 17 anos de idade	6	0,37	6	0,43	8	0,36
18 a 39 anos de idade	1.038	65,73	892	65,30	1.443	66,62
40 anos acima	488	30,90	465	34,04	715	33,01
Ignorado	47	2,97	3	0,21	-	
Total	1.579	99,97	1.366	99,98	2.166	99,99

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Dentre os que possuem 40 anos de idade acima, o setor mostrou uma trajetória de 1991 a 1996 de crescimento, quando cresceu a participação de 30,9% para 34,04% e, posteriormente, ocorreu um pequeno declínio no ano 2000, para 33,0% de participação. Assim, como tem sido a lógica tanto no plano local quanto nacional, o setor apresentou uma ampliação da participação dos mais idosos, fato comprovado com a presença de 29,96% em 1991 para 33,56% em 2000, a nível nacional.

4.6. A Dinâmica do Setor da Agropecuária

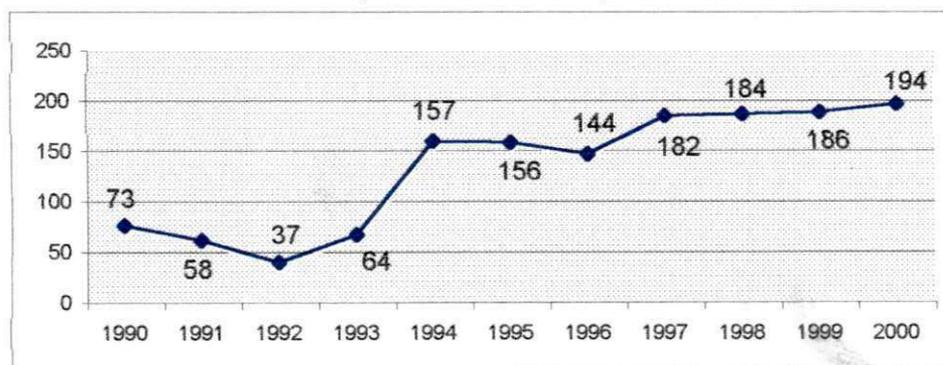
Pensar a dinâmica do emprego no setor Agropecuário em Campina Grande torna-se necessário, sobretudo, enxergar em que dimensão se dá sua participação no conjunto da economia do município e, sendo assim, a partir dos dados veremos que a sua participação não se mostra significativa em virtude das características próprias do município.

Do ponto de vista comparativo com a realidade nacional, o setor apresenta as mesmas características no que se refere à declaração dos dados, fato que terminou por provocar um crescimento geométrico nos números de trabalhadores do setor, razão pela

qual o setor agropecuário obteve uma média de crescimento anual de 19,15% nos empregos formais; mesmo assim, não deixa de permanecer sem importância dentro da economia do município. Neste período, o setor passou de um total de 58 empregos formais em 1991 para 158 no ano 2000.

Campina Grande possuía, em 1991, cerca de 0,64% dos empregos formais na Agropecuária, passando em 1996 para 3,46% e chegando em 2000 a 3,46%. Este nível de participação só vem demonstrar a ínfima participação no emprego no conjunto dos setores municipais.

Gráfico 42
Ocupação Formal no Setor Agropecuário em Campina Grande (1990-2000)
(valores absolutos)



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Campina Grande possuía, em 1991, aproximadamente 0,64% dos empregos formais na Agropecuária, passando em 1996 para 3,46% e, em 2000, a 3,46%, cujo nível de participação só vem demonstrar a ínfima participação no emprego no conjunto dos setores do município.

Tabela 72
Ocupação Formal no Setor Agropecuário em Campina Grande

Segmento	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Agropecuária	58	100	144	100	158	100

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

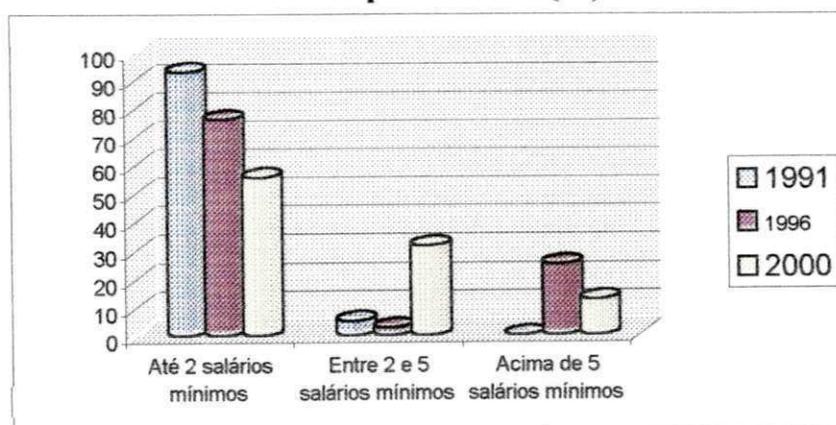
Do ponto de vista do rendimento médio tivemos, no decorrer da década de 90, uma situação bem diferente da constatada no conjunto dos setores do município, pelo fato de ter havido diminuição paulatina daqueles inseridos na faixa de renda de até 2 salários mínimos; em 1991 eram 93,1%, diminuindo para 72,22% e chegando, ao ano 2000, a 55,69%. Já o percurso da segunda faixa de agregação mostra que só conseguirá uma expressão mais significativa após 1996; prova disto é que em 1991 possuía cerca de 5,17%, ocorrendo diminuição em 1996 para 2,77% e, no ano 2000, apresentou um patamar de participação de 31,64%.

Tabela 73
Faixa de Rendimento no Setor Agropecuário no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande

Faixa de Renda	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Até 2 salários mínimos	54	93,10	104	72,22	88	55,69
Entre 2 e 5 salários mínimos	3	5,17	4	2,77	50	31,64
Acima de 5 salários mínimos	0	0	36	25,0	20	12,65
Ignorado	1	1,72	0	0	0	0
Total	58	99,99	144	99,99	158	99,98

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Gráfico 43
Faixa de Rendimento no Setor Agropecuário no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande (%)



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

No que se refere à última faixa de agregação em que estão os que recebem acima de 5 salários mínimos, tivemos, num primeiro momento, um crescimento

significativo e, em seguida, uma diminuição dos inseridos nesta faixa. Em 1991 não havia ninguém nesta faixa de renda, atingindo o patamar de 25,0% em 1996 e sinalizando uma queda no ano 2000, com 12,65%.

No geral, quando procuramos entender a dinâmica dos rendimentos, percebermos que após 1996 o setor passou por algumas alterações quanto à sua composição, pelo fato de terem surgido trabalhadores com renda salarial de maior valor significativo, fato que se confirma pelos dados do ano 2000.

Sob o ponto de vista do grau de instrução no setor, é possível observar-se, que ao longo do período, mudanças significativas que evidenciam certa mudança no perfil da mão-de-obra existente.

Quando analisamos a participação dos inseridos no setor com os seguintes graus de instrução: analfabeto, 4ª série incompleta, 4ª série completa, 8ª série incompleta e 8ª série completa, vemos que em 1991 possuía 91,38% da mão-de-obra do setor; em 1996 esse percentual cai para 87,5%, porém no ano 2000 os dados mostram uma queda substancial no percentual, para 71,52%.

Os números apresentados, mesmo não indicando melhoria que pudesse pelo menos igualar a média dos outros setores, deixam-nos visualizar que diminuiu substancialmente a participação das pessoas nas menores faixas de instrução, o que é um fator bastante significativo.

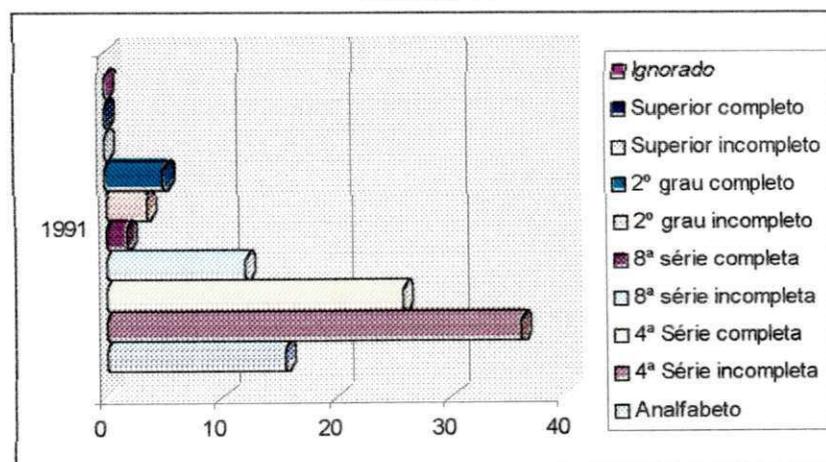
Tabela 74
Grau de Instrução no Setor Agropecuário no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande

Grau de Instrução	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Analfabeto	9	15,52	22	15,28	15	9,49
4ª série incompleta	21	36,21	31	21,53	32	20,25
4ª série completa	15	25,86	14	9,72	19	12,03
8ª série incompleta	7	12,07	52	36,11	23	14,56
8ª série completa	1	1,72	7	4,86	24	15,19
2º grau incompleto	2	3,45	2	1,39	8	5,06
2º grau completo	3	5,17	5	3,47	17	10,76
Superior incompleto	0	0,00	2	1,39	4	2,53
Superior completo	0	0,00	4	2,78	16	10,13
Ignorado	0	0,00	5	3,47	0	0,00
Total	58	100,00	144	100	158	100

Fonte: Ministério do Trabalho/ RAIS (Elaboração própria)

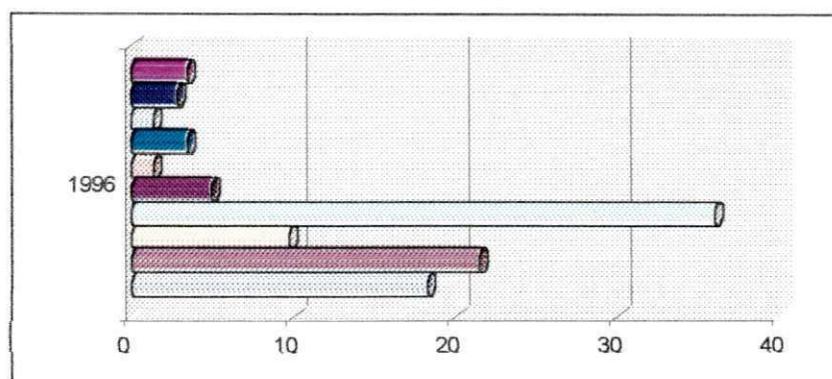
Grau de Instrução no Setor Agropecuário no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande (%)

Gráfico 44



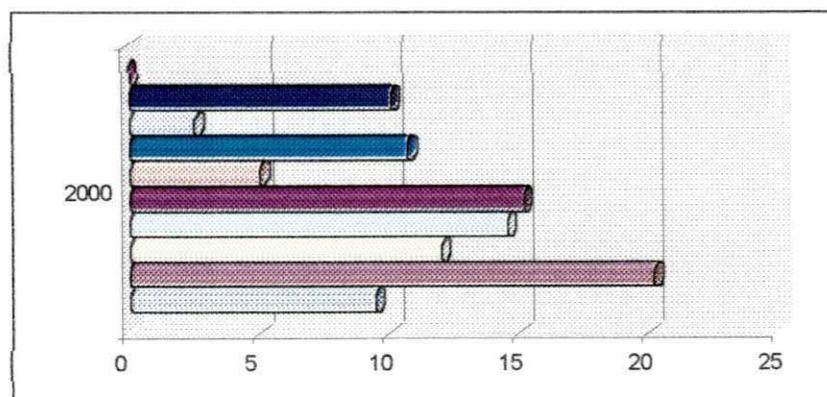
Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Gráfico 45



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Gráfico 46



Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Do ponto de vista da composição do setor por sexo, percebemos claramente que ocorreu, ao longo da década, num primeiro momento, que vai de 1991 a 1996, crescimento da participação masculina, passando de 79,31% para 87,5% ocorrendo, posteriormente, sua estagnação no ano 2000 no patamar de 87,34%. A participação oscila de acordo com os dados abaixo.

Tabela 75
Participação por Sexo no Setor Agropecuário no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande

Sexo/Ano	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
Masculino	46	79,31	126	87,5	138	87,34
Feminino	12	20,68	18	12,5	20	12,65
Total	58	99,99	144	100,0	158	99,99

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

Em relação à faixa etária, e seguindo as definições preestabelecidas, o setor sentiu paulatinamente, a diminuição da participação dos mais jovens, pelo fato de, em 1991, ocuparem 3,44% dos empregos formais chegando, em 1996, a 1,38% e, no ano 2000, apenas 0,63% que, em termos absolutos, representa apenas 1 emprego dentro do setor.

Tabela 76
Participação Faixa Etária no Setor Agropecuário no Mercado de Trabalho Formal em Campina Grande

Faixa Etária	1991		1996		2000	
	Números	%	Números	%	Números	%
10 a 17 anos de idade	2	3,44	2	1,38	1	0,63
18 a 39 anos de idade	36	62,06	83	57,63	66	41,77
40 anos acima	19	32,75	57	39,58	91	57,59
Ignorado	1	1,72	2	0,01	0	0
Total	58	99,97	144	98,6	158	99,99

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS (Elaboração própria)

No que se refere à segunda faixa de agregação, de 18 a 39 constatamos, ao longo do período, diminuição em sua participação, pois tínhamos, em 1991, o percentual de 62,06%, passamos em 1996 para 57,63% e diminuimos mais ainda em 2000, para 41,77%. Esta trajetória se mostra totalmente contrária ao que ocorre com essa faixa etária, seja sob o ponto de vista da economia brasileira ou sob a ótica do setor agropecuário, a nível nacional.

Os dados da participação nos empregos formais dos que têm 40 anos acima, mostram que essa categoria teve, ao longo da década de 90, uma trajetória crescente dentro do setor, pelo fato de, em 1991, ter um percentual de 32,75%, alcançar em 1996 o patamar

de 39,58% e chegar ao ano 2000 com 57,59%, indicando envelhecimento da mão-de-obra do setor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise em que o sistema capitalista adentra a partir dos anos 60, com quedas substanciais na lucratividade e produtividade do capital, impulsionada mais ainda pela crise do petróleo em 1973, trouxe sérias conseqüências ao funcionamento do sistema capitalista, trazendo à tona um ajuste natural na economia capitalista, a partir de suas próprias leis, culminando num intenso processo de reestruturação produtiva que impôs aos Estados nacionais, sobretudo os latino-americanos, um leque de políticas de visavam um novo reordenamento em suas funções.

Assim, a economia brasileira viveu uma nova configuração a partir de alguns elementos que foram fundamentais, como por exemplo: o esgotamento da matriz industrial; a crise da dívida externa; o redirecionamento do capital internacional; e a falência financeira do Estado brasileiro.

O início dos anos 80 foi um momento em que a política econômica brasileira esteve voltada completamente para o ajuste da crise do endividamento externo, levando a priorizar os superávits na balança comercial, a partir de um primeiro choque de competitividade, como forma de honrar compromissos para o pagamento da dívida externa.

Com o agravamento do quadro econômico, pela incapacidade da economia gerar postos de trabalho suficientes para a acomodação dos que a cada dia estavam aptos ao trabalho, foi-se criando um fosso mais profundo entre a viabilidade econômica do país e a possibilidade de conseguir alguma forma de ser “explorado” pelo capital, impondo um processo de desestruturação no mercado de trabalho.

A reestruturação produtiva, imposta pela crise econômica, cria todos os elementos para a expansão da 3ª Revolução Tecnológica, agudizando ainda mais a

realidade do mercado de trabalho brasileiro, sob o ponto de vista social, ao longo dos anos 90.

E o papel do Estado brasileiro foi assumir uma nova forma mediante a natureza e a própria intensidade das transformações econômicas, consagrando e reproduzindo o processo de acumulação de capital de maneira muito mais intensa, criando um leque de políticas que visavam à ampliação da flexibilidade cada vez mais intensa no mercado de trabalho.

Esse foi o panorama em que Campina Grande esteve inserida nesse período. Porém, é preciso visualizar que o município possui uma dinâmica peculiar no que se refere à trajetória de seu mercado de trabalho. Essa peculiaridade refere-se à sua trajetória recente pelo fato de se ter tido um intenso processo de industrialização e de Campina Grande ter atuado como cidade de contenção migratória intra-regional.

A partir desses elementos expostos, foi possível ver que ambos os projetos (de industrialização e de urbanização) exauriram-se pela incapacidade do Estado, tanto na esfera nacional quanto regional, e, até mesmo municipal, de permanecer bancando os pesados incentivos fiscais aos capitais que migravam para investimentos, e carrear recursos para obras de saneamento, saúde, pavimentação, habitação entre outras.

Assim, o que fundamentava o interesse das populações circunvizinhas quando definia seu rumo em direção à Campina Grande havia entrado em estado terminal, porém o município permaneceu ainda nos anos 80 recebendo um contingente significativo de migrantes que impôs um intenso processo de desestruturação no seu mercado de trabalho.

Mesmo nos anos 90, o município, tendo tido um patamar de crescimento populacional quase que vegetativo, permaneceu com seu mercado de trabalho desestruturado, em virtude ainda dos reflexos da migração sofrida que fizeram as taxas de

crescimento da População em Idade Ativa serem maiores do que a quantidade de postos de trabalho criados.

Durante os anos 90, o emprego formal no município esteve muito mais ligado à dinâmica do Estado da Paraíba do que a do Nordeste e a do próprio Brasil, no que se refere à sua temporalidade, pelo fato da crise maior no município e no Estado ter ocorrido em 1994, enquanto que na região e no país ocorreu em 1992. Porém, em termos percentuais o município teve uma maior proximidade com a dinâmica do Nordeste do que com a da Paraíba e do Brasil.

Em termos da dinâmica dos setores, a partir da comparação com a realidade nacional, foi possível detectar que o município detém características próprias em sua estrutura econômica que não permitem seguir *pari passo* as mesmas alterações da realidade nacional. Prova maior disso obtém-se quando se compara a dimensão dos empregados formais no setor industrial no município e no Brasil. Enquanto no país extinguem-se postos de trabalho industrial, em Campina Grande eles mantiveram, no ano 2000, o mesmo patamar de 1991.

Ademais, foi possível diagnosticar também uma extrema disparidade entre os níveis de rendimento médio do município e a realidade existente em nível nacional, mesmo tendo ocorrido em ambas esferas melhoras significativas nos graus de instrução das pessoas, confirmando que realmente Campina Grande é um espaço de baixo rendimento monetário.

Sob o aspecto da composição do mercado de trabalho formal por sexo, foi observado que Campina Grande, num primeiro momento, tem uma estabilização da participação feminina, mas posteriormente entra em uma rota de pequeno declínio,

diferentemente do Brasil que ao longo do período manteve sempre uma tendência de intenso crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho formal.

Quando se trata da dinâmica por faixa etária, viu-se que o traço comum entre a realidade nacional e a do município refere-se à diminuição da participação no mercado de trabalho dos mais jovens (10 a 17 anos), por um lado, e, por outro, uma ampliação dos mais “idosos” (acima de 40 anos). A análise da faixa intermediária (18 a 39 anos) mostrou que, enquanto o Brasil manteve um patamar de participação dessa categoria, o município apresentou uma tendência de diminuição, chegando ao final da década ao mesmo patamar da realidade brasileira.

Diante de todos os elementos expostos, em suas características gerais ligados ao mercado de trabalho, os dados mostram que o município de Campina Grande segue a mesma dinâmica de precarização do trabalho que foi a marca do Brasil nos anos 90.

BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, Henri. *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

ALBAN, Marcus. *Crescimento sem emprego*. Salvador-BA: Casa da Qualidade Editora, 1999.

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho – Ensaio Sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

_____ *Adeus ao trabalho?* Campinas- SP: Editora Cortez/Unicamp, 1995.

_____ *A rebeldia do trabalho*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1992.

_____ (org.) *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva*. São Paulo: Editora Xamã, 1998.

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1997.

_____ *O longo século XX*. São Paulo: Contraponto, 1996.

BARBOSA, Alexandre de F. & MORRETO, Amilton. *Políticas de emprego e proteção social*. São Paulo-SP: Abet, 1998.

BENJAMIN, César. (org.) *A opção brasileira*. São Paulo: Contraponto, 1998.

BOITO, Armando. *A questão do refluxo do movimento Operário*. in-Debate Sindical, São Paulo, ano 10, Nº23, Out/Dez, 1996.

BRAGA, Rui. *Reestruturação do capital: um estudo sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Editora Xamã, 1997.

BRUM, Argemiro. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

CANO, Wilson. *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des) ordem internacional*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993.

CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. Campinas-SP: Editora Papirus, 1988.

CARVALHO, Maria L. G., AGUIAR, Gelfa de Maria C. e DANTAS, Leilian C. *Políticas públicas e o setor industrial de Campina Grande*. In – Revista Raízes, Nº 12, 1996.

CARVALHO, Marcelo S. *Condições do mercado de trabalho no setor terciário brasileiro, desenvolvimento tecnológico e dinâmicas de desenvolvimento regional*. (mimeo), São Paulo: DIEESE/UNICAMP, 2002.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CATTANI, Antonio D. *Trabalho & autonomia*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

CHESNAIS, Francois. *Uma análise da seleção das Inovações no quadro do sistema capitalista: elementos para um estudo completo*. In-Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento. Brasília-DF: CNPQ e UNESCO, 1983.

_____ *A mundialização do capital*. Editora Xamã, São Paulo, 1996.

COCCO, Giuseppe; URANI, André & GALVÃO, Alexander P. (orgs) *Empresários e empregos*. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

COGGIOLA, Osvaldo e KATZ, Cláudio. *Neoliberalismo ou crise do capital ?*. São Paulo: Editora Xamã, 1995.

COLOMBERA, Fernanda. *Mercado de trabalho nos anos 90: análise do desempenho do emprego formal nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul*. (mimeo) São Paulo: Dieese/Unicamp, 2002.

CORSEUIL, Carlos H. (et. Alii). *Criação, destruição e realocação do emprego no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, (Texto de Discussão), 2002.

CRUZ, Rossine C. *A inserção de Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e de desconcentração econômica nacional*. Tese de doutorado em Economia, Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, Campinas-SP, 1999.

DIEESE. *Reestruturação produtiva no comércio*. São Paulo: DIEESE, Boletim N° 217, 2000.

_____ *Anuário dos trabalhadores*. São Paulo: DIEESE, 2001.

DOURADO, Aucéia Matos. *A urbanização planejada: a experiência de Campina Grande*. Campina Grande-PB, (mimeo), 2000.

DRUCK, Graça. *Algumas considerações teóricas sobre o trabalho na sociedade capitalista*. In-DSS e Economia Solidária. Recife: CUT, 2000.

FARIA, Luís Augusto Estrela. *A crise capitalista: centro e periferia na abordagem da regulação*. Niterói-RJ, XV Encontro de Economia Política, 1996.

FIORI, J. L. & MEDEIROS C. (orgs.) *Polarização e mundial e crescimento*. Petrópolis: Vozes, 2001.

FIORI, José Luís. *O Capitalismo e suas Vias de Desenvolvimento*. in-Desorganizando o Consenso. Petrópolis-RJ:Editora Vozes, 1998.

_____ FIORI, José L. *O Brasil no espaço*. Petrópolis: Vozes, 2001.

FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo-SP: Ed. UNESP,1997.

GAREIS, Maria da Guia S. *A industrialização do nordeste*. João Pessoa: Notrya Editora, 1990.

GUTEMBERG, Fábio. *Os paradoxos de um processo de urbanização: o caso de Campina Grande –1935/1945*. In-Cadernos Nordeste em Debate, Ano I, N°01, Campina Grande-PB, 1993.

GURJÃO, Eliete. *Morte e vida das oligarquias*. João Pessoa-PB: Ed. UFPB, 1992.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo:Edições Loyola, 1995.

IANNI, Otávio. *A globalização do movimento operário*. São Paulo: Revista Novos Rumos, N° 22, 1994.

IBGE. *Pesquisa anual de comércio-2000*. Brasília-DF, disponível em <www.ibge.gov.br>, acesso em 20 de agosto de 2002.

IBGE. *Pesquisa anual de serviços-2000*. Brasília-DF, disponível em <www.ibge.gov.br>, acesso em 26 de agosto de 2002.

- KON, Anita. *Desenvolvimento regional e trabalho no Brasil*. São Paulo: ABET, 1998.
- LACERDA, Antonio C. (org.) (Des) *emprego e Globalização: Avaliação e Perspectivas*. São Paulo: Cadernos PUC-SP, n 07, 1998.
- _____. *O impacto da globalização na economia brasileira*. São Paulo: Contexto, 1999.
- LIMA, Damião. *Milagre no interior: um estudo sobre os impactos dos projetos implantados no município de Campina Grande durante o Regime Militar*. Campina Grande-PB, (mimeo.), 1998.
- MALAGUTI, Manoel L. *Crítica a razão informal*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo-SP: Editora Abril, 1992.
- MARX, Karl. *O Capital*. Livro I, vol. 1, São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1982.
- _____. *Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844*. Edições 70, Lisboa-Portugal, 1985.
- MARQUES, Rosa M. *Considerações sobre o tema do desemprego na economia "globalizada"*. in – (Des) *emprego e Globalização: Avaliação e Perspectivas*. São Paulo-SP: Editora Educ, 1998.
- MATTOSO, Jorge. *O Brasil desempregado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MÉSZÁROS, Istvan. *Produção destrutiva e estado capitalista*. São Paulo-SP: Editora Campus, 1996.

_____ *Ir Além do Capital. in-globalização e socialismo.* São Paulo-SP: Editora Boitempo, 1998.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. *Emprego no Brasil: diagnóstico e políticas.* Brasília-DF: Gabinete do Ministro, 1998.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. *Relação Anual das informações sociais (RAIS).* Brasília-DF: banco de dados *online*. disponível em: <www.mte.gov.br/rais>

POCHMAN, Márcio. *Alternativas de políticas de emprego frente aos velhos e novos problemas do mercado de trabalho brasileiro* –in (Des) emprego e Globalização: avaliação e perspectivas. São Paulo-SP: Editora Educ, 1998.

_____ *O trabalho sob fogo cruzado.* São Paulo: Contexto, 1999.

_____ *O emprego na globalização.* São Paulo: Boitempo, 2001a.

_____ *A década dos mitos.* São Paulo: Contexto, 2001b.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos.* São Paulo: Makron Books, 1995.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização.* São Paulo: Record, 2001.

SERRA, Geraldo. *Urbanização e centralismo autoritário.* São Paulo: Edusp e Nobel, 1991

SINGER, Paul. *Economia política do trabalho.* São Paulo: Hucitec, 1979.

_____ *Economia política da urbanização.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

SCHUMPETER, Joseph. *A dinâmica do desenvolvimento capitalista.* São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SANTOS, Teotônio dos. *Economia mundial: integração regional e desenvolvimento Sustentável*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1994.

SECCO, Lincoln. *O destino do trabalho*. in-Universidade & Sociedade, São Paulo-SP: ANDES-SN, N° 11, 1996.

_____ *As visões catastrofistas sobre a crise do trabalho*. in- Debate Sindical, São Paulo, Ano 10, N°23, Out/Dez,1996.

SILVA, Iranise A. *A crise da moradia*. João Pessoa-PB: Editora UFPB/AGIR, 1987.

SOUZA, Paulo R. *Emprego, salários e pobreza*. São Paulo: Hucitec, 1979.

XAVIER, Jurandir Antonio. *Desenvolvimento versus Regressão*. João Pessoa - PB: Editora UFPB, 1992.

_____ *A contemporaneidade da questão regional*. João Pessoa-PB: Ed. UFPB, 1992b.

_____ *A industrialização subdesenvolvida*. João Pessoa-PB: Ed. UFPB, 1995a.

_____ *O ideário industrial desenvolvimentista*. João Pessoa-PB: Ed. UFPB, 1995b.

_____ *Economia política das crises*. Campina Grande-PB, (mimeo), 2001.